

ORLANDO MARCONDES FERREIRA NETO

**“AS COISAS COMO ELAS SÃO”. MORALIDADE POLÍTICA E SOCIAL
EM WILLIAM GODWIN (1790-1800)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Departamento de História do Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas da Universidade
Estadual de Campinas sob a orientação do Prof.
Dr. Edgar Salvadori de Decca

Este exemplar corresponde à redação
final da Dissertação defendida e
aprovada pela Comissão Julgadora
em 19 / 03 / 2002

BANCA

Prof. Dr. Edgar Salvadori de Decca (orientador)

Prof. Dr. Michael McDonald Hall

Prof. Dr. Modesto Florenzano

Profa. Dra. Maria Stella Martins Bresciani (suplente)

FEVEREIRO/2002

UNIDADE 30
Nº CHAMADA T/UNICAMP
F413c
V _____ EX _____
TOMBO BCI 49226
PROC 16.837/0
C _____ D X _____
PREÇO R\$ 11,00
DATA _____
Nº CPD _____

CM00167795-9

BIB ID 241385

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP

~~F414c~~
F413c

Ferreira Neto, Orlando Marcondes
"As coisas como elas são": moralidade política e social em
William Godwin (1790-1800) / Orlando Marcondes Ferreira Neto.
-- Campinas, SP : [s.n.], 2002.

Orientador: Edgar Salvadori de Decca.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Godwin, William, 1756-1836. 2. Inglaterra - História.
3. Literatura inglesa moderna - Séc. XVIII. 4. Literatura e moral.
5. Filosofia inglesa - História e crítica - Séc. XVIII. 6. Utilitarismo.
I. De Decca, Edgar Salvadori. II. Universidade Estadual de
Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar gostaria de agradecer à pessoa que desempenhou um papel fundamental em minha formação, minha mãe, a historiadora Iraci Galvão Salles, que sempre foi uma fonte de inspiração e que me ajudou de diversas formas, sobretudo “a pensar mais seriamente a história”.

Agradeço também à Patrícia, pela paciência e por ter me acompanhado num trajeto difícil.

Na graduação foram importantes as aulas do prof. Jorge Grespan, do Depto. de História da Universidade de São Paulo, que em seu curso de Teoria da História me ofereceu a oportunidade de abordar historicamente a Filosofia, e com o rigor que se faz necessário. Agradeço também às prof^{as}. Mary del Priori e Laura de Mello e Souza, da mesma casa, com as quais no passado realizei um enriquecedor trabalho de pesquisa nos arquivos da Cúria Metropolitana do Estado de São Paulo, do IEB e da biblioteca Mário de Andrade. Agradeço também ao prof. Aldo Luís, do Depto. de Letras da Universidade Federal de Uberlândia pela oportunidade de pesquisar e discutir temas literários. Agradeço também à prof. Teresa Aline; para a realização deste trabalho foi muito importante o curso que tratou da cultura do Romantismo, ministrado por ela na FFLCH da USP na década de 90.

Na Unicamp foram fundamentais as aulas e a orientação do prof. Edgar de Decca, que introduziram uma nova percepção crítica das questões historiográficas. As aulas da prof^a. Célia Marinho, no curso de pós-graduação também foram importantes neste sentido. Agradeço também aos profs. Michael McDonald Hall e Stella Bresciani pela disponibilidade que sempre demonstraram em ajudar. Foi de fundamental importância o auxílio da prof. Patrícia Piozzi, que me ofereceu fontes inestimáveis e teve a boa vontade de discutir aspectos do pensamento godwiniano.

Agradeço também à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) e ao CNPQ, pelas bolsas oferecidas, sem as quais este trabalho não teria se realizado.

RESUMO

“ ‘As coisas como elas são’. Moralidade política e social em William Godwin (1790-1800)” é um estudo a respeito do filósofo, romancista e ideólogo político William Godwin (1756-1836). A trajetória política de Godwin na década de 1790 é abordada tendo como referência a crítica às posições tradicionais da historiografia a seu respeito. Enquanto esta se recusa a atribuir a Godwin um caráter propriamente político e representativo no dito “debate político” da década de 1790, este estudo procura compreender o conteúdo propriamente político de sua atuação social. Para isso, investiga como Godwin pensa a ordem político-social na Inglaterra da década de 1790, tendo como fontes fundamentais seu tratado filosófico *Investigação acerca da justiça política* (1793) e seu romance *As coisas como elas são, ou as aventuras de Caleb Williams* (1794). No romance *Caleb Williams*, Godwin se dirige à crítica política da moralidade privada. Segundo ele, em decorrência da perpetuação de uma ordem política fundada nos valores morais aristocráticos, as relações entre os indivíduos são marcadas pela violência, pela tirania e pelo sofrimento. Esta crítica revela seu caráter propriamente político por ser dirigida às instituições monárquicas e aristocráticas que, para ele, condicionam os indivíduos a alimentar os valores e sentimentos que conduzem as sociabilidades privadas a assumirem um caráter conflituoso e violento. Com sua crítica à ordem monárquica e aristocrática, Godwin revela os desejos de uma fração das classes médias inglesas interessadas em reformar a moralidade da nação e de universalizar seus códigos de conduta. Godwin defende as idéias burguesas de virtude e capacidade individual, ao invés da hereditariedade e do sangue nobre cultivados pela aristocracia. Godwin desempenha o papel de ideólogo burguês, que opera a reelaboração e difusão de valores mais aptos à consolidação da ordem capitalista na Inglaterra.

ABSTRACT

“‘*Things as they are*’. *Political and social morality in William Godwin (1790-1800)*” is a study on the philosopher, writer and political ideologist William Godwin (1790-1800). Godwin’s political role in 1790’s is approached according to the criticism to the traditional historiography approaches about him. Whereas the latter refuses to attribute a properly political nature to Godwin, which is representative in the so-called 1790’s “political debate”, this study seeks to understand the properly political content of his social actuation. To do so, it investigates how Godwin thinks of the political order in England in 1790, having as fundamental sources his philosophical treatise *Political justice* (1793) and his romance *Things as they are or the adventures of Caleb Williams* (1794). In *Caleb Williams* Godwin addresses private morality’s political criticism. According to him, due to a perpetuation of a political order founded on aristocratic moral values, relations among individuals are marked by violence, tyranny and suffering. His criticism reveals its properly political nature because it is addressed to British aristocratic and monarchical institutions. To him, they subject individuals to the conditioning of supporting values and feelings which makes private sociability to assume a conflicting and violent nature. With his criticism to the monarchical and aristocratic order, Godwin reveals the desires of a fraction of British middle classes interested in reforming nation’s morality and universalising its behaviour codes. Godwin advocates bourgeois notions of virtue and individual capacity rather than that ones of heredity and noble blood maintained by aristocracy. He reveals himself as a bourgeois ideologist that proceeds to a re-elaboration and spread of values more suitable to the consolidation of the British capitalist order.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	1
CAP. I - WILLIAM GODWIN E A MEMÓRIA HISTÓRICA INGLESA.....	11
1. Godwin e algumas questões sócio-culturais.....	11
2. Godwin e a vitória do conservadorismo na Inglaterra.....	19
3. A reação à “nova filosofia”: política e moralidade.....	25
4. Godwin e o realismo político.....	34
5. Novas abordagens historiográficas.....	40
6. E. P. Thompson e Godwin.....	47
CAP. II - OS SIGNIFICADOS POLÍTICOS DO ROMANCE <i>CALEB WILLIAMS</i>	61
1. O romance <i>Caleb Williams</i> e a atuação política de Godwin na década de 1790.....	61
2. Política e moralidade em Burke.....	70
3. A crítica à moralidade burkeana em <i>Justiça política</i>	76
4. A história e o romance.....	83
5. A análise da sociedade inglesa: <i>Caleb Williams</i>	90
6. Godwin, Burke e as políticas do sublime.....	108
CONCLUSÕES.....	119
FONTES E BIBLIOGRAFIA.....	131

INTRODUÇÃO

Curiosamente, o ponto de partida para esta dissertação acerca da moralidade política e social em William Godwin na época da Revolução Francesa foi meu interesse pelo romance gótico do século XVIII.

Meus estudos¹ acerca da cultura do Iluminismo francês e da literatura gótica² da época haviam revelado um aparente paradoxo inerente a esta cultura: ou seja, como num momento em que se prezava tanto a “realidade” e se desejava a abolição total das “superstições” e dos “preconceitos” poderiam ter surgido obras nas quais o “preconceito” e a “superstição” eram reinantes, e a “realidade” cedia seus direitos diante do inexplicável, do sobrenatural; como homens intimamente comprometidos com o projeto iluminista de desmistificação do mundo poderiam escrever e ler prazerosamente obras terríveis, povoadas por demônios, fantasmas, e criaturas “de outro mundo”?

Considerarei duas hipóteses. Primeiramente, que os autores ao abordarem os temas sobrenaturais em suas criações literárias permaneciam fiéis aos critérios de valor presentes

¹ Em 1995 encaminhei à Secretaria de Pós-Graduação da Unicamp um projeto de pesquisa intitulado “As representações culturais do sobrenatural na literatura gótico-negra: iluminismo e des-razão (1765-1820)”. Tinha em mente um estudo a respeito da literatura fantástica francesa do século XVIII, tendo como referência obras de Jean Potocki, Jacques Cazotte e Charles Nodier. Posteriormente reformulei minhas propostas de pesquisa, mantendo entretanto algumas hipóteses gerais formuladas naquele momento.

² O termo “gótico” (do inglês *gothic*) é pouco usual nos estudos históricos e literários no Brasil. Ele designa a literatura “de terror” ou “fantástica” popular entre as classes-médias inglesas na segunda metade do século XVIII; envolvendo obras como as de Horace Walpole, Ann Radcliffe e M. G. Lewis, autores que tiveram seu grande momento na década de 1790. Os ingleses e norte-americanos comumente designam o gênero como “*gothic literature*”.

Já os portugueses tendem a classificar o romance setecentista de terror como romance “frenético” ou “negro”, partindo do conceito francês, “*roman noir*”. O termo “*roman noir*” foi popularizado por Breton e pelo círculo dos surrealistas na primeira metade do século XX.

É importante observar que a crítica literária anglo-saxônica não circunscreve o gênero gótico no Romantismo. Apesar de ser uma literatura que influencia grande parte dos romancistas e poetas românticos dos séculos XIX, como Hoffmann, Shelley, Victor Hugo e Mary Shelley, ela se situa num ambiente cultural caracterizado por valores e tópicos tipicamente iluministas, como “o combate aos males da obscuridade, do preconceito e da superstição”. Nesse sentido, pensar esta literatura como a manifestação de um “pré-romantismo”, ou de um romantismo temporário seria algo prejudicial para a nossa compreensão de seus sentidos originais no âmbito do Iluminismo.

na cultura do Iluminismo, da qual partilhavam os anseios e medos. Seu ideal era de um mundo inteligível segundo os pressupostos fornecidos pela “razão”, e ao retratarem este mundo “de pernas para o ar”, dominado pela “superstição” e pelo “preconceito”, ambicionavam realidades opostas, livres destes que consideravam os males maiores enfrentados pela humanidade - daí ao sobrenatural ser conferido um caráter ameaçador e maligno nestas obras.³

Em segundo lugar, diante do interesse manifestado no contexto do Iluminismo diante desta literatura, era possível que ela manifestasse medos e dúvidas relativos à possibilidade da imposição do projeto iluminista de desmistificação do mundo.

Os romances fantásticos setecentistas ofereceriam, portanto, um termômetro seguro para avaliar as perspectivas e posicionamentos assumidos frente aos projetos das Luzes na segunda metade do século XVIII.

Contudo, tais propostas eram demasiado amplas e isto impôs uma reformulação geral da pesquisa. Ao invés de Iluminismo, reduzi a amplitude do conceito considerando a existência de iluminismos: as *Lumières* na França, o *Enlightenment* britânico, o *Aufklärung* germânico, cada qual com características específicas; uma consideração das especificidades que não exclui entretanto, a apreciação da intensa relação existente entre eles.

Os gêneros literários fantástico e gótico também foram repensados, considerando os problemas concernentes à utilização de termos provenientes da crítica literária numa pesquisa historiográfica. A crítica por vezes procede a periodizações muito amplas na elaboração dos conceitos de gênero, desconsiderando as especificidades históricas. Neste sentido foi necessário pensar romance gótico em um contexto temporal, espacial e cultural específico, na era “revolucionária” inglesa que vai de 1760 a 1820.

A respeito da literatura gótica e dos problemas concernentes à definição do gênero cf. Jean Decottignies (1974: 109-121), Otto Maria Carpeux (1985: 160), Fred Botting (1996), David Punter (1978) e Victor Sage (1994).

³ Considerei nos romances góticos que a irrupção do sobrenatural depende da crença numa realidade solidamente estabelecida segundo pressupostos gerais sistematizados pela ciência ou filosofia da época, e ratificada pelo senso comum. Nesse sentido segui a orientação geral para a apreciação da literatura fantástica oferecida por Tzvetan Todorov (1975) e Roger Caillois (1965).

Constatai que o romance gótico adquiriu proeminência primeiramente na Inglaterra a partir da década de 1760, e que neste país ele estava intimamente relacionado aos valores da classe média protestante, dissidente e “ilustrada”.

No decorrer de meus estudos, já então direcionados para o contexto inglês, travei contato com a obra do filósofo e romancista inglês William Godwin (1756-1838). Ele oferecia uma possibilidade única de pesquisa, considerando minhas hipóteses do projeto inicial. Godwin é pensado como um autor de romances góticos por uma ampla vertente da crítica literária anglo-saxã; ou um escritor cujos romances, especialmente *Caleb Williams* (1794), contém fortes elementos formais e tópicos desta literatura.⁴ Entretanto, paradoxalmente, ele legou uma obra filosófica, a *Investigação acerca da justiça política* (1793), que consiste, junto aos escritos de Thomas Paine,⁵ num exemplo contundente do Iluminismo revolucionário e do radicalismo inglês⁶ de fins do século XVIII.

A possibilidade única de um romancista gótico que também era reconhecido como filósofo iluminista permitiu o desdobramento de análises comparativas específicas entre a apreciação da realidade nas Luzes e a abordagem do sobrenatural no contexto desta cultura; além disso, a escolha de Godwin e *Caleb Williams* possibilitou um recorte espacial e cronológico mais restrito; situando a pesquisa na época de publicação do romance, no contexto da dita “controvérsia” política inglesa entre 1790 e 1800.

⁴ Autores como Botting (1996), Punter (1978) Sage (1994) e Tysdahl (1981: 70-71) pensam Godwin como autor de romances góticos. Assumem esta postura diante de obras de Godwin escritas a partir do final do século XVIII, como *Caleb Williams* (1794) e *St. Leon* (1800).

⁵ Thomas Paine (1737-1809): publicista político e revolucionário inglês. Paine atuou na revolução de independência norte-americana, na Revolução Francesa e na agitação radical em Londres entre 1790 e 1793. Seus panfleto *Direitos do homem* (*Rights of man*) em dois volumes (1790 e 1791) foi escrito em resposta às *Reflexões sobre a revolução em França* de Edmund Burke e foi amplamente lido na Inglaterra, na França e nos Estados Unidos. Por causa desta publicação Paine foi acusado de sedição na Inglaterra. Julgado *in absentia* em 1793, fugiu para a França revolucionária onde integrou a Assembléia Nacional. Para o historiador E. P. Thompson (1997a: 98-102), os *Direitos do homem* “é um texto fundante do movimento operário inglês [que estabeleceu o] novo arcabouço que confinaria o radicalismo durante 100 anos (...) [ou seja, o] desprezo pelos princípios monárquicos e hereditários”.

⁶ O termo “radicalismo” surgiu no final do século XVIII, e na historiografia inglesa comumente designa os movimentos políticos, sociais e linhagens do pensamento filosófico que advogam a transformação política e (ou) social. O termo só se popularizou realmente no século XIX, designando os reformistas benthamistas (influenciados pela filosofia utilitarista de Bentham) e a ala mais à esquerda do partido whig (liberal). Desde o princípio o radicalismo inglês esteve associado à atividade política dos dissidentes religiosos (KENYON, 1996: 295).

Constatei diversas similaridades entre os problemas situados pela obra de Godwin e minhas hipóteses anteriores. Certamente, Godwin permanecia atento, no romance, aos valores e conceitos típicos do Iluminismo presentes em *Justiça política*, obra filosófica publicada em 1793, ou seja, um ano antes de *Caleb Williams*. Enquanto em *Justiça política* ele realiza uma crítica às “formas de governo” existentes, propondo a reforma de uma ordem do mundo que julgava radicalmente errada, no romance ele retrata a experiência trágica de indivíduos que vivenciam a presente ordem política e social.

Um primeiro problema surgiu no ponto em que o retrato das “coisas como elas são/estão” apresentado por Godwin em seu romance *Caleb Williams*,⁷ aparentemente contradiz as perspectivas otimistas de reforma política e social propostas no texto filosófico. Este fato é importante, na medida em que a forma romance é pensada por Godwin desde 1793 como estudo de história e “análise” da sociedade presente, reveladora da trama fina das relações sociais e de poder (PHILP: 1993e: 291-301).⁸ Na condição de texto de conhecimento, o romance seria expressão do medo manifestado por Godwin de que as propostas reformistas ilustradas e racionais presentes em sua obra filosófica fossem definitivamente obstaculizadas por uma ordem social “moralmente” perversa.

O romance ofereceu a Godwin a intuição de que o universo social poderia ser definitivamente o espaço onde reinam as trevas, - os sentimentos, os desejos e “paixões” - impossibilitando a realização “prática” da “regeneração moral” da humanidade por intermédio da “razão” - proposta fundamental expressa por ele em *Justiça política*.

Segundo Godwin, para que as “coisas” mudassem, que os privilégios aristocráticos, a desigualdade social, a violência e coerção institucional deixassem de existir, era primordial que os homens assumissem um comportamento absolutamente “moral”. Apenas este “novo homem moralmente regenerado” poderia prescindir da coerção governamental. Entretanto, essa “nova” moralidade cobrava *uma visibilidade extrema*: para que as pessoas atuassem

⁷ É importante observar a ambigüidade contida no título da primeira edição do romance, de 1794: *Things as They Are, or the Adventures of Caleb Williams*. A expressão inglesa “*things as they are*” é numa certa medida intraduzível para o português, pois pode significar tanto “as coisas como elas são” quanto “as coisas como estão”. O segundo sentido revela a idéia da possibilidade de mudança das “coisas”, ou seja, da transformação da ordem social e política retratada no romance.

⁸ A respeito cf. o capítulo II, item 4, desta dissertação.

“corretamente”, ou de modo “virtuoso, elas deveriam antes de tudo “ver” que a “virtude” era o único caminho para a elaboração de uma “ordem das coisas” mais propícia à felicidade humana. A visibilidade do mal e o conseqüente reconhecimento “racional” - através do juízo individual de cada ser humano - de objetos “corretos” de desejo, acarretaria inevitavelmente que as “paixões” fossem canalizadas para o aprimoramento da ordem política e social. A visibilidade total desejada por Godwin possibilitaria a formação de uma “opinião” “correta” acerca do caráter absurdo e “imoral” da ordem política e social presente. As pessoas *saberiam* que a superioridade da nobreza e dos ricos era apenas uma “ilusão” difundida de modo a perpetuar a dominação de poucos sobre muitos. Se todos percebessem esta “verdade” - sobretudo que todos os homens eram iguais em suas possibilidades, e que os valores aristocráticos eram “falsos” - a ordem “das coisas” inevitavelmente se transformaria. Era primordial, portanto, realizar uma transformação das mentes, oferecendo a todos a possibilidade da visibilidade e formação da “opinião” redentora.

Entretanto, para Godwin os seres humanos são fruto do meio social. Eles atendem sobretudo aos imperativos morais da sociedade na qual foram gerados.⁹ No mundo contemporâneo (a Godwin), até mesmo no “presente estado da civilização européia”, não lhes era possível **perceber** a natureza doentia da sociedade, pois eram conformados desde o nascimento aos preconceitos reinantes. Se os homens são fruto desta ordem social e política, o problema maior dizia respeito ao método - como transformá-los, possibilitando que a “forma de governo” se modificasse também? A resposta era a educação, a transformação gradual das mentes a ser realizada por uma elite pensante. Se isto fosse impossível, o mundo seria realmente como queriam os defensores da monarquia e da aristocracia, segundo a perspectiva de Godwin: uma imensa “prisão”, um “hospício” obscuro regido pelas “ilusões”, “superstições” e “preconceitos” em todos os níveis.

Tenho em mente que este dilemas godwinianos apontam para problemas mais amplos, relativos à relação entre a cultura do iluminismo revolucionário e o novo

⁹ Para Godwin a sociedade inglesa da época é regida por valores aristocráticos, “falsos”, tipicamente burkeanos. A preponderância destes valores é que determinava a subserviência do “terceiro estado”, dos comuns, à nobreza.

culturalismo “romântico” de princípios do século XIX.¹⁰ Eles nos conduzem sobretudo aos problemas relativos à transformação da percepção do universo político entre os séculos XVIII e XIX. Enquanto em fins do século XVIII no contexto do Iluminismo britânico predominavam concepções¹¹ do universo político segundo a qual as possibilidades de transformação da ordem político-social (possibilidades fundadas na afirmação de que o conhecimento filosófico, o exercício da razão iluminista, poderia criar condições sociais mais adequadas ao alcance da “felicidade”) eram concebidas como ilimitadas, é forjada na Inglaterra uma concepção radicalmente diferente. Às aspirações do Iluminismo revolucionário serão impostos os limites de um novo “realismo”, fundado principalmente na ideologia reacionária de Edmund Burke, que pleiteava o realismo enquanto reconhecimento “empírico” dos limites impostos às vontades transformadoras pelos “costumes” e “hábitos” sociais legados pelo passado.¹²

Para Godwin, Paine e os reformistas e (ou) revolucionários ingleses de formação iluminista, a “verdade” e o “real” concernentes ao indivíduo, à política e à sociedade não deveriam ser deduzidos do passado, como queria Burke. As leis e práticas políticas não deveriam se conformar ao passado, mas originar-se de uma elaboração consciente, sendo fruto de um “juízo racional” e de uma “autonomia individual” para os quais pouco contribuía o legado dos antepassados. A herança do passado, que tornou o “homem como ele é” no presente, constituía no mais das vezes um falso “real”, uma herança perniciosa que impedia o desenvolvimento das “verdadeiras” possibilidades humanas: a elaboração de um “novo” ser humano a partir da visualização do “homem como ele poderia ser”.¹³

¹⁰ FINKIEKRAUT, 1989. p. 14-61.

¹¹ Por parte de William Godwin e Thomas Paine, por exemplo.

¹² “Tradições”, “costumes” e “hábitos” - algo próximo do que no século XIX e a partir de Herder se denominaria “cultura”.

A este respeito cf. (FINKIELKRAUT, 1989. p. 14-61, e WILLIAMS, 1969. p. 11-12, 15-21).

¹³ Para Godwin e o iluminismo radical britânico o respeito à hereditariedade dos governantes e à constituição britânica teriam sido forjados e adquirido força e continuidade apenas devido às “mentiras” criadas pelos governantes para a manutenção do poder. A “verdade” positiva reside no fato de que estas instituições devem ser abolidas. O “real” não é uma dado obtido apenas a partir da análise do passado, do conhecimento histórico, mas sobretudo fruto de uma elaboração teórica dirigida à realização futura, seja através de uma reforma gradual, como afirma Godwin (1985: 255-92) em *Political Justice*, ou de uma revolução, segundo Paine nos *Rights of Man*.

Foi possível constatar, portanto, que na década de 1790 confrontam-se duas concepções de realismo político e social, em embate pela hegemonia na **apreciação** do universo político e social. Cada qual advoga para si a autoridade para definir quais as *práticas* políticas lícitas, bem como quais seriam as **possibilidades** políticas “reais”¹⁴ - passíveis de realização.

A percepção por Godwin de que as possibilidades de transformação da sociedade acalentadas em *Justiça política* perdiam gradualmente espaço diante da “(ir)realidade” reinante - e da vitória política do “realismo” burkeano - são expressas em seu romance de 1794, *As coisas como elas são/estão; ou, As aventuras de Caleb Williams*.

No momento em que este romance foi escrito o governo inglês havia lançado uma campanha repressora com o apoio de amplos setores da sociedade, contra os movimentos políticos reformistas e (ou) revolucionários, iniciando um processo político extremamente violento, que culminaria em 1797 com a proibição de todas as atividades políticas não oficiais. Por um outro lado, entre 1793 e 1797 também testemunhamos a breve glória desfrutada por Godwin nos meios políticos e intelectuais ingleses, com a grande difusão e louvor a *Justiça política* e *Caleb Williams* entre a aristocracia, as classes-médias e entre membros das sociedades políticas populares. , especialmente a Sociedade Londrina de Correspondência¹⁵ - setores da sociedade simpáticos às reformas inglesas, à Revolução Francesa e à “nova filosofia”.¹⁶

Contudo, se até 1797 as manifestações favoráveis superam as críticas às realizações políticas de Godwin, nesta data desencadea-se, motivada mesmo por esta simpatia

A diferença entre “o homem como ele é” e “o homem como poderia ser” foi, segundo o poeta Charles Lamb, tema das conversações do círculo de Godwin na década de 1790 (LAMB, citado por ST. CLAIR, 1991: 224).

¹⁴ O problema do que se julgava possível politicamente da década de 1790 na Inglaterra é abordado por Mark Philp (1991: 15).

¹⁵ A Sociedade Londrina de Correspondência (*London Corresponding Society*) era uma das diversas sociedades políticas de trabalhadores que floresceram na década de 1790 nos grandes centros urbanos ingleses.

¹⁶ Nova filosofia era como se intitulava na Inglaterra o que denominamos hoje filosofia iluminista (seja a norte-americana, britânica ou francesa). Condorcet, Godwin e Paine são exemplos neste sentido.

generalizada à política reformista godwiniana, uma ampla campanha de difamação contra a sua pessoa “moral”, pela qual os conservadores buscam a retirada da autoridade política de seus escritos.

É surpreendente que nenhum historiador da dita controvérsia, ou debate político inglês da década de 1790, tenha se dedicado, até o presente momento, à observação cuidadosa e aprofundada da campanha difamatória dirigida a Godwin. Esta se insere numa forte reação cultural à política reformista, alimentada, seja no âmbito da política governamental, ou entre os trabalhadores e as classes médias, pelo conservadorismo, pelo nacionalismo exacerbado e pela xenofobia. Isso participa do que foi denominado muitas vezes pela historiografia como “terror” inglês. Um terror institucionalizado, oficial, mas que por um outro lado envolve a ampla rede das sociabilidades, investindo as práticas sociais de um conteúdo político latente. Na segunda metade do século XVIII ocorre uma verdadeira caça às bruxas na Inglaterra, na qual o diabo - numa país em luta contra uma França que era concebida em seu duplo viés “filosófico” e revolucionário – foi reconhecido entre os “filósofos do momento”, “propagadores de revoluções” e seus seguidores; entre os quais se destacava evidentemente, aos olhos de todos a partir de 1794, William Godwin.¹⁷

O romance *Caleb Williams* constitui uma análise acurada deste momento político e social. Foi escrito enquanto Godwin ainda não era o alvo central dos anti-jacobinos¹⁸, mas quando já visitava amigos prestes a morrerem nas prisões governamentais; quando os editores recusavam-se a publicar textos radicais por medo de represálias, e turbas amotinadas incendiavam casas de líderes políticos simpáticos à Revolução Francesa.

¹⁷ HAZLITT, 1991. p. 35-37.

¹⁸ Os defensores da manutenção da ordem política e social inglesa, de orientação política burkeana, apoiados pelo governo de William Pitt (primeiro ministro entre 1783-1801 e 1804-6) se auto-intitulavam anti-jacobinos. O grupo anti-jacobino londrino era liderado pelo reverendo anglicano ultra-conservador John Reeves, que fundaria o periódico *Anti-Jacobin Review* em 1799. O grupo era composto principalmente por membros das classes-médias anglicanos e aristocratas *tories* (conservadores). A partir de 1794 a maior parte dos dissidentes religiosos passa a apoiar os conservadores.

Os ingleses que apoiavam a Revolução Francesa foram denominados “jacobinos” (*jacobines*) pelos conservadores burkeanos, numa referência direta à facção revolucionária francesa. Os radicais aceitaram de bom grado esta denominação, apesar de sua orientação política não ser de modo algum alinhada à de seus homônimos franceses.

O texto deste romance traz consigo a consciência de Godwin de que o “mal” expresso pelo “preconceito” e pelas “superstições” ainda mantinha seu império, e não só na Inglaterra, mas também na França revolucionária. Assim sendo, Caleb Williams antecipa a postura pessimista que permeia a segunda edição de *Justiça política*, de 1798, na qual Godwin sustenta que a construção de um novo mundo habitado por homens e mulheres plenamente “morais” consistia num objetivo a ser situado num futuro distante.

Visualizado deste modo, o conjunto de sua obra pode adquirir novos sentidos, explicitando variações nas expectativas de Godwin quanto às possibilidades de transformação da ordem social e política inglesa, e explicitando tensões inerentes ao seu pensamento político na década de 1790. Se há uma contradição fundamental entre *Justiça política* e *Caleb Williams*, ela não pode ser compreendida afirmando-se que Godwin teria expresso no romance a certeza de que seu projeto de uma visibilidade universal era impossível, ou de que os pressupostos “racionais” sobre os quais fundamentou seu “sistema filosófico” em *Justiça política* eram equivocados. Ele permanece, como atestam seus escritos posteriores, acreditando nas possibilidades, a longo prazo, de “regeneração da humanidade”. Na verdade o problema da transformação sofrida por Godwin entre 1793 e 1794 não se resolve com uma atenção restrita aos princípios político-filosóficos expressos nos dois textos. É importante, indo mais além do campo teórico, observar as posturas políticas assumidas por Godwin diante de seu projeto reformador. Se algo muda em sua posição política a partir de 1794, no curso das infâmias que ele e os outros reformistas ingleses têm que suportar, isso se refere a uma nova sensibilidade político-social. Diante das derrotas sofridas na segunda metade da década de 1790, emergem novas percepções acerca do papel assumido pelo “reformador da humanidade” no novo ambiente político e social repressivo que se impõe. Ao invés da posição triunfante de princípios da década, Godwin assumirá o papel do lutador solitário que apesar de bem-intencionado é sempre perseguido e vilipendiado pela maioria “ignorante”. Em lugar do otimismo reformista de princípios da década, a partir de 1794 passa a predominar uma percepção trágica da permanência de uma “realidade” político-social que se oferece, cada vez mais, ao seu olhar como espaço de terror, de obscuridade e violência.

CAPÍTULO I

WILLIAM GODWIN E A MEMÓRIA HISTÓRICA INGLESA

1 Godwin e algumas questões sócio-culturais

O período mais significativo de Godwin situa-se durante a crise política de 1793 a 1797, quando o radicalismo inglês floresceu junto à Revolução Francesa,¹ e então sofreu uma grande derrota em meio à crise política associada às guerras napoleônicas.

Ele escreveu nesses anos aquelas que considerou as obras mais importantes de sua vida, o tratado filosófico *Investigação acerca da justiça política (Enquiry concerning political justice)*, de 1793; e o romance *As coisas como elas são, ou As aventuras de Caleb Williams (Things as they are, or The adventures of Caleb Williams)*, de 1794,² amplamente divulgados na época.³ Esses livros tornaram Godwin o intelectual mais famoso entre os radicais ingleses na época. Ele firmou-se aos olhos dos contemporâneos,

¹ THOMPSON, 1997a. p. 111-117.

² As datas das primeiras edições inglesas de *Caleb Williams*, supervisionadas por Godwin, são as seguintes: 1794, 1796, 1797, 1816, 1831. Quanto a *Justiça política*, as edições inglesas são de 1793, 1796, 1798. As edições utilizadas como fonte para esta pesquisa e citadas no texto, são, salvo indicação em contrário, a edição de 1982 de *Caleb Williams* (realizada a partir do manuscrito original, comportando referências às revisões posteriores do texto realizadas por Godwin entre 1794 e 1831) e a edição de 1985 de *Justiça política* (referente à terceira edição, de 1798). Para fins de comparação também dei atenção às primeiras edições dos dois livros, disponíveis nas excelentes reedições organizadas por Mark Philp (GODWIN, 1992c; 1993c).

³ Apesar de seu preço elevado para a época (1 libra e 16 centavos; mais que o salário mensal de um trabalhador diarista da época) *Justiça política* vendeu cerca de 4.000 cópias já em sua primeira edição, entre 1793 e 1794 (COBBAN, 1960: 228; MARSHALL, 1984: 121). A grande difusão da obra é atestada pelo fato dela ter sido traduzida para o alemão em 1803; e para o francês em 1804 por Benjamin Constant (GODWIN, 1972). Edições piratas apareceram nos Estados Unidos em 1793 e em 1794, e na Irlanda e Escócia na mesma época. Os artesãos membros de sociedades políticas inglesas, como a Sociedade Londrina de Correspondência, arrecadavam fundos para adquirir o livro e liam-no em voz alta em seus encontros semanais (MARSHALL, 1984: 121). Isto contraria a posição de E. P. Thompson (1997a: 107) para quem *Justiça política* ficou restrita a um pequeno círculo de leitores “muito cultos”.

a partir de 1793, como o maior representante inglês da “nova filosofia” das Luzes, dos ideais que fizeram cair o *Ancien Régime* a França.

Segundo William Hazlitt,⁴ por volta de 1795 Godwin

estava no pleno zênite de uma fama sufocante e ameaçadora; ele brilhou como um sol no firmamento da reputação; ninguém era mais comentado, observado e procurado; onde quer que a liberdade, a verdade e a justiça fossem os temas, seu nome não estava distante (...). Nenhuma obra em nosso tempo desfechou um golpe tão forte na mente filosófica da nação quanto sua *Investigação acerca da justiça política*. Diante dele Tom Paine era considerado o ‘Tom bobo’ (...), Edmund Burke um sofista.⁵

Hazlitt salienta os méritos literários do romance, a seu ver insuperáveis: uma das “obras de imaginação mais esplêndidas e marcantes que surgiram na nossa época”.⁶ Ambos os textos possuem significados políticos importantes, e constituem um exemplo contundente da literatura política que grassou na Inglaterra na década revolucionária.⁷ Informam-nos acerca do papel desempenhado por Godwin no contexto da controvérsia

⁴ William Hazlitt (1778-1830), ativista político radical, jornalista, memorialista e crítico literário; conviveu com Godwin em sua juventude na década de 1790 e foi um de seus primeiros biógrafos. Em *The spirit of the age* (*Espírito da época*), coletânea de artigos jornalísticos escritos entre 1821 e 1824, Hazlitt apresenta um painel das realizações políticas, filosóficas e literárias de Godwin e alguns de seus contemporâneos, como Burke, Malthus e Bentham (HAZLITT, 1991).

⁵ HAZLITT, 1991, p. 35-37.

[“(...) *he was in the very zenith of a sultry and unwholesome popularity; he blazed as a sun in the firmament of reputation; no one was more talked of, more looked up to, more sought after, and wherever liberty, truth, justice was the theme, his name was not far of (...) No work in our time gave such a blow to the philosophical mind of the country as the celebrated Enquiry concerning Political Justice. Tom Paine was a fool to him (...) Edmund Burke a flashy sophist*” (...)].

⁶ Ibid. p. 47.

⁷ Entre 1790 e 1795 temos a publicação de cerca de 70 panfletos políticos em resposta às Reflexões sobre a revolução em França de Burke, publicada em 1790. (FLORENZANO, 1993: 49-50). Destes, os mais famosos são, além das *Reflexões* de Burke, os dois volumes *dos Direitos do homem* de Thomas Paine, publicadas em 1790 e 1792; *Vindicae Galicae*, do parlamentar James Mackintosh; a *Defesa dos direitos do homem* e a *Defesa dos direitos da mulher*, da escritora radical Mary Wollstonecraft, respectivamente de 1790 e 1792; além da *Investigação acerca da justiça política* (1793) de Godwin.

Se somarmos a estes os romances políticos e os textos jornalísticos, podemos considerar cerca de 600 documentos como expressão do dito debate político da década de 1790 (FLORENZANO, 1993: 49-50).

política que sucedeu a publicação das *Reflexões sobre a revolução em França* (*Reflections on the Revolution in France*) de Edmund Burke, em 1790.

Nestas e em outras obras da época, Godwin assume uma posição ativa na crise política inglesa desencadeada pela Revolução Francesa, pleiteando a necessidade urgente de reformas políticas na Inglaterra. Defende, seguindo as matrizes de pensamento oferecidas pelo Iluminismo e pela ideologia radical-dissidente inglesa, uma ordem política republicana e o fim da “velha corrupção” monárquica e aristocrática. Nesse sentido alinha-se politicamente com porta-vozes do radicalismo dissidente inglês na década de 1790 como Thomas Paine, Joseph Priestley e Richard Price.

Godwin era oriundo da classe-média inglesa, de extração dissidente e não-conformista e filho de um pastor protestante de linhagem calvinista.⁸ Social e culturalmente, ao que tudo indica, alinha-se com Price e Priestley; por um outro lado, distancia-se de Thomas Paine e Thelwall, líderes radicais mais próximos, no que diz respeito à formação cultural, dos meios sociais dos trabalhadores pobres.

Entre as inúmeras seitas oriundas da penetração do protestantismo continental na Grã-Bretanha, o calvinismo de Godwin era de uma das vertentes mais rígidas, a

⁸ Falar na existência de uma classe média inglesa no século XVIII posiciona uma série de problemas; e o mesmo é verdade acerca do radicalismo e da dissidência religiosa inglesa. Tais conceitos, em sua aparente homogeneidade, traem a complexidade inerente à organização social da época, bem como às diversas articulações políticas e manifestações político-religiosas que caracterizam os grupos sociais da época abordada. Seria mais correto falar em classes-médias, lembrando que o termo inglês *middle classes* já comportava, no próprio século XVIII, a percepção da diversidade de grupos profissionais e status sociais diferenciados abarcados pela palavra. O “médio” aqui implica no reconhecimento de toda pessoa que não fosse da aristocracia (seja da grande nobreza cortesã ou da pequena nobreza rural, a *gentry*) nem se situasse entre os pobres e os criados, os servidores da aristocracia. Poderia se incorporar à noção do “inglês livre”, do pequeno proprietário rural independente (o *yeoman*) no campo; ou aos pequenos, médios e grandes comerciantes e lojistas nas cidades. As classes médias incorporam também os novos proprietários de manufaturas, assim como os escritores, jornalistas e intelectuais, os pastores e clérigos não-conformistas. Nesse sentido, o “médio” não se define exatamente por uma renda específica, afinal abarca tanto homens ricos, como o manufatureiro Wedgwood, quanto indivíduos de renda parca, como Godwin. Seria mais adequado pensar a classe média a partir da afirmação da superioridade de um “modo de ser” mediano, apregoada tanto pela pequena burguesia urbana e rural quanto pela grande burguesia industrial em formação. A classe média define-se, portanto, além da renda e atividade econômica que desempenha, pelos valores característicos que detém, e pela certeza de ser diferente, moralmente superior aos pobres e à nobreza.

sandemaniana, ou glassista. Relembrando em suas “Memórias”⁹ a educação sandemaniana que obteve de seu terrível tutor, o reverendo Samuel Newton, Godwin afirma que enquanto Calvino “havia amaldiçoado nonenta e nove por cento da humanidade, [Sandeman] havia encontrado um meio de amaldiçoar noventa e nove por cento dos seguidores de Calvino.”¹⁰ Os sandemanianos, assim como a infinidade de seitas (unitarianos, socinianos, quakers, batistas, presbiterianos, metodistas) que grassaram na Inglaterra setecentista eram remanescentes dos conflitos políticos e religiosos do século XVII. Haviam desempenhado um papel crucial nas guerras civis, momento em que haviam desfrutado de liberdade religiosa, direitos civis plenos e proeminência política. Contudo, após a Revolução Gloriosa, devido às leis de exclusão, ou *test and corporation acts*,¹¹ foram excluídos da política oficial inglesa e destituídos da cidadania (apesar de manterem o direito à liberdade religiosa), impedidos de cursar as universidades (anglicanas) de Cambridge e Oxford, e de ocupar cargos públicos, incluindo postos militares e parlamentares.

Em 1790, após as migrações para as colônias norte-americanas, os dissidentes estavam reduzidos a apenas 7% da população inglesa, sendo que o restante era majoritariamente anglicano (alinhado à religião oficial do Estado). Apesar disso os dissidentes contribuíam com 44% dos principais empreendimentos comerciais ingleses da época, especialmente as manufaturas. Mesmo constituindo a ponta de lança da revolução industrial, e desempenhando um importante papel na economia britânica, os dissidentes ainda eram, devido às leis de exclusão, um grupo social e culturalmente marginal na sociedade inglesa. Isaak Kramnick¹² salienta que devido à marginalização que sofriam, os dissidentes estabeleceram práticas sociais e culturais alternativas, mais afeitas às novas necessidades impostas pelo processo de industrialização. Seus porta-

⁹ In: GODWIN, 1992a, p. 30.

¹⁰ Ibid.

¹¹ Os *test and corporation acts*, de 1661 e 1673, eram leis que cobravam dos súditos, para que se lhes concedessem direitos civis plenos, um juramento de submissão ao monarca e à Igreja anglicana e o repúdio à eucaristia católica. Só foram repelidas em 1828 (KENYON, 1996: 93, 336, 339).

¹² KRAMNICK, 1990, p. 43-70.

vozes, como Joseph Priestley e Richard Price,¹³ mantiveram no século XVIII um intercâmbio cultural expressivo tanto com os iluministas norte-americanos quanto com os franceses. Devido à exclusão das universidades anglicanas de Cambridge e Oxford, os dissidentes fundaram uma série de Academias Dissidentes, centros de agitação política e cultural dos quais saíram os principais nomes da industrialização e do radicalismo da década de 1790. Estas academias serviriam como campo de cultivo, aprimoramento e difusão dos novos valores ilustrados da classe média, de um *ethos* liberal, racionalista, metódico e empreendedor, afeito às inovações, seja do ponto de vista religioso, econômico, ou político.

É importante notar que os dissidentes de classe média, além de englobarem a maioria dos nomes importantes no contexto da revolução técnica e industrial (como Wilkins, Watt e Wedgwood), tiveram um papel crucial na atuação radical no século XVIII. Manifestaram um liberalismo político na linhagem lockeana radical que pleiteiava a representatividade popular, a separação entre Igreja e Estado, a liberdade religiosa e de consciência e um "menor Estado possível", que não interferisse em assuntos religiosos e econômicos. Godwin estudou na Academia de Hoxton, e foi aluno de Price. Manifesta uma tendência ultra-radical do pensamento político dissidente, que leva ao extremo as propostas políticas típicas da burguesia não-conformista inglesa.

¹³ Price (1723-1791) e Priestley (1733-1804), além de ministros calvinistas eram fundadores de academias dissidentes e importantes ativistas políticos, filósofos e cientistas iluministas (a Priestley é creditada a descoberta do oxigênio). Price manteve contatos com o círculo de Holbach em Paris e com Benjamin Franklin nos Estados Unidos. Foi ele quem forjou o termo "dissidentes protestantes" (*protestant dissenters*) sob o qual se reconheceram desde então os não-conformistas (ou seja, os protestantes britânicos que não se conformavam à religião oficial do Estado, anglicana. Com o aumento da repressão governamental na década de 1790, a exemplo de muitos dissidentes e radicais ingleses, Priestley migrou para a América. O tipo de dissidência de Price e Priestley, às vezes denominado "dissidência racional", pela importância dos referenciais iluministas em sua postura política e religiosa, tende para a incorporação ao *ethos* capitalista de um componente milenarista importante. Eles pensam a classe média como a porção escolhida por Deus, a nata da sociedade inglesa, e atribuem a ela a tarefa de construção do paraíso na terra através da realização de uma ética absolutamente racional. Os sermões de Richard Price (1992) são um claro indicativo desta postura. Foi um destes sermões, editado em 1789 como *A discourse on the love of our country*, proferido em louvor à Revolução Francesa, que motivou Edmund Burke em 1790 a escrever as *Reflexões sobre a revolução em França*.

A respeito da política dissidente cf. (KRAMNICK, 1990: 43-70; THOMPSON, 1997a: 108-109; e GARRET, 1973).

É surpreendente, visto terem estado excluídos da participação política oficial por cerca de um século, a capacidade de organização política que persiste entre os círculos dissidentes no século XVIII. Demonstram um zelo e uma combatividade política notável pela conservação das “liberdades” adquiridas no final do século XVII,¹⁴ especialmente o “direito à liberdade de consciência em assuntos religiosos, e “a liberdade de resistir ao poder quando abusivo”.¹⁵

Os dissidentes se dedicaram no decorrer do século XVIII à agitação política pela revogação das leis de exclusão, que se tornaria um dos tópicos principais da reforma parlamentar em discussão entre 1789 e 1791.

No decorrer do século XVIII, em função da baixa representatividade popular no parlamento surgiram vários grupos externos a ele, a chamada “plataforma”, que se dedicava a atividades políticas não oficiais. Estes grupos atuavam em Londres através de uma série de organizações políticas, como a Sociedade Londrina de Correspondência - SLC, a Sociedade pela Informação Constitucional - SIC, a Sociedade da Revolução e a Sociedade dos Amigos do Povo. Estes grupos procuravam, através de manifestações públicas, influenciar o parlamento a acatar as decisões políticas dos grupos sociais que representavam.¹⁶

¹⁴ A experiência revolucionária no século XVII aliada à marginalização sofrida pelos dissidentes na sociedade inglesa após a Revolução de 1688 fizeram surgir no seio da cultura dissidente um grande receio das invasões do Estado em seus negócios privados. Seus maiores temores são a cobrança de taxas sobre mercadorias e impostos, a invasão em assuntos de “consciência” religiosa e política, ou a própria invasão física dos “lares” pelas forças policiais do governo.

¹⁵ PRICE, 1992, p. 189-190.

[“(...) *the right to liberty of conscience in religious matters. (...) the right to resist power when abusive* (...)].

¹⁶ A Sociedade Londrina de Correspondência (*London Corresponding Society*) era uma das diversas sociedades políticas de trabalhadores que floresceram na década de 1790 nos grandes centros urbanos ingleses, como Sheffield, Birmingham, Manchester e Londres. Ela promovia debates políticos e reivindicavam reformas parlamentares e constitucionais, chegando a reivindicar uma ampla participação popular na política inglesa e, em extremo, a defender a revolução na Inglaterra e a instauração de uma ordem política republicana nos moldes propostos por Thomas Paine nos *Direitos do homem (Rights of Man)*. Segundo Thompson, devemos considerar a SLC antes como uma “sociedade (...) ‘radical popular’ do que operária”, na medida em que ela consistia numa organização de artesãos, apesar de ter jornalistas, médicos, comerciantes e intelectuais autodidatas em seus quadros (THOMPSON, 1997a: 171). A SLC nos remete à heterogeneidade social do radicalismo londrino no qual Godwin se circunscreve. A SLC foi

Godwin preza acima de tudo a razão, a autonomia da consciência individual, a livre busca intelectual, e apóia a igualdade entre os homens (que, naquele momento envolvia politicamente a defesa de reformas políticas que implicassem no fim das leis de exclusão e, mais além, da marginalização dos comuns diante dos nobres). Trata-se de valores tipicamente dissidentes, que fluem de Locke e são traduzidos para a problemática política contemporânea por autores como Priestley e Price.¹⁷ Contudo, também envolvem as falas de Paine e dos líderes das sociedades políticas populares. São defendidos pela “palataforma” de um modo geral, apesar do tom das reivindicações que eram geradas a partir destes valores assumir um tom mais radical no caso da SLC e da SIC, e mais moderado na Sociedade da Revolução e na Sociedade dos Amigos do Povo.¹⁸ É esta coesão no que se refere aos valores que permitia a Godwin e aos reformistas como um todo se pensarem como um grupo e se auto-denominarem “amigos da humanidade”, apesar de divergirem quanto aos meios de alcançar a igualdade entre os homens, ao grau

extinta no final da década de 1790 devido a leis que proibiam a associação política. A respeito da SLC e dos radicais cf. E. P. Thompson (1997a), especialmente o capítulo 5.

A Sociedade dos Amigos do Povo foi fundada por membros do parlamento, radicais whigs (liberais) que apoiavam as reformas políticas, mas repudiavam a pressão popular, por julgarem que as reformas deveriam advir de uma decisão exclusiva do parlamento. Contava com James Mackintosh entre seus líderes.

Fundada na década de 1780 por Thomas Hardy, A Sociedades pela Informação Constitucional tornou-se, assim como a SLC, na década de 1790 um foco de agitação republicana e painista. Do mesmo modo que a SLC, era uma organização mais popular, congregando em suas fileiras artesãos pobres e alguns membros da classe média. (FLORENZANO, 1993: 63-64).

Já a Sociedade da Revolução (título referente à Revolução Gloriosa de 1688), era tipicamente dissidente e de classe média. Price e Priestley eram seus líderes, e Godwin atendeu ao encontro anual de 1789, quando Price proferiu seu *Discourse on the love of our country*, louvando a Revolução Francesa. Apesar de não ter se oficializado como membro, Godwin deve ser reconhecido cultural e socialmente próximo deste grupo.

Estas organizações promoviam atos públicos e enviavam petições, ou abaixo-assinados ao Parlamento. O ato de se remeter um abaixo assinado ao parlamento (*petitioning parliament*) era remanescente ao século XVII, e era considerado uma “liberdade inglesa” tradicional e irrevogável. O parlamento deveria obrigatoriamente colocar as petições populares em votação. As campanhas organizadas pelos dissidentes religiosos entre 1780 e 1790 contra as leis de exclusão foram conduzidas nestes moldes. A respeito cf. (DINWIDDY: 48; PHILP: 64; KENYON: 280; PAINE, 1792: 246; e THOMPSON, 1997: 91-92, 119).

¹⁷ Líderes dos dissidentes religiosos.

¹⁸ Cf. nota 16.

de participação política que deveria existir ou ao tipo de governo que seria mais conveniente instaurar.

É preciso lembrar além disso que Godwin não ficou restrito a contatos com os dissidentes religiosos. Seu melhor amigo na época foi Thomas Holcroft, dramaturgo, romancista e frequentador dos círculos da classe média londrina. Holcroft, que também foi um dos líderes da SLC e um bem sucedido auto-didata, era filho de um sapateiro.¹⁹ Além disso, desde a década de 1780, Godwin tendeu a um afastamento da dissidência religiosa, que culminaria com sua declaração de ateísmo em 1793. Ele declara repetidas vezes sua antipatia ao partidarismo e ao sectarismo político e mantém contatos com membros de diversas correntes políticas reformistas, especialmente a SLC e os líderes políticos whigs (liberais). Evidencia-se uma proximidade, que não deixa de ser problemática, com a Sociedade Londrina de Correspondência. Muitos de seus amigos, como Horne Tooke e Joseph Thelwall e Holcroft eram membros importantes desta sociedade política (mesmo sabendo que, para Godwin, as transformações a serem realizadas na ordem política e social inglesa deveriam prescindir da presença das organizações políticas, que ele julga nocivas do ponto de vista moral).²⁰ Isto torna necessário considerar mais adiante as contradições que caracterizam a postura política de Godwin na década de 1790.

Por hora é importante saber que a heterogeneidade cultural que caracteriza o radicalismo londrino da época²¹ torna impossível a circunscrição definitiva de Godwin numa única esfera sócio-cultural. Apesar dos referenciais culturais e valorativos dele nos remeterem à sua formação social dissidente de classe média, é necessário considerar a

¹⁹ A observação da SLC nos remete à heterogeneidade social do radicalismo londrino no qual Godwin se circunscreve. Assim como Holcroft, Thelwall é um exemplo neste sentido. Próximo a Godwin na década de 1790, Thelwall era filho de um comerciante de seda; tinha contato com o universo intelectual e cultural das classes-médias (expresso em sua amizade com Godwin e o poeta S. T. Coleridge) e ao mesmo tempo liderava a SLC (THOMPSON, 1997a: 19, 171).

²⁰ GODWIN, 1985. p. 282-292.

²¹ THOMPSON, 1997. p. 70-71, 85-88.

diversidade de suas relações sociais, evitando pensá-lo nos limites sócio-culturais do grupo dissidente religioso.

2 Godwin e a vitória do conservadorismo na Inglaterra

Considerando as afirmações de Hazlitt em *Espírito da época*,²² é surpreendente que o caráter político da atuação de Godwin na década de 1790 tenha sido recusado pela memória histórica inglesa desde o princípio do século XIX. Godwin geralmente é tratado apenas como um estudioso, afastado do mundo da política real e atento apenas às abstrações da filosofia. O próprio William Hazlitt, escritor radical próximo a Godwin na juventude e que testemunhou o entusiasmo generalizado quando da primeira publicação de *Justiça política* em 1793, tende no século XIX a pensar a atuação de Godwin sobretudo em termos literários e filosóficos. Para ele Godwin teria sido um homem que não soube apreciar corretamente a natureza humana, que julgou alto demais nossas possibilidades e cujos sonhos foram esmagados pela verdade crua dos acontecimentos da vida real.²³

O posicionamento de Hazlitt diante de Godwin é típico da ideologia política romântica, predominante na Europa a partir da derrota dos Franceses e da Santa Aliança.²⁴ Seguindo este movimento é possível observar que Hazlitt, apesar de ser um radical em termos de uma atuação política, (atuante em prol do sufrágio universal e do direito de manifestação e organização dos trabalhadores pobres) manifesta diante de Godwin influências do realismo político vitorioso na Inglaterra no início do século XIX. Hazlitt divide bem as margens do que se afirma desde então como atuação política “real”, e por um outro lado o que se afasta desta por situar-se na vertente da teoria, das

²² Cf. p. 12 desta Dissertação.

²³ HAZLITT, 1991, p. 39.

²⁴ LUKÁCS, 1976, p. 21-23.

formulações abstratas e filosóficas e, enquanto tal, irrealizáveis (utópicas, no sentido conservador).

O projeto político godwiniano expresso em *Justiça política* havia ido bem além das afirmações da necessidade de reformas políticas limitadas. Godwin havia defendido, nos moldes do pensamento Iluminista revolucionário e dissidente, uma reforma integral da condição humana na terra, uma “regeneração total do ser humano” ou a criação de um novo homem absolutamente moral que prescindiria, para a manutenção da “ordem” social, da coerção do Estado. Nesse sentido, segundo Hazlitt,

A principal falta (...) da filosofia do sr. Godwin, numa só palavra, foi sua excessiva ambição (...). Ele concedeu muita nobreza a seus semelhantes (...) - ele elevou o padrão da moralidade acima do alcance da humanidade e, ao direcionar a virtude a alturas demasiado etéreas e românticas, tornou seu caminho perigoso, solitário e impraticável. O autor de *Justiça política* tomou a razão abstrata como a regra de conduta e o bem abstrato como seu fim. Ele posiciona a mente humana numa elevação, da qual ela contempla a vista do horizonte total das conseqüências morais (...). Ele absolve o homem dos laços grosseiros e rígidos do sentimento, do costume, da autoridade, das relações locais e privadas de modo que ele possa devotar-se à busca ilimitada da benevolência universal.²⁵

Esta tópica moral marca os textos políticos²⁶ desde o final do século XVIII inglês e tende a assumir, num movimento crescente entre 1790 e 1800, o caráter fatalista e pessimista que culmina com a publicação do *Tratado sobre o princípio da população* de Malthus em 1799. A ideologia do romantismo conservador expressa neste e em outros textos afirma, em síntese, que o ser humano não é naturalmente bom, que sua conduta cede sempre às paixões, aos interesses, aos desejos. A conduta virtuosa, benévola, não pode ser fundada na razão. Os males trazidos pela Revolução Francesa e pela determinação racional e ilustrada dos revolucionários, especialmente o Terror e os

²⁵ HAZLITT, 1991, p. 39.

²⁶ A série documental de centenas de textos, incluindo panfletos, obras filosóficas, romances e periódicos que envolvem a controvérsia política inglesa iniciada por Edmund Burke em 1790, com *as Reflexões sobre a revolução em França*. A respeito cf. (CLAEYS, 1995: xlvi-lvi).

massacres de setembro, foram a prova “histórica” ou “empírica”, de que a vontade e o planejamento racional no campo político era impossível.

Se no continente a ideologia conservadora só se torna hegemônica a partir da Restauração,²⁷ na Inglaterra sua vitória já é evidente a partir de 1797, especialmente a partir das realizações literárias de Edmund Burke. Como Burke afirma nas suas *Reflexões sobre a revolução em França*, sob os aplausos dos partidários da reação conservadora,²⁸ o único obstáculo lícito às “paixões” destrutivas, fosse na história, na política ou nas relações sociais, passou a ser considerado a obediência aos sentimentos e costumes ancestrais, que a seu ver garantiam o respeito às autoridades políticas, jurídicas e religiosas. Assim sendo, a elaboração de uma ordem social e política saudável, verdadeiramente moral, dependeria da manutenção ou restauração da antiga ordem política européia, tal qual havia vigorado antes da Revolução Francesa. Esta passa a ser a orientação ideológica fundamental tanto na guerra movida contra a França revolucionária desde 1792, quanto na repressão contra os movimentos reformistas em solo inglês.

Após 1797, com a repressão desencadeada pelo governo de Pitt, e o sucesso da contra-revolução na Inglaterra, o radicalismo britânico teve suas expectativas políticas frustradas pelo menos até o surgimento do cartismo nos anos 30 do século XIX. Como afirma E. P. Thompson,²⁹ a classe média, que antes havia se entusiasmado com as idéias de Godwin e dos radicais, moveu-se cada vez mais a uma ideologia repressiva e antiigualitária. Já em 1793, os dissidentes religiosos proclamam sua fidelidade à nação, a Pitt e ao rei.

²⁷ LUKÁCS, 1976. p. 21-23.

²⁸ A nobreza rural (*gentry*) e a alta nobreza, alinhadas à realeza, ao clero anglicano e às classes médias. É importante observar que temos uma mudança entre 1792 e 93, quando as classes médias, incluindo os dissidentes religiosos antes simpáticas ao radicalismo, acabam por aderir ao conservadorismo e proclamam sua fidelidade ao rei e ao governo conservador (*tory*) do primeiro-ministro William Pitt.

A respeito da reação conservadora e as classes médias cf. John Stevenson, “Popular radicalism and Popular protest, 1789-1815” (DICKINSON, 1994, 73, 61-81); sobre os dissidentes cf. o excelente artigo de Isaak Kramnick (1990, 43-70), “Religion and Radicalism”.

²⁹ THOMPSON, 1997c. p. 412.

O período entre 1794 e 1797 é de franco declínio do radicalismo popular, dando lugar a todo um movimento que Gregory Claeys³⁰ denominou de “contra-Iluminismo”, no qual a imprensa “anti-jacobina” e toda uma literatura reacionária floresce, até conquistar a hegemonia entre a intelectualidade inglesa por volta de 1800.³¹ É neste momento, na segunda metade da década de 1790, que a obra de Godwin adquire proeminência. Entretanto esta fama torna-se cada vez mais problemática para nosso autor.

Godwin havia se tornado, com a publicação de *Justiça política* em 1793, o símbolo da “filosofia moderna”, ou Iluminista, na Inglaterra,³² - de tudo o que era considerado “francês”, “jacobino”, radical e inovador, e que portanto ia de encontro à ordem política e social estabelecida. Com a virada da maré política a partir de 1797, ele será o alvo preferido dos ataques por parte do público em geral e da imprensa conservadora. Godwin relembra em 1801, que

Na segunda metade de 1797, os campeões da revolução francesa na Inglaterra mantinham suas posições e eu permanecia inatacado (...). Após ter escutado, durante anos, nada mais que a voz das recomendações, fui finalmente atacado por todos os lados, e isto de um modo que desafiava toda moderação e decência. Nenhum meio era excessivamente perverso, nenhuma linguagem demasiado baixa e insultante, que não pudesse conduzir o veneno de meus adversários. Os abusos foram tão repetidos, que por fim os observadores e até mesmo os próprios partidos passaram a crer no que haviam tão veementemente afirmado. O grito se espalhou como uma infecção geral, e pessoas me disseram que nenhum romance medíocre para moças em idade escolar não poderia aspirar ao sucesso a não ser que contivesse algumas expressões de desgosto e aversão pela nova filosofia, e seu principal (ou deveria dizer mais profuso) representante inglês.³³

³⁰ CLAEYS, 1995. p. xliii.

³¹ Ibid., p. xliiii-li.

³² HAZLITT, 1991. p. 70.

³³ GODWIN, citado por WOODCOCK, 1947. p. 161.

O testemunho de Hazlitt³⁴ é revelador da agressividade do ataque sofrido por Godwin e pelos radicais. Segundo ele, na segunda metade da década de 1790,

Os críticos governamentais, os censores autorizados da imprensa [jornalistas e panfletistas aliados ao governo], não davam quartel àqueles que seguiam os ditados da independência (...) eles viram-se não só cercados por uma profusão de preconceitos, mas assaltados pela máquina do poder: por apelidos, por mentiras, por todas as artes da malícia, interesse e hipocrisia, sem a possibilidade de qualquer defesa diante da ‘baixeza da tempestade impiedosa’ que lançaram sobre eles, do alto das fortalezas da corrupção e da autoridade.³⁵

Apesar de Godwin e Hazlitt situarem a repressão na segunda metade da década, especialmente a partir de 1797, é certo que ela surgiu já em 1790, e num movimento crescente atingiu uma tal magnitude que levou historiadores a reconhecerem-na como um verdadeiro “terror” político sem precedentes na Inglaterra setecentista.³⁶ Quando o governo viu-se ameaçado pela propagação dos movimentos radicais e reformistas por volta de 1791, ele articulou mecanismos repressivos e propagandistas tendo em vista a contenção da “maré revolucionária”. Estes mecanismos se expressaram numa legislação penal cada vez mais severa e em atos que reiteravam o poder governamental e demarcavam os limites para a expressão política da população.

Se em 1789 o governo de Pitt havia observado a “anarquia” reinante na França com complacência e até mesmo com satisfação, na medida em que a desordem política francesa poderia satisfazer os interesses britânicos, entre 1791 e 1792 propaga-se um grande medo na Inglaterra à medida em que novas notícias chegam da França.³⁷ Os emigrados franceses contam histórias terríveis acerca de matanças e saques. Com os “massacres” de setembro de 1792, o Terror de 93, a tomada de poder pelos jacobinos e a condução da revolução, cada vez mais, pelas camadas populares, a preocupação de que o

³⁴ Ibid.

³⁵ Ibid.

³⁶ FLORENZANO: 1993. p. 132.

³⁷ CLAEYS, 1995. p. xliv.

“contágio” revolucionário transpusesse o canal torna-se geral entre grande parte da nobreza, do clero anglicano e dos dirigentes políticos ingleses. Este contágio seria evidenciado pelo crescimento dos movimentos ingleses pela reforma parlamentar, que assumiram um viés marcadamente popular com a fundação em 1792, da Sociedade Londrina de Correspondência. O sentimento geral entre as elites dirigentes é de que qualquer concessão aos reformistas poderia desencadear na Inglaterra um processo revolucionário semelhante ao francês, e sua decisão é a de obstaculizar e reprimir na ilha toda e qualquer perspectiva de transformação política e institucional.

Assim sendo, já em 1792 temos a tomada de uma série de medidas que visam a contenção dos ímpetus revolucionários na Inglaterra. Em maio, após a publicação dos dois volumes dos *Rights of Man* (1790 e 1791) de Thomas Paine, surge uma proclamação real contra os libelos sediciosos. Paine é condenado à morte, seus panfletos proscritos e é obrigado a fugir para a França.³⁸ Em 1793 uma Convenção Nacional das sociedades políticas populares que teve lugar na Escócia, onde as leis contra sedição eram mais severas, foi invadida e diversos dos líderes das sociedades políticas (Muir, Palmer e Gerrald, entre outros) são deportados e morrem no exílio. Em 1794 o *habeas corpus* foi suspenso por tempo indefinido, e logo em seguida sete líderes da Sociedade Londrina de Correspondência, incluindo Thomas Holcroft, amigo de Godwin, são presos e levados a julgamento por alta traição.³⁹ Em 1795 foram aprovadas as chamadas “duas leis”, que possibilitavam a deportação de qualquer pessoa que expressasse opiniões contrárias ao governo (uma definição muito vaga, que enquadrava qualquer gênero de crítica) e limitavam o direito de reunião sem a expressa autorização governamental. Por fim, em 1799 todas as sociedades e clubes radicais são proscritos pela Lei de Associação, ou *Combination Act*.

Neste contexto de repressão generalizada é um equívoco limitar nossa concepção dos acontecimentos da época a um mero “debate” ou “controvérsia”, como procede

³⁸ FLORENZANO, 1993. p. 133.

³⁹ Ibid. p. 133-135.

tradicionalmente a historiografia,⁴⁰ se compreendemos por “debate” a livre troca de opiniões, tendo em vista o convencimento pela argumentação, e não através da força física e da violência. Na verdade o termo debate mascara uma realidade política que vai muito além da discussão e da argumentação, mas que envolve, o **confronto violento** entre os defensores da ordem política e social vigente e os radicais. O que se denomina geralmente debate é expressão de uma crise política sem precedente na história britânica desde as guerras civis do século XVII.

Neste sentido, o exemplo de Burke é o mais contundente. Ele deixou claro na época de composição das *Reflexões*, já em 1789, que o terreno sobre o qual situaria sua fala não seria o da “discussão calma” e da “investigação filosófica” (“o caminho mais curto para perdermos nossa causa”),⁴¹ mas o do convencimento retórico, da propaganda política através do qual procura, antes de tudo, mover os sentimentos das classes dirigentes, alertando-as acerca do perigo revolucionário que ameaça a Inglaterra.⁴² Nas *Reflexões sobre a revolução em França*, Burke conclama abertamente o governo à repressão dos movimentos políticos que a seu ver ameaçavam reproduzir em solo inglês a situação política “terrível” que a França vivia.

3 A reação à “nova filosofia”: política e moralidade

Motivado pela ideologia conservadora de Burke, desde 1792 o governo incentiva e patrocina financeiramente a formação de organizações políticas conservadoras, como a Associação para Preservar a Liberdade e a Propriedade contra Republicanos e Niveladores, encabeçada pelo reverendo ultra-conservador John Reeves. No decorrer da década esta organização favorece a publicação de periódicos, romances, poemas e

⁴⁰ Boulton (1963) e Cobban (1960), por exemplo, interpretam o problema político da época como envolvendo sobretudo um “debate” ou “controvérsia” política. Cf. a crítica de Philp (1991: 1, 13, 61-63) a este respeito.

⁴¹ BURKE, citado por O'BRIEN, 1986, p. 54.

⁴² O'BRIEN, 1986, p. 49-56.

charges satíricas que atacassem as perspectivas políticas e agredissem a idoneidade moral dos radicais. Paine é retratado como um bêbado e devasso, e Godwin torna-se o protótipo do filósofo libertino, principalmente a partir da publicação por ele em 1797 das *Memórias da autora dos 'Direitos da mulher'*,⁴³ nas quais relata que Mary Wollstonecraft,⁴⁴ sua esposa recém-falecida, teve relações sexuais com outros homens antes do casamento. O periódico *Anti-Jacobin Review*, fundado em 1799, e ponta da propaganda subsidiada pelo governo, oferece alguns exemplos representativos do tipo de propaganda satírica que então se realizava, como o poema “A visão da liberdade” (“The vision of liberty”), de 1801:

Então vi montados num burrico que zurrava
 William e Mary, eis um par feliz;
 Eles se casaram, mas como isso pôde acontecer,
 Se ambos sempre disseram que o casamento é uma bobagem?
 (...)
 Seu marido, *sans culottes*, estava melancólico,
 Pois Mary sabia mesmo usar o traseiro -
 Deus livre tais homens idiotas dessas pu -- s [sic] usurpadoras.
 (...)
 Sendo seu marido, ele conta, deliciado,
 Como ela enganou esse palhaço idiota,
 E entregou-se, Oh momento adorável! para metade da cidade
 (...).⁴⁵

⁴³ GODWIN, 1987.

⁴⁴ Mary Wollstonecraft destacou-se por ser uma das primeiras defensoras dos direitos da mulher. Em seu panfleto de 1792, *Defesa dos direitos da mulher*, pede o reconhecimento da igualdade entre homens e mulheres no plano social e intelectual. Redigiu também uma resposta a Burke em 1790, a *Defesa dos direitos do homem*. Casou-se com William Godwin em 1797 e faleceu no mesmo ano em decorrência de complicações pós-parto.

⁴⁵ ANTI-JACOBIN REVIEW. In: RODWAY (ed.). p. 218.

*[Them saw I mounted on a brayin ass
 William and Mary, sooth, a couple jolly;
 Who married, note ye how it came to pass,
 Although each held that marriage was but folly?*

Em 1802 o *Anti-Jacobin* também oferece ao público um longo poema, intitulado “A filosofia moderna e o sistema godwiniano” (“Modern Philosophy and the Godwinian System”), que serve como um fecho conclusivo às críticas anteriores:

Retratada por Sócrates com graça inimitável,
 A filosofia exibiu uma cara angélica.
 Agora nas imitações ridículas de macacos,
 A deusa assume uma infinidade de formas e formatos.
 (...)
 Godwin, arcediogo, expõe sua mística doutrina,
 E discípulos arrebatados ouvem os sons maravilhosos.
 Muito além dos limites da Natureza, ele ousa ir,
 E canta a perfectibilidade do Homem;
 Modela o domínio abençoado de uma nova Utopia
 Que não é amaldiçoada por leis, nem pelo reino dos costumes,
 Onde a Razão desleixada, resiste ao amor e ao ódio,
 E a Justiça assegura com a Apatia seu domínio.
 Laços matrimoniais, cuidados paternos e medos,
 E mesmo a caridade adorada,
 O amor, a amizade, a gratidão e a gentileza refulgente
 Da piedade diante do infortúnio do irmão,
 O Hierofante Filosófico proclama serem
 Fantasmas da fraqueza, nomes visionários;
 Esboça um plano de felicidade geral,
 Na qual homem nenhum deve confortos sociais ao homem.
 (...)

(...)
*Her husband, sans culottes, was melancholy,
 For Mary verily would wear the breeches –
 God help poor silly men from such usurping b—s.*
 (...)
*Being her spouse, he tells, with huge delight,
 How oft she cuckolded the silly clown,
 And lent, O lovely piece! herself to half the town.]*

Ah! Não se lamentem, Anarquistas, se o céu assinalar
 O ser passageiro destas visões divinas,
 Se a natureza reassumir seus direitos roubados,
 E a deusa de Godwin se desvanecer na noite.⁴⁶

Se por um lado temos a proeminência de acusações morais a Godwin, como no poema “A visão da liberdade”, é certo que estas acusações morais não deixam de conter um significado essencialmente político, como é possível observar no poema acima citado, *A filosofia moderna e o sistema godwiniano*. Na perspectiva conservadora, a essência da filosofia política de Godwin, e da “nova filosofia” de um modo geral, repousava em sua recusa à ordem natural das coisas, expressa nos costumes ingleses (aqui os “laços matrimoniais”, os valores associados à família) e nos sentimentos (o afeto, o temor respeitoso [*awe*] a gratidão e a piedade) que garantiam a existência de uma conduta social virtuosa. Visto que a base da moral conservadora residia na hegemonia dos “costumes” e “sentimentos nacionais” tradicionais, a crença creditada a Godwin no poder ilimitado da “razão” sobre estes costumes e sentimentos ocasionaria inevitavelmente a destruição completa das “virtudes”. Nesta perspectiva, qualquer justificativa “racional” ao abandono dos costumes (como a afirmação godwiniana de que o casamento era uma instituição perniciosa, por ser uma forma de propriedade e por afetar autonomia dos conjuges)⁴⁷ seria apenas uma justificativa hipócrita para a prática da libertinagem e obtenção de benefícios pessoais egoístas.

O autor de um panfleto anti-godwiniano⁴⁸ publicado em 1798 declara, tendo como alvo Godwin, que:

⁴⁶ ANTI-JACOBIN REVIEW, citado por MARSHALL, 1984, p. 231-232.

⁴⁷ GODWIN, 1993c. p. 452-455.

⁴⁸ Trata-se de *Modern philosophy and barbarism or, a comparison between the theory of Godwin and the practice of Lycurgos*, de Willian C. Proby. (PROBY. In: CLAEYS (ed.). 1995viii, p. 290-322).

A duplicidade caracteriza o sistema [filosófico] moderno como um todo (...) Ele pretende aumentar os poderes do ser humano sua esfera de ação, alcançando a benevolência universal, mas o apequena e o torna egoísta. Na superfície vemos o disfarce da filosofia iluminista, mas as superstições obscuras e o barbarismo ordenado rondam nos subterrâneos e emergem sem demora, revelando-se juntamente aos seus horrores.⁴⁹

No mesmo periódico *Anti-jacobin*, em 1799, temos o lamento do personagem que representa Godwin e a “nova filosofia” na sátira dramática “Diálogo nas sombras” (*“Dialogue in the Shades”*): “Divirtam-se como quiserem; mas eu estou atormentado pela ansiedade e pela dúvida. Por professar as doutrinas da filosofia mais pura e inovadora da terra, meu caráter foi arruinado, e fui abandonado pela sociedade.”⁵⁰

Este tópico moralizante tornou-se comum após 1795, especialmente nos romances e sátiras anti-jacobinas⁵¹. Estes apresentam na maioria das vezes “heróis” que abandonam os preceitos do casamento e da religião, fundando sua conduta exclusivamente na “razão”, tendo em vista benefícios pessoais.⁵² Em *Tale of the Times* (1799) por exemplo, a romancista anti-jacobina Jane West apresenta-nos o vilão Fitzosborne, que utiliza os argumentos de Godwin contra o casamento para seduzir a jovem e bela Geraldine. Após

⁴⁹ PROBY. In: CLAEYS (ed.). 1995viii, p. 290-322.

Outro panfleto anti-jacobino que critica a filosofia de Godwin em termos morais rigorosos é *The Example of France, A Warn to Britain*, publicado anonimamente em 1794 (CLAEYS, 1995viii: 57-141).

⁵⁰ ANTI-JACOBIN REVIEW. In: RODWAY (ed.). p. 220.

“Dialogue in the Shades” é uma sátira à filosofia de Godwin. O texto é redigido à maneira do *Diálogo dos Mortos*, do autor clássico Luciano.

[“Enjoy yourselves as you will; I am tormented by anxiety and doubt. By professing the doctrines of the new and pure philosophy on earth, my character was ruined, and I was abandoned by society”].

⁵¹ O termo “jacobinos” designava os partidários da Filosofia Iluminista, simpáticos à Revolução Francesa e às reformas políticas na Inglaterra. Anti-jacobinos são os conservadores burkeanos apoiados pelo governo, contrários à Revolução Francesa e à reforma parlamentar, ou qualquer tipo de inovação política, social e cultural na Inglaterra. Sobre a terminologia da controvérsia política inglesa cf. Gunter Lottes, “Radicalism, Revolution and Political Culture” (PHILP, 1991: 78-82). Sobre os romances jacobinos e anti-jacobinos ingleses procedentes da década revolucionária cf. (THOMPkins, 1932).

⁵² TOMPKINS, 1932, p. 296-328.

ser abandonada ela morre, e ele comete suicídio numa prisão francesa, enquanto espera a execução em pleno reinado do Terror.⁵³ Nestes romances os argumentos “racionais” justificam o roubo, o estupro, a tirania, a mentira, a cafetinagem e a devassidão, ocasionando a morte violenta dos protagonistas. No caso das mulheres, a morte ocorre ocasionalmente devido a partos mal sucedidos, fruto “conveniente” de relações sexuais ilícitas; e os vilões “jacobinos” comumente enlouquecem devido à “perigosa filosofia” que defendem, morrendo pela execução política ou pelo suicídio.

Neste ponto temos um movimento curioso na elaboração da memória histórica de Godwin, pelo qual os dados biográficos dele e de seus próximos tendem a corroborar, nos enredos forjados pelos conservadores, as críticas presentes na literatura anti-jacobina. Por exemplo, quando Godwin inadvertidamente publicou as *Memórias* de Wollstonecraft em 1797, logo após sua morte, ele ofereceu aos seus detratores fatos que aparentemente sustentavam as críticas morais recorrentes na literatura *anti-jacobina* produzida antes e a partir de 1797. Pois estavam lá, aos olhos de quem quisesse ver, os resultados da sua filosofia perniciosa: a imoralidade de Wollstonecraft, expressa em sua relação com vários homens sem a sanção matrimonial (que confirmaria sua representação como “cadela” que “se entrega para meia cidade” no poema “A visão da liberdade”); e a “loucura” da filósofa, expressa em duas tentativas frustradas de suicídio e, por fim, a punição providencial que ela sofre: a esposa de Godwin, defensora dos direitos da mulher, acaba morrendo (como os anti-jacobinos apressaram-se em ressaltar) devido ao “mais feminino dos atos”, o parto. As evidências “reais” e aquelas oferecidas pela literatura de ficção se confundem, fornecendo autoridade aos alertas conservadores acerca dos resultados trágicos e inevitáveis da “nova filosofia” - dos perigos que ofereceria quando posta em prática.⁵⁴

⁵³ MARSHALL, 1984, p. 217.

⁵⁴ É importante lembrar que para Burke o encadeamento trágico que conecta a filosofia, a imoralidade, a loucura e a morte, são fruto de uma providência sábia, de um Deus terrível e punitivo. A conexão entre a filosofia e o “terror” caracterizaria, segundo ele “previu” em 1790 nas *Reflexões* (1986), o desenrolar da própria Revolução Francesa. Obviamente, a “previsão” de Burke condicionou a própria interpretação histórica da Revolução.

Este movimento ambíguo que marca a relação entre os moldes interpretativos burkeanos e conservadores, conformando a interpretação da obra e da figura histórica de Godwin, dará frutos no século XIX, a partir da avaliação de sua relação com o poeta Percy Bysshe Shelley.⁵⁵ Grande admirador de *Justiça política*, Shelley procura Godwin em 1817;⁵⁶ será o princípio de uma longa amizade, coroada por seu casamento em 1820 com Mary, filha de Wollstonecraft e Godwin.

O fato de Shelley ter visualizado *Justiça política* como uma obra fundamental no delineamento de seus princípios político-morais e como fonte de inspiração poética, associado aos acontecimentos trágicos que marcaram o círculo de Shelley e Godwin (o suicídio da enteada de Godwin, bem como da primeira esposa de Shelley; e a morte prematura do poeta) vieram a conferir nova força à acusação dos perigos morais da filosofia godwiniana no decorrer do século XIX. Em 1858, numa resenha do periódico *Notes & Querries*, acerca de uma nova biografia de Shelley⁵⁷ o resenhista reclama que o autor da biografia foi muito complacente tanto para com o poeta quanto para com o filósofo. Apesar de Godwin considerar, em sua filosofia,

o casamento odioso e detestável (...), “após a morte melancólica da primeira mulher de Shelley (...) o autor de *Justiça política* conseguiu vencer sua repugnância diante desta cerimônia, tão ‘desnecessária’, quando surgiu a possibilidade de ganhar uma grande herança (...). Quando os obstáculos para o segundo casamento [entre a filha de Godwin e Shelley] havia sido removido, o Sr. Godwin não só retirou suas objeções (...) às cerimônias himenéas mas favoreceu o casamento (...) assegurando para o bebê de sua filha a indisputável sucessão e herança de um imenso estado. (...) o

⁵⁵ Um dos mais famosos poetas românticos ingleses, Shelley (1792-1822) foi profundamente influenciado por Godwin. Quanto à relação entre a poesia de Shelley e a filosofia godwiniana cf. Brailsford (1986: 133-146).

⁵⁶ Em 1817 o poeta Shelley “redescobre” Godwin, a quem julgava morto, tal o “esquecimento” e marginalização que este sofreu nos círculos intelectuais ingleses após 1800.

⁵⁷ NOTES & QUERRIES, 1858. P. 373-374.

Trata-se de uma resenha anônima sobre *A vida de Percy Bysshe Shelley*, escrita por Jefferson Hogg.

progresso moral de seus pais, apesar de tudo que um mundo tão fastidioso, pouco poético e filosófico pudesse pensar disso, era, provavelmente, a condição indispensável do arranjo.⁵⁸

Assim sendo, para a matriz interpretativa conservadora, no fundo a filosofia racionalista de Godwin é um véu que oculta os benefícios pessoais que ele ambiciona; pode ser moldada facilmente, revogando-se as críticas ao casamento e à monarquia quando existe uma grande herança e um título de nobreza em jogo. As atitudes do poeta godwiniano Shelley reiteram estas críticas.

O jornalista também se horroriza por Shelley ter abandonado a esposa para ficar com a filha de Godwin: “Em 1814 Shelley deixou a Inglaterra, acompanhado por Mary Wollstonecraft Godwin; sendo que o único pretexto do poeta para o repúdio de sua esposa desgraçada era o fato dele ter encontrado alguém de quem gostava mais!”⁵⁹ As conseqüências do abraço da filosofia godwiniana (o “progresso moral” que o jornalista no *Notes & Querries* afirma, ironicamente, ter sido a condição para a aceitação deste casamento por Godwin) como os fatos comprovaram, foram trágicos: a primeira esposa de Shelley, a “pobre moça deserdada (...) depois de sofrer grandes privações, e descer ao nível da mais baixa miséria, cometeu suicídio, lançando-se no tanque do Green Park em 10 de novembro de 1916.”⁶⁰ Este teria sido o resultado inevitável do abandono dos costumes tradicionais, motivado pelo abraço por Shelley da filosofia godwiniana. Logo sua conduta seria merecedora das maiores censuras por parte da comunidade,

certamente a conduta que conduziu à depravação e ao suicídio de uma esposa (...) cujas faltas eram, em sua maior parte, o resultado de sua devoção às próprias **teorias extravagantes** do poeta, na ética e na polêmica; não era merecedora de inferências muito favoráveis por parte daquela porção da comunidade para a qual a honra, a fidelidade conjugal, ou mesmo a simples humanidade, consistem em algo mais que palavras.⁶¹

⁵⁸ Ibid.

⁵⁹ Ibid.

⁶⁰ Ibid.

⁶¹ Ibid. (grifos meus).

De uma certa maneira os fatos pareciam corroborar os avisos oferecidos pela ideologia conservadora, alertando para a inevitabilidade da tragédia que acompanharia os indivíduos e países que se aventurassem pelos meandros de um tipo terrível de filosofia. A imagem reinante de Godwin no século XIX, portanto, será a pior possível. Segundo Thomas de Quincey ele era visto pelas boas famílias da classe média inglesa “como um vampiro sem sangue ou como um tipo de monstro”⁶². Já o reverendo anglicano Robert Scott, quando queria expressar uma ação demasiado aviltante, exclamava: - “apenas Godwin poderia fazer isto!”⁶³.

Logo o que temos é um movimento negativo, pela recusa e detração, na incorporação de Godwin à memória histórica inglesa. Certamente a postura conservadora moralista não é hegemônica, e existem evidências claras de que Godwin foi positivamente apreciado em outras esferas, especialmente pelos owenistas e cartistas a partir do renascimento do radicalismo na primeira metade do século XIX.⁶⁴ Entretanto, na documentação oitocentista persistem censuras e recriminações de cunho moral, como as que vimos no *Notes & Queries*. Neste periódico, por exemplo, no período entre 1850 e 1869, as recriminações e indagações a respeito de sua vida privada misturam-se a referências à sua obra como romancista e historiador. Nesta série documental não existem referências a respeito de sua atividade política. Tudo indica que os leitores do jornal dirigem-se a Godwin movidos pela curiosidade “voyeur” e antiquarista da classe-média vitoriana, interessada pela “estranheza” do filósofo e de seus seguidores.⁶⁵

⁶² MARSHALL, 1994. p. 220.

⁶³ Ibid.

⁶⁴ Ibid.

⁶⁵ Foi possível compilar uma série de referências a Godwin no *Notes & Queries*, entre 1850 e 1869. Seguem as datas das referências ao seu nome e os temas tratados:

Em 18 de maio de 1850 há uma ref. à *History of Commonwealth* de Godwin, e um leitor pede informações sobre uma biografia dele (p. 475, 478. 31) Em 26 de julho de 1851, afirma-se que refs. à biografia de Godwin podem ser encontradas em suas *Memoirs*. (p. 76.). Em 25 de junho de 1853. há ref. ao romance de Godwin *St. Leon*, de 1800 (p. 631). Em 24 de novembro de 1855, Godwin é citado como “romancista” numa

4 Godwin e o realismo político

Associada a este enfoque moralista, também temos a acusação recorrente do caráter *irrealista* das perspectivas godwinianas diante da política. Como já afirmei, na elaboração da memória histórica de Godwin tende-se a sublinhar o caráter apolítico de seus escritos e suas realizações. Contudo, não é difícil entender o porquê disso se observarmos que na linha temporal que vai de 1790 a 1800 a compreensão do que era uma atuação política real muda radicalmente. O termômetro desta medida pode ser apreciado se observarmos o crédito alcançado no século XIX pelo maior inimigo teórico de Godwin, Thomas Malthus. Este havia escrito explicitamente seu bem sucedido *Ensaio sobre o princípio da população* (1798) como resposta a *Justiça política* e às afirmações otimistas de Godwin a respeito do progresso da humanidade e da possibilidade de realização da felicidade humana na Terra.⁶⁶ O problema, para Malthus, é que Godwin teria defendido uma

(...) melhoria da sociedade a ser produzida simplesmente pela razão (...). A substituição do amor próprio pela bondade como mola-mestra e princípio-motor da sociedade. (...) Entretanto, ah!, esse momento nunca poderá chegar. O todo é pouco mais que um sonho, uma bela fantasia da imaginação. Esses “palácios suntuosos” da prosperidade e da imortalidade, esses “templos solenes”

listagem de “nomes ilustres” (p. 399-400). Em 15 de novembro de 1856 é feita uma ref. à sua *History of Commonwealth* (p. 381). Em 8 de maio de 1858 aparece a resenha sobre a biografia de Shelley que comentamos acima, no texto desta Dissertação (p. 373-374). Em 24 de março de 1860 afirma-se que foi encontrada uma edição de *Caleb Williams* com anotações da romancista Anna Seward (p. 211, 219-220). Em 12 de outubro de 1861 há refs. sobre a *Life of Chaucer*, de Godwin (p. 287-288). Em 14 de dezembro de 1861, idem (p. 482). Em 22 de março de 1862 há uma ref. ao seu romance *Cloudeslay* (p. 232). Em 12 de abril de 1862 comenta-se a relação entre Godwin e Shelley (p. 284). Em 3 de maio de 1862 idem (p. 355). Em 28 de junho de 1862 há uma nota sobre os antepassados de Godwin (p. 503). Em 2 de agosto de 1862 idem (p. 94). Em 30 de agosto de 1862 comenta-se que Godwin foi um dos primeiros a atentar para a necessidade de conservação de monumentos históricos, no seu *Essay on sepulchres* (p. 176). Em 22 de julho de 1865 é feita uma referência irônica sobre a frieza de Godwin em relação a Wollstonecraft quando escreve as *Memoirs*, acompanhando um epigrama satírico (p. 66). Em 11 de agosto de 1866 é mencionada sua obra *Lives of Necromancers* (p. 104). Em 29 de dezembro de 1866 há uma nota sobre o túmulo de Godwin e Wollstonecraft (p. 508-509). Em 10 de março de 1866 comenta-se a relação entre Francis Place e Godwin (p. 191-192). Em 26 de dezembro de 1866 há nova ref. a Godwin e Wollstonecraft, com o epigrama satírico (p. 508-509). Em 23 de outubro de 1869 há refs. à vida privada da família Godwin/Shelley (p. 333-334).

⁶⁶ MALTHUS, 1996, p. 301

da verdade e da virtude se dissolverão “como o edifício sem base de uma visão”, quando acordamos para a vida real e vemos a **situação verdadeira e concreta** do homem na terra.⁶⁷

Para o historiador e crítico literário Leslie Stephen,⁶⁸ o primeiro a realizar uma apreciação cuidadosa da filosofia godwiniana, escrevendo em 1876, “Malthus acertou no ponto fraco, sem dúvida. Os sonhos de Godwin eram apenas bolhas fugazes, destinadas ao colapso imediato quando confrontadas com os fatos duros do mundo real”.⁶⁹ Assim sendo, “Godwin permaneceu como um sonhador tranqüilo e amigável, o qual, sejam quais forem seus erros, merece ao menos o crédito de ter mantido, em dias obscuros, a crença no progresso de sua raça e na possibilidade de tornar a política racional.”⁷⁰

Ambos, Malthus e Stephen salientam, de modo simultaneamente irônico e complacente, a ingenuidade de Godwin expressa em sua crença na bondade humana, nas possibilidades da razão em detrimento do amor próprio em coordenar as relações sociais e políticas. Essencialmente se acusa o absurdo da crença godwiniana de que as esferas política e social se ofereceriam enquanto campo de experimentação de vontades racionais; recusa-se a liberdade humana em atuar conscientemente sobre o campo histórico. Trata-se de um “sonho”, de uma proposta “irreal”. Godwin havia desconsiderado “a situação verdadeira e concreta do homem na terra”: presa do amor próprio, e escravo dos hábitos e sentimentos imemoriais. É surpreendente neste sentido que o próprio Hazlitt, um radical político e opositor do conservadorismo malthusiano, tenha afirmado tristemente em 1815 que

⁶⁷ Ibid. p. 301. (grifos meus).

A condição humana na terra, para Malthus, era miserável, visto que o risco da superpopulação só poderia ser eliminado através da fome, da miséria, das doenças e guerras (MALTHUS, 1996: 301-302).

⁶⁸ Leslie Stephen (1832-1904), pai da escritora Virginia Wolf, realizou uma ótima reavaliação da filosofia godwiniana em sua *História do pensamento inglês no século XVIII*, publicada pela primeira vez em 1876 (STEPHEN, 1991b: 252-281).

⁶⁹ STEPHEN, 1991b, p. 279.

⁷⁰ Ibid. p. 265.

o orgulhoso Templo da Razão [elaborado por Godwin em *Political Justice*] que, supunha-se, brilhava (...) ao longe como os palácios da Nova Jerusalém (...) quando foi situado em solo real [estilhaçou-se] em cacos sórdidos de sensualidade e (...) amor-próprio (...) a razão tornou-se uma palavra vã, e a filosofia ‘afundou-se num atoleiro, e depois na tristeza, depois no declínio, e finalmente na dissolução que todos nós lamentamos!’.⁷¹

Isso evidencia o poder dos referenciais conservadores na interpretação dos fenômenos políticos e sociais no século XIX. Contudo, e é o que nos interessa aqui, é possível compreender, a partir da constatação da presença destes referenciais conservadores, o duplo viés, *moralista* e *realista*, que caracterizou até bem recentemente as interpretações historiográficas acerca de Godwin. Um direcionamento que pôde ser identificado numa série de discursos jornalísticos, literários e historiográficos elaborados a respeito de Godwin no percurso que vai da década revolucionária até nossos dias.

No próprio historiográfico têm predominado as interpretações fundadas em seus críticos conservadores, no que a historiografia atende, mesmo que indiretamente, os ditames da linhagem de interpretação de sua figura histórica fundada no *moralismo social* e no *realismo político* da ideologia reacionária vitoriosa entre os séculos XVIII e XIX.⁷²

Esses traços podem ser identificados nas plagas mais insuspeitas e surpreendentes. E. P. Thompson, por exemplo, um historiador de orientação claramente anti-conservadora e simpática ao radicalismo inglês, considera que o “(...) godwinismo que

⁷¹ HAZLITT, 1991. p. 43.

⁷² Neste sentido tem sido reconhecida a influência profunda que os dois maiores nomes do conservadorismo inglês de fins do século XVIII, Burke e Malthus, terão sobre o pensamento oitocentista. É curioso notar que ambos relacionam-se diretamente a Godwin. Este elabora seu tratado filosófico *Justiça política* em resposta às *Reflexões* de Burke; já o Ensaio de Malthus (1996) *Sobre a população*, é uma crítica direta a Godwin, como demonstra o título da primeira edição de 1798: *An Essay on the Principle of Population as it affects the future improvement of Society, with Remarks on the Speculations of Mr. Godwin, Mr. Condorcet and other Writers*. A este respeito cf. a crítica historiográfica realizada por Modesto Florenzano (1993), focada principalmente em Burke, mas que também toca no problema da herança malthusiana para o conservadorismo inglês do século XIX (FLORENZANO, 1993: 147-51). Uma análise da relação entre Malthus e Godwin nos é oferecida por John Avery (1997).

impregnou metade da jovem intelectualidade da Inglaterra entre 1794 e 1798, foi (...) [um] momento de extremismo intelectual, divorciado da ação correlativa real ou da atuação social real (...) o desengajamento das lutas políticas e intelectuais reais”.⁷³ Godwin torna-se alguém que não efetivou uma “atuação social real”, nem compreendeu devidamente o que é ação política.⁷⁴

Já segundo William St. Clair, um biógrafo, a obra de Godwin é “utópica” e não apresenta respostas “práticas” para a crise política da década de 1790:

Political Justice não deve ser observada com seriedade como um programa prático para a crise política de 1793. Mesmo em suas aspirações a longo prazo, o breve esboço, por Godwin, de uma sociedade com um mínimo de governo - na qual todos são mantidos num cheque moral devido à crítica destemida de todos - possui tão poucos atrativos quanto qualquer outra utopia oferecida para este mundo ou para o além.⁷⁵

De um modo semelhante para Modesto Florenzano, Godwin é um autor cuja obra (*Justiça política*) apesar de fazer críticas a Burke, “não pertence propriamente à polêmica [das *Reflexões*], sendo um tratado filosófico independente, altamente abstrato”.⁷⁶

Já críticas recentes de cunho moralista podem ser apreciadas, por exemplo em J. H. Plumb (1990: 161) que denomina, em 1950, Godwin, junto a Shelley e Byron, como “homens promíscuos, extravagantes e não-patrióticos”. Plumb prossegue, afirmando que

Certamente, sua atitude apresentava muitos perigos. Conduzia facilmente a atitudes falsas, auto-exibição, excentricidade auto-consciente e nonsense expúrio. (...) a revolta contra modos de vida aristocráticos e clássicos (...) pode ser vista mais claramente no desenvolvimento de um

⁷³ THOMPSON, 1997a, p. 200-201.

⁷⁴ Ibid. p. 83-109.

⁷⁵ ST. CLAIR, 1991, p. 82.

⁷⁶ FLORENZANO, 1993, p. 50-51.

Paradoxalmente, em outra passagem de sua dissertação, Florenzano (1993: 149) insere Godwin e *Justiça política* na controvérsia política sobre a Revolução Francesa, ao tocar na relação entre Malthus e os “autores da controvérsia”, entre eles Godwin.

boemianismo intelectual auto-consciente, o qual, deliberadamente, procurava um modo de vida que desafiasse os códigos morais aceites. (...) Os boêmios intelectuais, Godwin, Shelley, Mary Wollstonecraft e seu círculo, pecaram antes por sua revolta, e não pelo que desfrutavam, e então justificaram-se através dos princípios da filosofia liberal.⁷⁷

Esta “filosofia liberal”⁷⁸ é a filosofia godwiniana, apresentada aqui como modo através do qual os “boêmios românticos”⁷⁹ poderiam viver “em pecado”, ou seja, desfrutando de uma sexualidade isenta das regras socialmente aceites - do casamento, da coabitação, da relação monogâmica, da fidelidade. O seu “pecado maior”, entretanto, não é esta sexualidade, ou “promiscuidade”, mas a pretensão de justificar seu desvio através de uma filosofia: a elaboração “auto-consciente” de um sistema ético que os transforma, a seus olhos, em criaturas moralmente superiores.

Seguindo por uma caminho semelhante ao de Plumb, porém abrindo mão da censura em favor da ironia (mas mantendo o viés moralista), temos as afirmações em 1950, de Alfred Cobban (1960), em *The Debate on the French Revolution (1789-1800)*, antologia clássica de documentos procedentes do “debate” político inglês na década de 1790. Numa breve apresentação aos textos godwinianos que integram a seleção, Cobban afirma que

William Godwin (1756-1836), foi educado como sandemaniano a partir de livros como *Um relato das mortes piedosas de diversas crianças divinas*. Ministro dissidente (por quatro anos), e então um escritor de Grub Street, ele pregava a benevolência universal, especialmente em proveito próprio. Foi durante o período revolucionário que sua vida esteve no zênite, quando vendeu 4.000 cópias de *Justiça política* e conheceu a felicidade real com Mary Wollstonecraft. Após a morte desta, ele casou com uma bela viúva, e o resto de sua vida é uma história de infortúnios familiares, bancarrota,

⁷⁷ PLUMB, 1990, p. 164-165.

⁷⁸ Esta filosofia é pensada como “liberal” por Plumb, no sentido romântico do termo. Godwin teria expresso um liberalismo ultra-radical (PLUMB, 1990: 164-165). Cf. nota 79.

⁷⁹ “Boêmios”: no sentido dado à palavra na cultura do Romantismo do século XIX. Pessoas avessas às regras sociais convencionais, que cultivam valores característicos do liberalismo radical: culto à individualidade; radicalismo político; boemia, entusiasmo místico, artístico e político. Um exemplo é o poeta Shelley, discípulo de Godwin. A respeito cf. (HONOUR, 1979).

empréstimos, sedução e suicídio. Pai de Mary Shelley e inspirador de *Queen Mab*, ele terminou sua vida como beneficiário da caridade *whig* como *Yeoman Usher of the Exequer*⁸⁰

Godwin é apresentado como um dissidente e membro da seita obscura dos sandemanianos;⁸¹ um escritor de Grub Street, rua londrina onde no século XVIII residiam escritores medíocres que aspiravam à fama literária; e tem seu nome associado aos “escândalos” dos poetas românticos. A ironia do texto de Cobban, que toca incisivamente nos tópicos políticos e morais que estamos discutindo, revela a acusação de uma cisão entre os preceitos filosóficos e éticos recomendados (a “benevolência universal”), e a conduta efetiva de Godwin. Este teria se aproveitado conscientemente da ética presente em *Political Justice* em proveito próprio - e é fato conhecido que recorreu insistentemente, entre 1800 e 1830, ao auxílio financeiro de amigos para sustentar sua editora sempre ameaçada pela falência, justificando seus empréstimos afirmando a necessidade da “benevolência” para com indivíduos “ilustrados”. As afirmações de Cobban, entretanto, devem ser consideradas junto ao excerto de *Justiça política* (oriundo do livro II, capítulo V)⁸² que ele escolheu para sucedê-las. No primeiro excerto selecionado por Cobban, Godwin afirma que “A sociedade política (...) é fundada em princípios de moralidade e justiça (...). Os homens não teriam se associado se imaginassem que, em consequência desta associação, não iriam produzir mutuamente a felicidade e o proveito de cada um”⁸³. Contudo, ao menos na prática, ou na vida “real”, o que se produziu não foi esta “moralidade” e “felicidade”. Neste ponto, ao demonstrarem a cisão entre a filosofia e a vida “real”, as afirmações de Cobban adquirem seu sentido irônico total - pois o que ocorreu durante o século XIX, como ele salienta na introdução, não foi a realização da “bondade” e “felicidade” (nos círculos dos Godwin e dos Shelley,

⁸⁰ COBBAN, 1960, p. 228.

⁸¹ Os sandemanianos (também denominados glassistas devido ao nome de seu fundador, John Glass), se notabilizaram por seu rigor calvinista. A seita deu origem nos Estados Unidos à atual Igreja de Cristo.

⁸² O título do capítulo é “Dos direitos” (“Of rights”). (GODWIN, 1985: 191-199),

⁸³ COBBAN, 1960, p. 228.

estas pequenas “sociedades” regidas pelos princípios godwinianos), mas atos de sedução, suicídios, “infortúnios familiares”. O maior exemplo desta cisão é o próprio Godwin. Ele, que defendeu em sua obra filosófica a necessidade de abolição do Estado, e a imoralidade do pagamento de benefícios e pensões públicas, termina seus dias como um beneficiário da Coroa, ocupando, devido à caridade de amigos *whigs* recém chegados ao poder em 1831, o cargo público de *Yeoman Usher of the Exequer*.

Tanto Plumb quanto Cobban, historiadores reconhecidos nos meios acadêmicos anglo-saxões pela qualidade de suas pesquisas a respeito da política e da cultura na Inglaterra setecentista⁸⁴, optam por ressaltar tópicos tradicionais relativos à tradição interpretativa da memória histórica acerca de Godwin, de modo acusador ou irônico, retomando os aspectos do realismo político moralizante que rege as interpretações da historiografia diante de Godwin desde o final do século XVIII, demonstrando a força e o poder atual desta linhagem interpretativa.

5 Novas abordagens historiográficas

Os equívocos na interpretação histórica de Godwin também são motivados pela não observação dos problemas inerentes ao pensamento e à trajetória política do autor. O erro estaria em tomar como único o “novo” Godwin do século XIX afastado da atuação política pela repressão, desprezando as contradições inerentes a seu pensamento e atuação política. Godwin manifesta contudo transformações profundas na sua compreensão da sociedade e da política entre 1793 e 1800. Num quadro político e social alimentado pela repressão política e crescente marginalização social, o otimismo que Godwin havia manifestado em 1793 em *Justiça política* cede espaço cada vez mais ao

⁸⁴ Plumb, sagrado *sir* em 1978, foi mestre por Cambridge; também membro da Academia Britânica, professor de História Moderna Britânica em Cambridge de 1966 a 1974 e consultor de História da editora Penguin. É mais conhecido por sua biografia do primeiro ministro Robert Walpole. Cobban foi professor de História Francesa na Universidade de Londres. É mais conhecido por *The Debate on the French Revolution*, e por seu estudo *Edmund Burke and the Revolt Against the Eighteenth Century*, de 1929.

pessimismo e à resignação. Após o período de agitação radical na década de 1790, no século XIX Godwin afasta-se das atividades políticas e dedica-se à literatura, a uma editora de livros infantis e a ensaios filosóficos. Torna-se o próprio “filósofo”, alcunha irônica dada a ele pelo amigo poeta Charles Lamb; imagem do racionalista ponderado e pedante, esquecido por todos, habitante de um mundo onde era considerado como uma sombra do passado. Por volta de 1821, afirma Hazlitt, a estrela de Godwin já

havia se ocultado sob o horizonte, e ele desfruta da obscuridade segura de uma imortalidade serena (...). Sua pessoa não é conhecida, ele não é apontado na rua, sua conversação não é procurada, não são requisitadas opiniões suas, ele não encabeça nenhuma conspiração, ele não pertence a nenhum partido no Estado, ele não tem nenhum grupo de admiradores, ninguém acha que vale a pena mesmo traduzi-lo e vilipendiá-lo, ele quase não tem amigos nem inimigos, o mundo decidiu (...) não conceder mais atenção a ele do que àqueles indivíduos que jamais existiram; ele está, para todos os propósitos, morto e enterrado.⁸⁵

Ele havia se movimentado na década de 1790 na vertente radical de um pensamento iluminista de linhagem anglo-francesa, cultivado entre os dissidentes. Este pensamento vinha salientando, desde a revolução das colônias americanas, as possibilidades de realização do Paraíso na Terra. Nesse sentido Godwin situa-se junto a homens como Richard Price e Joseph Priestley, porta-vozes dos dissidentes e adversários políticos de Burke. Godwin vê, como estes e o próprio Paine, nos eventos revolucionários a prova de suas previsões milenaristas e das expectativas do estabelecimento de um período perpétuo de paz e felicidade humana. Porém, no século XIX Godwin foi obrigado a enfrentar o ocaso do radicalismo e das pretensões às transformações grandiosas, sendo aprisionado no quadro limitado de um conformismo romântico. Assim sendo, as avaliações realizadas a seu respeito pela historiografia surgem quase sempre caracterizadas por um flagrante reducionismo. Ainda é tarefa aberta à historiografia, numa rota que vem aos poucos sendo traçada por uma série de historiadores e críticos literários, avaliar qual a contribuição política real de Godwin na década de 1790.

Recentemente uma série de estudos vem salientando a importância assumida por Godwin no contexto político na Inglaterra em fins do século XVIII. Este movimento de recuperação da memória acerca de Godwin, que pode ser identificado primeiramente nos estudos precusores de Henry Noel Brailsford,⁸⁶ de George Woodcock⁸⁷ e James Boulton,⁸⁸ retomou impulso recentemente, em primeiro lugar a partir do interesse despertado pela obra de Godwin nos estudos literários, com a reedição de seu romance *Caleb Williams* em 1968 pelo crítico literário norte-americano David McCracken. Já a partir de 1980 tem surgido um interesse pelo papel desempenhado por Godwin no universo cultural e político da década de 1790, expresso nas falas de Marylin Butler⁸⁹ e Gregory Claeys.⁹⁰ A presença de Godwin enquanto alvo de interesse no estudos

⁸⁵ HAZLITT, 1991. p. 36.

⁸⁶ O livro de Brailsford (1986), *Shelley, Godwin and their circle* foi publicado pela primeira vez em 1913 (BRAILSFORD, 1986).

⁸⁷ Woodcock (1947) redigiu uma biografia que nos oferece um viés interessante, o da apreciação anarquista da obra de Godwin. Woodcock (1983) apropria-se da filosofia de Godwin para o anarquismo, no que foi precedido pelo anarquista espanhol Diego A. de Santillan (s/d) que traduziu e editou *Political Justice* em Buenos Aires após a derrota anarquista na Guerra Civil Espanhola. Mais recentemente temos um interesse anarquista por Godwin manifesto nos trabalhos de Peter Marshall (1986; 1984). Contudo, é certo que esta perspectiva é recente. A herança política de Godwin, com sua ênfase na razão, no pacifismo e na necessidade de educar e esclarecer os trabalhadores, associa-se mais diretamente ao movimento trabalhista inglês, ao cartismo, ao owenismo, à teoria da desobediência civil de Thoreau e ao pacifismo ecológico contemporâneo do que ao anarquismo oitocentista de Bakunin, Proudhon ou Kropotkin, que não traçam referências significativas a ele em suas obras. O legado de Godwin pode ser identificado no século XIX na orientação política educativa-moral e “filantrópica” de Robert Owen e dos owenistas; e seria proveitoso avaliar o porquê do grande interesse demonstrado pelos operários ingleses das décadas de 1830 e 40 pelos seus escritos (MARSHALL, 1984: 389-391). Segundo Engels escrevendo em 1844, Godwin havia se tornado “quase que exclusivamente uma propriedade do proletariado” (Marshall: 391). Os cartistas dedicaram uma atenção pronunciada a Godwin, reeditando diversos de seus escritos, e John Watson, um dos líderes do Sindicato Nacional das Classes Trabalhadoras (*National Union of the Working Classes*), reeditou *Justiça Política* em 1842 (MARSHALL: 1984: 390).

⁸⁸ O livro de Boulton (1963), *The Language of Politics in the Age of Wilkes and Burke* é uma referência indispensável aos estudos sobre Godwin e a controvérsia política na década de 1790. Ele se concentra no problema da linguagem e da retórica política da época, realizando um estudo excelente relacionando o pensamento político de Godwin com sua literatura de ficção (BOULTON, 1963: 207-249).

⁸⁹ BUTLER, 1984; 1996.

histórico-culturais contemporâneos demonstra-se sobretudo na reedição recente de *Justiça política*, por David Kramnick⁹¹ em 1985, e especialmente na publicação, entre 1992 e 1993, dos 14 volumes de suas *Collected Novels and Memoirs* e *Political and Philosophical Writings* por Mark Philp.⁹²

Marylin Butler salientou, na introdução à sua reedição de textos procedentes do debate político inglês da década de 1790,⁹³ que a compreensão do papel assumido por Godwin naquele momento cobra tanto a interdisciplinaridade – pela própria complexidade de sua produção, que abrange os territórios do romance, da filosofia, da autobiografia e da ensaística – quanto a observação de sua obra no contexto específico no qual veio à luz. Para que sua figura histórica assuma novos sentidos para a historiografia, coerentes com sua verdade histórica, é preciso lançar um novo olhar sobre Godwin, mais atento ao momento godwiniano na década de 1790 e a toda complexidade inerente ao problema historiográfico que ele suscita. É necessário antes de tudo apreciá-lo partindo de seu próprio olhar e linguagem – enquanto reformador político que situava na base de suas propostas políticas a necessidade de uma “nova moral racional”. Seu discurso político havia se dirigido, desde os anos de 1790, para a censura à “velha corrupção” que grassava na Inglaterra, ao paternalismo da nobreza, ao suborno e troca generalizada de favores entre os políticos, à venda de votos nas eleições, e à farsa eleitoral nos “burgos podres”, à miséria generalizadas na Inglaterra.⁹⁴ Seu discurso aponta, nesse sentido, para a necessidade de uma reformulação profunda nas relações sociais, seja no interior da

⁹⁰ Claeys (1995) publicou uma coleção de Panfletos políticos ingleses da década de 1790, em 8 volumes, a série documental mais completa já editada a respeito do debate político inglês.

⁹¹ KRAMNICK, 1985.

⁹² PHILP, 1992; 1993.

Mark Philp também escreveu *Godwin's Political Justice* e organizou a seleção de ensaios *The French Revolution and British Popular Politics* (1991).

⁹³ BUTLER, 1986, p. 2.

⁹⁴ Estas falas, que caracterizam sua produção literária e filosófica na década de 1790, já podem ser identificadas em seus escritos *whigs* (liberais) da década de 1780, como *The history of the life of William Pitt*, de 1783 (GODWIN, 1993: 55-118) e os textos jornalísticos do jornal de Burke, Sheridan e Fox, o *Political Herald Review*, publicados entre 1785 e 1786 (GODWIN, 1993: 55-118; 181-303).

esfera política governamental, ou entre os políticos e o povo, entre o homem e a mulher, e na relação dos nobres com os comuns. Pleiteia antes de tudo a “igualdade”, nos moldes painistas⁹⁵ e republicanos, a abolição dos papéis, tipos e relações sociais tradicionais: a mulher casada submissa a um sistema paternalista, o nobre tirânico ou identificado com o pai (patrono), o plebeu do terceiro estado ou “comum” (*commoner*) que se achava um “inglês nascido livre” (*Freeborn Englishman*), mas que na verdade alimentava a existência da antiga ordem das coisas, em sua submissão respeitosa (*awe*) aos signos da nobreza. Esta demarcação do campo de atuação social no qual se movimentam os indivíduos é o que fundamentalmente, a seu ver, determina que a Inglaterra se mantenha numa condição pior que a da França revolucionária. Portanto, era preciso reformar antes de tudo a moralidade, formulando novas diretrizes, racionais, para a conduta social.

Nesse sentido a maior ameaça de Godwin à ordem das coisas foi exercida sobre a esfera dos hábitos sociais tradicionalmente aceitos. E. P. Thompson salientou que Godwin e os godwinianos foram geradores de uma “tradição intelectual” e “cultural” “racionalista” e “romântica”, extremamente contestatória, que advoga, entre outras coisas, a “causa da libertação sexual” e dos direitos das mulheres;⁹⁶ ele afirma que “aqueles godwinianos, no único momento em que a intelligentsia inglesa adotou uma postura ultrajacobina, tinham um certo espírito. Questionavam tudo” (THOMPSON, 1981: 201). E realizaram algo efetivamente no âmbito social: “Secundados por Wollstonecraft (...) fizeram dançar a instituição do casamento”. Atemorizaram a todos. Atemorizaram sua própria cultura, levando-a a um vitorianismo prematuro, antes mesmo do nascimento de Vitória. Atemorizaram, acima de tudo, a si mesmos”⁹⁷

⁹⁵ A igualdade de direitos, expressa na fala de Thomas Paine (1737-1809); publicista e agitador radical inglês que atuou na Inglaterra no início da década de 1790, na França revolucionária e na revolução norte-americana (1775-83). Paine redigiu dois panfletos em resposta às *Reflections on the Revolution in France* de Burke, os *Rights of Man* (editados em 1790 e 1792). Foi condenado na Inglaterra em 1792, mas conseguiu fugir para a França. Para E. P. Thompson (1997i) os *Rights of Man* fundam toda uma tradição política que caracterizaria a formação da classe operária inglesa entre os séculos XVIII e XIX.

⁹⁶ THOMPSON, 1997a. p. 179, 198, e 1981. p. 201-202.

⁹⁷ THOMPSON, 1981, p. 201-202.

Portanto, apesar de Godwin ter manifestado em *Justiça política* uma visão milenarista⁹⁸ pela qual expressou sua crença ilimitada na razão, na possibilidade da elaboração de um novo homem e de uma nova ordem social que prescindiriam da presença do Estado e de leis, ele não foi um mero teórico ou utopista. Da mesma forma, sua crítica social, semelhante à que temos em autores radicais como Paine, Priestley, Price e Wollstonecraft⁹⁹, não se restringe ao âmbito institucional, na apreciação de aspectos jurídicos e filosóficos, mas encampa a abordagem das relações de poder no universo social.

Seu papel político se realiza sobretudo através do papel de *publicista* que ele assume desde sua chegada a Londres em 1780. Godwin se investe da posição de estudioso da sociedade, da política e da moral, assumindo aos poucos a ascendência sobre uma série de intelectuais radicais, como os jovens poetas Coleridge, Wordsworth e Robert Southey,¹⁰⁰ ou mesmo sobre líderes da Sociedade Londrina de Correspondência, como Thelwall e Place. Sua crítica social se efetivou ao menos em parte entre 1793 e 1797 na produção cultural destes grupos. Já no século XIX o círculo de Percy B. Shelley Mary Shelley, partindo de suas idéias assumiria práticas profundamente transgressoras diante dos hábitos culturais tradicionalmente aceitos.

Gregory Claeys¹⁰¹ salienta que a partir de 1794 a indagação e o confronto político na Inglaterra se redirecionam para o campo da ação social e cultural. Ele divide o período da controvérsia política inglesa em duas fases: uma primeira, entre 1789 e 1793, momento no qual foi publicada a maioria dos panfletos contra ou a favor de Burke, e que tradicionalmente é considerado como o período da controvérsia política propriamente

⁹⁸ THOMPSON, 1997^a. p. 108.

⁹⁹ Wollstonecraft se notabilizou por sua resposta a Burke, *Vindication of the Rights of Man*, de 1791, e mais ainda por seu *Vindication of the Rights of Women*, de 1792, obra na qual reivindica direitos para as mulheres, especialmente no plano educacional, iguais aos dos homens (WOLLSTONECRAFT, 1994).

¹⁰⁰ Estes três poetas românticos, canônicos atualmente nos meios literários anglo-saxões, na década de 1790 nutriam sentimentos radicais e eram godwinianos declarados. Contudo, por volta de 1797 aderiram ao conservadorismo de Burke.

¹⁰¹ CLAEYS, 1995, p. li.

dita, no qual se discutem temas relacionados com a reforma da constituição e a representação popular no parlamento; e uma segunda fase, entre 1794 e 1807, que engloba “o declínio do radicalismo popular” e “as origens do contra-iluminismo”.¹⁰² Este último período foi dominado, afirma, por uma série de temas morais, culturais e religiosos os quais, mesmo estando presentes no começo da década, assumem agora prioridade sobre questões políticas e constitucionais.¹⁰³ É nesse segundo momento, de predomínio da reação, que as críticas da imprensa e da literatura realista recaem sobre Godwin. Assim sendo:

Apesar de ser raramente citado nos debates mais políticos e constitucionais do princípio da década, ‘Justiça política’, de William Godwin, era a crítica mais sofisticada e abrangente do ‘status quo’ social e político da época (...) A fase final do debate da década de 1790 se referia, portanto, muito menos aos perigos da democracia do que aos perigos culturais e sociais do ceticismo, hedonismo e individualismo entre as classes-médias, especialmente entre os jovens literatos da moda.¹⁰⁴

É possível observar contudo que a presença os temas morais, culturais e religiosos caracterizam o debate já a princípio, desde a publicação das *Reflexões* de Burke em 1790. *Justiça política* enquanto uma crítica “do ‘status quo’ social e político da época” não se desvincula necessariamente de questões morais, as quais eram compreendidas já em 1790 – no próprio contexto das *Reflexões* – como essencialmente políticas. É preciso pensar a controvérsia política inglesa da década revolucionária tendo em mente que ela não se concentrou apenas em temas que seriam desde então considerados caros no âmbito do pensamento político inglês, como o constitucionalismo, a legitimidade do poder real e a participação popular na política. Naquele momento, e mais incisivamente a partir de 1794, entra em questão um conteúdo latente nas falas radicais do século XVIII, relacionado com temas morais, hábitos sociais e normas de conduta. Confrontam-se as relações sociais configuradas tradicionalmente num sistema social paternalista (manifesto

¹⁰² Ibid., p. xliii-li.

¹⁰³ Ibid., p. xlvi.

¹⁰⁴ Ibid., p. xlix-li.

em Burke quando evoca a necessidade de submissão dos comuns aos nobres), com as perspectivas de elaboração de uma sociedade “racional”, mais afeita às necessidades de facções da burguesia ansiosas por adquirir independência diante da nobreza e tornar hegemônicos seus valores. Oriundo socialmente da classe média racionalista e calvinista, logo dissidente do ponto de vista político e religioso, Godwin expressa os anseios de uma vertente desta classe. Seus objetivos políticos compreendem uma ampla “reforma política”, mais profunda que a simples revisão constitucional reivindicada por grande parte do radicalismo. Godwin pede que se reforme a própria constituição político-social da nação – se compreendermos este termo no amplo sentido conferido a ele por Godwin, Paine ou mesmo Burke, para quem o termo “constituição” encarna, além das instituições políticas e do conjunto das leis fundamentais da nação, a ordenação das sociabilidades e a formação moral dos indivíduos. Godwin cobra novas normas, novos papéis sociais, novas formas de sociabilidade e acima de tudo um novo homem, mais obediente aos ditames da razão. Ele manifesta, nesse sentido, partilhar do otimismo, do ímpeto político empreendedor, ordenador e planificador que move a burguesia puritana na Inglaterra setecentista. Cobra o abandono dos hábitos do passado, e a integração das relações políticas e sociais às necessidades impostas pela nova ordem capitalista.

6 E. P. Thompson e Godwin

Em *A miséria da teoria*, Thompson compara a “prática teórica” dos marxistas althusserianos com a dos godwinianos do século XVIII. Para ele,

O godwinismo que impregnou metade da jovem intelectualidade da Inglaterra entre 1794 e 1798, foi exatamente esse momento de extremismo intelectual, divorciado da ação correlativa ou da atuação social real, como vimos na última década.

Assim, se mudarmos um número de lugar (1798/1978), estaremos no mesmo momento sincrônico de tempo estruturado. Mas... da segunda vez como farsa. (...) [pois] A prática teórica (...)

foi uma diversão, um recuo para a **privacidade** de um discurso interno complacente, o desengajamento das lutas políticas e intelectuais reais de nossa época.¹⁰⁵

Para os conhecedores da tradição historiográfica acerca de Godwin não é surpreendente que Thompson tenha recusado a ele uma atuação política e social “real”, ou um “engajamento” nas “lutas políticas e intelectuais reais” da época. Contudo, este posicionamento de Thompson é concordante com a generalidade das posições assumidas tradicionalmente pela historiografia que trata da década revolucionária na Inglaterra. Como vimos, na maioria das vezes Godwin foi considerado um filósofo (um teórico político), ou um escritor de romances, sendo ressaltado seu afastamento dos caminhos da “prática”. Este fato se evidencia especialmente quando é confrontado com personagens reconhecidas como expressivas no contexto político da década de 1790, como Thomas Paine e Edmund Burke.

Considerando a representatividade de Thompson na historiografia contemporânea (no Brasil não só nos meios especializados que tratam da política inglesa na década de 1790, mas na historiografia de um modo geral) e que ele expressa uma postura tradicional assumida diante de Godwin nos meios historiográficos, torna-se necessário abordar com minúcia o porquê desta recusa à representatividade política de Godwin, ou mesmo do próprio caráter político de suas práticas.

Aos interessados na política godwiniana, a leitura de *A formação da classe operária inglesa* (1963) é decepcionante. São poucas as menções a Godwin, as quais, de um modo geral, tendem a menosprezar seu papel no contexto do radicalismo inglês de fins do século XVIII.

Este fato aparentemente se explica pelo recorte social de Thompson. Em *A formação*, seu interesse é dirigido ao universo social, cultural e político dos trabalhadores “pobres”, em confronto com o denomina a “classe dirigente” inglesa (“dirigentes e

¹⁰⁵ THOMPSON, 1981. p. 200-201. (grifos meus).

empregadores”)¹⁰⁶. Como vimos, Godwin é um membro de uma fração das classes médias, oriundo da dissidência racional. Enquanto tal sua formação cultural aproxima-se mais do saber “clássico” e Iluminista cultivado em academias dissidentes como a de Hoxton, do que da cultura do radicalismo popular estudada por Thompson. Neste sentido, quando Thompson dirige seu interesse aos membros das classes médias, este interesse é motivado sobretudo por seu contato com os trabalhadores e por terem desempenhado, a seu ver, um papel relevante em suas organizações políticas. Logo, apesar de indivíduos como Frances Place e Thelwall serem membros da classe média, por terem se tornado porta-vozes da *London Corresponding Society* eles assumem um papel de destaque em *A formação*. Logo, a abordagem de Godwin por Thompson teria sido desnecessária, porque ele não teria se envolvido com a política popular da SLC, como Thompson esclarece rapidamente afirmando que o texto principal de Godwin na década de 1790, *Justiça política*, havia permanecido afastado dos trabalhadores, e de que a “tradição intelectual” fundada por Godwin ficou limitada na década de 1790 a um pequeno círculo intelectual.¹⁰⁷

Contudo, ainda atualmente permanece em aberto o problema da penetração de Godwin nas sociedades políticas, especialmente nas londrinas, como a *SLC*,¹⁰⁸ não tendo sido realizados até o momento estudos aprofundados a este respeito.

Neste sentido, a recusa de Thompson em atribuir um papel de relevo a Godwin atinge um nível paradoxal em determinados momentos de *A formação*, isto se considerarmos o extremo conhecimento demonstrado por Thompson acerca do momento histórico, a natureza das suas fontes e dos tópicos tratados, elementos que deveriam dirigir seu estudo para a observação do papel desempenhado pelo godwinismo naquele momento.

Entre suas fontes principais estão textos de William Hazlitt, que é reconhecido por ser o primeiro comentador importante de Godwin digno de nota no século XIX, e este,

¹⁰⁶ THOMPSON, 1997. p. 12.

¹⁰⁷ Ibid. p. 107, 179.

¹⁰⁸ Até o momento, pelo que sei, não foram realizados estudos a respeito.

como vimos, ressalta em *O espírito da época*¹⁰⁹ o fato de Godwin ter desempenhado um papel proeminente na controvérsia política movida pelas *Reflexões sobre a revolução em França* de Edmund Burke. Além disso, o próprio fato da política godwiniana não ter permanecido restrita a “pequenos círculos” ou à “jovem intelectualidade” (aristocrática) da época, como afirma Thompson, pode ser observado por qualquer conhecedor da obra godwiniana no decorrer da própria leitura de *A formação*. Diversos personagens abordados, os quais segundo Thompson desempenharam um papel representativo junto aos trabalhadores, como Frances Place e Robert Owen e Thelwall, têm sido reconhecidos também pelo interesse que demonstraram por *Justiça política*; sendo importante acrescentar o fato de Godwin, apesar de toda antipatia que demonstrou pela SLC em seus escritos, ter mantido um contato próximo com líderes da SLC como Thelwall e Holcroft, atuando inclusive, através da publicação do panfleto *Observações sobre a acusação enviada pelo chefe de justiça Eyre para o Júri Supremo*,¹¹⁰ em sua defesa em 1794 quando foram acusados de traição e presos junto com outros membros da SLC.¹¹¹

Isso situa um problema antigo, que é o da coerência entre as declarações teóricas de um autor e a sua atuação política na prática. Se Thompson já julgava em *A formação* que a filosofia de Godwin expressa em *Justiça política* o afastava de qualquer atuação política “real”, como viria a afirmar posteriormente em *A miséria da teoria*, é importante observar que ele não considerou as contradições implícitas entre as declarações de Godwin em *Justiça política* contra as organizações dos trabalhadores londrinos, e a atuação efetiva (vivida) de Godwin e dos indivíduos simpáticos a ele. Isto fica evidente tanto no que se refere às práticas sociais privadas, quanto à atividade político-social (política no sentido clássico atribuído ao termo, ou seja, enquanto atividade que diz

¹⁰⁹ HAZLITT, 1991, p. 35-37.

¹¹⁰ GODWIN, 1993. p. 65-121.

¹¹¹ Thelwall julgou a publicação do panfleto de Godwin, *Observações sobre a acusação enviada pelo chefe de justiça Eyre*, como determinante para sua absolvição. Estranhamente, este documento não é mencionado por Thompson quando aborda o julgamento. (THOMPSON, 1997a: 148-150).

respeito à atuação coletiva dos indivíduos tendo em vista a condução de assuntos públicos).

Em *Justiça política*, numa referência implícita à SLC, Godwin condena a existência das organizações políticas, que ele julga nocivas do ponto de vista moral. Contudo, em 1794 ele publicando o panfleto em defesa dos líderes da SLC acusados de traição.

Em sua própria obra filosófica, Godwin já havia salientado que nenhuma prescrição (seja ela teórico-filosófica ou legislativa) deve ser observada se não forem consideradas as circunstâncias particulares que se oferecem a cada momento.¹¹² Ou seja, os atos políticos podem contradizer a teoria se isso se demonstrar necessário de acordo com as circunstâncias.¹¹³ Evidentemente isso oferece uma maleabilidade extrema às prescrições teóricas oferecidas pelo tratado filosófico *Justiça política*. Assim sendo, se em 1794 era mais importante a absolvição dos líderes da SLC ameaçados de morte pelo governo, Godwin julgou necessário atuar publicando o panfleto em sua defesa. Do mesmo modo, no que se refere à sua vida privada, quando Wollstonecraft ficou grávida, Godwin justificou o matrimônio que antes havia condenado em *Justiça política*, afirmando que os costumes sociais em vigor tornavam insuportável para a mulher a maternidade sem o casamento.¹¹⁴

No que diz respeito à SLC, outros fatos contraditórios no que se refere à relação entre teoria e prática podem ser observados. O caso de Frances Place é exemplar. Uma das lideranças da SLC abordada por Thompson em *A formação*, Place articulou a presença de um grupo godwiniano no interior da SLC.¹¹⁵ A contradição entre a condenação das associações políticas por Godwin e a aderência de membros desta organização à suas idéias políticas foi solucionada no ponto em que determinados

¹¹² GODWIN, 1985. p. 220, 688, 216-230.

¹¹³ Ibid.

¹¹⁴ MARSHALL, 1984. P. 185.

¹¹⁵ Ibid. p. 140-141, 149.

aspectos da filosofia godwiniana foram adaptados aos interesses comuns de parte dos trabalhadores organizados nas sociedades políticas. Ele salientaram a ênfase (godwiniana) na necessidade de uma “reforma política gradual” em detrimento do republicanismo revolucionário de Paine.¹¹⁶ Place salienta, a partir de Godwin, a necessidade da educação para a constituição de uma nova “moralidade” dos trabalhadores, que deviam se dedicar ao estudo de textos políticos e ao debate “calmo e moderado”, e se afastar de debates ruidosos e de manifestações de rua, potencialmente violentas e que poderiam degenerar em motins (*riots*). Estes pontos característicos da orientação política godwiniana em *Justiça política* são adotados por Place, que organiza reuniões “privada[s] e pacífica[s]”, para a educação política dos membros da SLC.¹¹⁷

Entretanto, na longa menção que faz a Place no capítulo quinto do primeiro volume, Thompson omite qualquer menção a Godwin. Ao invés disso, a ênfase de Place no “gradualismo educativo”, na necessidade de educação dos trabalhadores, e sua defesa da “moralidade” operária¹¹⁸ (típica da orientação política godwiniana) é visualizada por Thompson como expressão do benthamismo¹¹⁹ de Place; que escreve suas *História* num contexto tardio, o século XIX, quando já havia se tornado um seguidor do “reformismo” de Bentham¹²⁰.

¹¹⁶ Thompson, 1997. p. 153, 170.

¹¹⁷ Ibid. p. 153, 170.

¹¹⁸ Ibid. p. 170, 176, 189-190.

¹¹⁹ Ibid. p. 154.

¹²⁰ Ibid. p. 147.

O manuscrito da *História* de Place é uma fonte importante para Thompson no capítulo 5 do vol. 1 de *A formação* (THOMPSON, 1997: 111-204), mas ele visualiza muitas das opiniões expressas neste texto como um reflexo de seu benthamismo oitocentista. Contudo, estas posturas podem ser reconhecidas como tipicamente godwinianas quando situadas na década de 1790 e, de fato, o utilitarismo de Bentham possui muitos aspectos semelhantes aos de Godwin. Logo, toda a orientação política de Place no interior da SLC pode ser interpretada de uma maneira diferente. O mesmo problema ressurgiu quando Thompson aborda a política de Robert Owen. Apesar de Owen ser reconhecido na historiografia como um admirador de Godwin, e de toda a descrição da prática owenista por Thompson se assemelhar em tudo aos preceitos políticos expressos por Godwin em *Justiça política*, nenhuma menção é feita à relação entre eles.

Estes problemas devem ser ressaltados, na medida em que Thompson define como um dos fios condutores de sua obra a cisão entre as duas práticas políticas tradicionais e antagônicas no interior desse radicalismo - o “quietismo educador” de Place, que ressaltava a importância da “*força moral*” dos trabalhadores; em confronto com a defesa da utilização da “*força física*” como meio de obtenção dos objetivos políticos, típica de Spence e Thelwall.¹²¹ Esta cisão, expressa nos conflitos entre Thelwall e Spence contra Place, é despojada por Thompson dos importantes significados que poderia assumir se fosse considerada como enfrentamento entre dois posicionamentos políticos que têm como referencial, do lado da intenção revolucionária e violenta, Thomas Paine (como Thompson afirma)¹²² e na vertente moral, educacional e reformista, William Godwin.¹²³

A dimensão deste problema no interior da SLC se evidencia se observarmos que a recusa (godwiniana) de Place às manifestações públicas motivou sérios conflitos no interior da organização e culminou com o expurgo do grupo godwiniano em 1797, derrotado pela ala painista de Spence e Thelwall.¹²⁴ Neste sentido, a ausência de Godwin - expressa na conclusão precipitada de que sua influência “ficou restrita a um pequeno círculo intelectual, muito culto”¹²⁵ - implica em sérias lacunas em *A formação*.

Retornemos porém ao que nos interessa – o porquê da recusa de Thompson em conferir um caráter político ao fenômeno godwiniano na década de 1790.

Como foi possível observar, isto implicou em problemas em sua abordagem do radicalismo inglês. Mencionei o seu farto conhecimento acerca do período, e é difícil conceber que Thompson não soubesse do fato de que Place e mesmo Robert Owen haviam lido Godwin e admirado seus preceitos políticos, colocados em prática tanto na SLC quanto em New Lanark.¹²⁶ Por um outro lado, talvez Thompson tenha julgado

¹²¹ Ibid. p. 151-152, 176-178, 198

¹²² Ibid. p. 121, 111-204.

¹²³ MARSHALL, 1994. p. 140-141.

¹²⁴ Ibid. p. 140-141. THOMPSON, 1997. p. 152, 176.

¹²⁵ THOMPSON, 1997. p. 107, 179.

¹²⁶ MARSHALL, 1994. p. 390.

desnecessária a menção a Godwin, por este não ter desempenhado nenhum papel direto na política da SLC. Godwin teria sido apenas lido por Place e Owen, cuja prática não se conformaria, ao seu ver, aos preceitos expostos em *Justiça política*.

É preciso ressaltar entretanto, que a resposta à questão que situamos não repousa tanto no enfoque das linhagens e influências (no “quem leu quem”), ou mesmo no conhecimento ou desconhecimento destes fatos por Thompson. A resposta repousa na observação de suas **concepções acerca da natureza da política**. Thompson deixa claro no decorrer de toda sua obra, e especialmente em *A formação*, sua consideração da primazia da realização construtiva e contínua da experiência política, formativa de “tradições culturais” que são manifestadas pelos sujeitos na prática coletiva - nos atos conscientes dos membros da “classe social”.¹²⁷

Place esteve presente no interior da SLC, e foi representante de uma vertente política; participou e legou toda uma “experiência”: uma orientação “prática” que pleiteava ser a educação um meio efetivo de obtenção de reformas políticas e sociais que, como já mencionei, invocava a “força moral” dos trabalhadores em detrimento da “força física”. Entretanto, se a atribuição de um caráter político aos sujeitos depende em Thompson do *grau de consciência* adquirido por estes a respeito das condições sociais vividas e dos meios de atuação política adequados, e ela só é adquirida numa prática política e social¹²⁸, o próprio caráter político de Place é comprometido. Isto no sentido em que ele não teria sido capaz de visualizar que o meio adequado para a obtenção das reformas desejadas (logo uma atuação “genuinamente política”) não era apenas a educação dos trabalhadores, associada a uma postura “quietista” dos trabalhadores. Para adquirir um caráter “realmente” político, esta formação “moral” e “intelectual” deveria conspirar com um “engajamento real”; ou seja, precipitar atos como as manifestações “com um maior número de membros” que predominaram entre 1794 e 1797, sob a orientação de Thelwall.

¹²⁷ THOMPSON, 1997. p. 9-14.

¹²⁸ Ibid.

Evidentemente, a inclusão de Godwin neste contexto por Thompson seria bem mais complicada do que já fôra a de Place. Pois Place, mesmo se fosse considerado por Thompson como o godwiniano que foi na década de 1790, ao menos descarta parcelas substanciais da orientação política de Godwin presente em *Justiça política* e atua politicamente ao optar pela organização dos trabalhadores. Por um outro lado, se apreciarmos Godwin com os olhos de Thompson, o caráter político de seus atos se perde completamente, na medida em que para Godwin as transformações a serem realizadas na ordem política e social inglesa prescindiam da presença das organizações políticas, da atuação pública como demonstração de força. Godwin recusa terminantemente a utilidade e o valor “moral” da SLC,¹²⁹ e chega ao ponto de denunciar - o que é inaceitável para Thompson - o caráter pernicioso de qualquer “organização” seja ela política ou não¹³⁰.

Para Godwin a atuação política se realiza exclusivamente através da educação, do debate, do estudo, da publicação de obras políticas e filosóficas, que deveriam “desatar” as mentes das “amarras” da “superstição” e do “preconceito” que a seu ver sustentavam a atual ordem política e social. Isso bastaria, pois no momento em que as pessoas vissem que a atual ordem “das coisas” era “errada” e formassem uma “opinião” “correta” a seu respeito esta ordem seria inevitavelmente transformada. Principalmente devido a este “extremismo intelectual”, é que Godwin é relegado por Thompson às margens de *A formação da classe operária inglesa*.

Assim sendo é fundamentalmente a orientação teórica marxista de Thompson, que permeia sua concepção do que é uma atuação genuinamente política, que motiva a marginalização de Godwin em *A formação*. Na medida em que o interesse primordial de Thompson nesta obra era o conhecimento do “fenômeno histórico” de “formação” da classe¹³¹ - da qual participa a elaboração da “consciência”, no decorrer das lutas políticas coletivas - a recusa de Godwin e dos godwinianos em atuarem efetivamente em prol da

¹²⁹ GODWIN, 1985. p. 282-292.

¹³⁰ Ibid. p. 756-767.

transformação da ordem político-social (sua restrição a um campo “intelectual” para Thompson politicamente estéril)¹³² tornou essa marginalização inevitável¹³³.

Aparentemente, o problema como um todo pode ser resumido na acusação por Thompson de um intelectualismo de Godwin (que para ele é semelhante ao de Althusser);¹³⁴ de sua atenção desmedida à teoria que não traz em si o gérmen da realização - um pensar “teórico” que não se traduz no fazer, que não alcança a prática realizadora, de modo que a ordem das coisas permanece inalterada, servindo como acréscimo infeliz ao manto ideológico que favorece os ricos.

Entretanto, o problema não se encerra aqui; pois Thompson reconhece que Godwin e Mary Wollstonecraft foram geradores de uma nova “tradição intelectual” e “cultural” (“racionalista” e “romântica”), extremamente contestatória - que advoga a “causa da libertação sexual” e dos direitos das mulheres.

Como vimos, Thompson afirma em *A miséria da teoria*, que os “godwinianos, no único momento em que a intelligentsia inglesa adotou uma postura ultrajacobina, tinham um certo espírito. Questionavam tudo”. Neste sentido, realizaram efetivamente algo: “Secundados por Wollstonecraft (...) fizeram dançar a instituição do casamento”. Atemorizaram a todos. Atemorizaram sua própria cultura, levando-a a um vitorianismo prematuro, antes mesmo do nascimento de Vitória. Atemorizaram, acima de tudo, a si mesmos”¹³⁵

Se surge a realização; se é forjada a “tradição”, por que despír o “momento godwiniano” de um significado propriamente político? Em primeiro lugar porque para Thompson este “atemorizar” é bem distinto do ato político, do realizar. Godwin e seus seguidores forjaram uma tradição cultural que bem poderia desempenhar uma papel político posteriormente, nos séculos XIX e XX; mas em fins do século XVIII não

¹³¹ THOMPSON, 1997. p. 9-10.

¹³² THOMPSON, 1981. p. 180-201.

¹³³ Ibid. p. 199-201.

¹³⁴ Ibid. p. 199-201.

¹³⁵ THOMPSON, 1997. p. 179, 198. 1981. p. 201-201.

ameaçaram positivamente a ordem estabelecida. Seu resultado político foi antes negativo do que positivo: fomentaram uma reação generalizada - um “vitorianismo prematuro”. Em segundo lugar, por sua prática ter sido expressa em atos contestatórios (recusa ao casamento, liberação sexual; em suma, uma crítica da moral estabelecida) restritos à **esfera privada**; o que vai de encontro à perspectiva de Thompson de que a atuação individual deve se traduzir em atos públicos e coletivos para que a ela sejam atribuídos sentidos “realmente” políticos. E por fim, principalmente pelo fato dos fundamentos teóricos que justificam e motivam tal atuação serem “equivocados”. Pois o “extremismo intelectual” não peca somente por sua atenção desmedida à esfera privada e ao papel do indivíduo em detrimento do grupo e da ação pública. O erro teórico fundamental de Godwin, segundo Thompson, era sua afirmação de que a “razão” deve anular os “sentimentos” na orientação de uma conduta positivamente moral.

Segundo Thompson, Godwin e os godwinianos acreditam na existência de “fins naturais” abstratos (o “bem comum”, a “benevolência”), e afirmam que a “razão” pode possibilitar às pessoas seu alcance; que esta “benevolência” é resultante da difusão da razão, ou seja, decorrente da visibilidade da “verdade” oculta detrás dos “espúrios laços ideológicos do sentimento” (a “gratidão, amor aos parentes, a família, a servidão da multidão irracional.”)¹³⁶. Godwin recusa o “sentimento” sobretudo por visualizá-lo como expressão da tradição legada pelo passado; dos “hábitos” e “costumes” que induziam as pessoas ao respeito às instituições e à hierarquia social (tanto na esfera pública quanto na privada) que sustentam a dominação de uma “classe” por outra. Neste sentido, Godwin vai de encontro a aspectos fundamentais da orientação teórica da historiografia de Thompson. Pois justamente o que é recusado pelo primeiro é valorizado por Thompson: as “tradições culturais” legadas, os “sentimentos” que motivam a atuação social, toda uma “experiência” do passado que persiste no presente e se oferece como instrumento para a elaboração da “consciência de classe” que permeia a ação política dos indivíduos e da classe social. É neste sentido, sobretudo, que se tornou impossível para Thompson situar o godwinismo em seu contexto do radicalismo inglês entre os séculos XVIII e

¹³⁶ THOMPSON, 1981. p. 199.

XIX. Seria trazer para o interior daquele radicalismo - com o qual Thompson se irmana politicamente - um dado de recusa de sua própria concepção da atividade política e, portanto, do que é relevante para ele em termos historiográficos¹³⁷.

Isso explica a estranha invisibilidade de Godwin em *A formação da classe operária inglesa*, e o fato de Thompson jamais ter realizado a história do “momento godwiniano” que havia prometido em *A miséria da teoria*.¹³⁸ Por um outro lado, demonstra a permanência de determinados referenciais interpretativos conservadores, da crítica realista e moralista (originalmente burkeana) em Thompson quando ele se acerca de Godwin; ou seja, referenciais semelhantes aos que têm orientado a apreciação do fenômeno godwiniano pela historiografia de um modo geral desde seu ocaso em fins do século XVIII.

Isso não implica em absoluto afirmar que Thompson e outros historiadores que procedem de modo semelhante diante Godwin “sejam burkeanos” em sua orientação política, mas que sua orientação teórica e sua concepção da política aceita a presença de referenciais interpretativos burkeanos quando se acercam de determinados aspectos circunscritos no contexto político da década de 1790, como o fenômeno godwiniano. Em outras palavras, quando se acercam de Godwin se vêem compelidos a absorver moldes interpretativos oferecidos por Burke no próprio contexto no qual se realizou o fenômeno godwiniano, os quais inevitavelmente filtram sua percepção daquele momento histórico.

Talvez resida aqui o aspecto trágico do “momento godwiniano”, que o próprio Thompson mencionou em *A miséria da teoria*, sem precisar contudo onde residiria esta

¹³⁷ Pode ser alegado em oposição a isto que Thompson visualiza a “tradição” em termos completamente distintos de Godwin. Porém, minhas afirmações são sustentadas pelo próprio fato de Thompson situar sua fala a respeito da necessidade das “tradições” numa posição diametralmente oposta à crítica dos sentimentos por Godwin, tendo como referência importante um crítico burkeano de Godwin, o poeta William Wordsworth (THOMPSON, 1981: 199-200). Antigo godwiniano, Wordsworth se deslocou para o conservadorismo de Burke por volta de 1798, e passou a acusar o godwinismo, entre outras coisas, de confiar demasiadamente na razão e ir contra os sentimentos humanos; para Wordsworth, assim como para os conservadores burkeanos, a moral deve ser fundada nos sentimentos tradicionais. (Cf. WORDSWORTH, 1988: 104-106).

¹³⁸ THOMPSON, 1981. p. 201.

tragicidade.¹³⁹ No fato da historiografia incorporar, em suas apreciações da pessoa histórica e das realizações políticas de Godwin, os referenciais teóricos oferecidos pelo seu maior inimigo político, Edmund Burke.

¹³⁹ Ibid.

CAPÍTULO II

OS SIGNIFICADOS POLÍTICOS DO ROMANCE *CALEB WILLIAMS*

1 O romance *Caleb Williams* e a atuação política de Godwin na década de 1790

No romance *As coisas como elas são/estão, ou As aventuras de Caleb Williams* (1794) Godwin traz para o terreno da realidade social inglesa as críticas à antiga ordem política realizadas no texto filosófico *Justiça política* um ano antes. Partindo de sua experiência pessoal nos eventos políticos entre 1790 e 1794 e das reflexões teóricas realizadas em *Justiça política*, Godwin elabora neste romance uma análise dos problemas que a seu ver afetavam a ordem político-social inglesa no século XVIII.

Contudo, seguindo a orientação geral da historiografia, a crítica literária muitas vezes recusou-se a ver *Caleb Williams* como um romance político, seja como texto ligado à crise política da década de 1790, ou enquanto obra que propusesse uma crítica da ordem social e política inglesa. O romance é visto geralmente como obra psicológica¹ e (ou) “de terror”, e seus laços com o texto imediatamente anterior de Godwin, *Justiça política* são desprezados.

É certo que no século XIX, tendo abandonado a prática política e vivendo no universo cultural do romantismo, no qual a forma romance é observada mais como um instrumento de análise psicológica do que de difusão de idéias políticas, Godwin salienta os aspectos literários do romance, e silencia a respeito do caráter político que havia ressaltado até 1800.² No prefácio de 1832 ao seu romance *Fletwood*, por exemplo, Godwin descreve o método narrativo que adotou em *Caleb Williams* e seu interesse nos

¹ KELLY, 1976. p. 179.

² BUTLER, 1996. p. 345.

“motivos” dos personagens.³ Utiliza a terminologia do filósofo interessado na psicologia humana, ou seja,

na análise das operações internas e privadas da mente, empregando minha faca de dissecação metafísica para traçar e descobrir a evolução dos motivos, registrando a soma dos impulsos que conduziam as personagens descritas a escolherem o tipo de conduta que depois realizariam.⁴

Apesar dessa ênfase nos aspectos psicológicos do texto, em 1794 Godwin havia sido bem claro a respeito do caráter político do romance. No “Prefácio” à primeira edição ele posiciona-se incisivamente no debate iniciado por Burke em 1790, propondo-se a resolver a questão dos méritos do antigo sistema político inglês.⁵

a questão que agora aflora no mundo no que diz respeito às **coisas como elas são/estão** [sem grifo no original] é a mais interessante que pode ser apresentada à mente humana. Enquanto um partido reivindica a reforma e a mudança, o outro louva nos termos mais exaltados a constituição existente da sociedade. Este problema poderia ser esclarecido se esta constituição fosse representada em seus efeitos práticos. O que apresento aqui não são especulações refinadas e abstratas; é um estudo e um esboço das coisas que ocorrem no mundo moral. Só recentemente se compreendeu a importância inestimável dos princípios políticos. Agora os filósofos sabem que o caráter do governo invade todos os níveis da sociedade. Esta é uma verdade que deve ser comunicada às pessoas para as quais os livros de filosofia e ciência são inacessíveis. Deste modo, foi concebida na realização deste trabalho, na medida das possibilidades oferecidas por obras deste tipo, um painel geral dos modos de despotismo doméstico que nos passam despercebidos, e pelos quais o homem se torna o destruidor do homem. Se o autor conseguir ensinar uma lição que tenha valor, sem perder a

³ GODWIN, 1992e. p. 10.

⁴ Ibid.

[in the analysis of the private and internal operations of the mind, employing my metaphysical dissecting knife in tracing and laying bare the involutions of motive, and recording the gradually accumulating impulses, which led the personages I had to describe primarily to adopt the particular way of proceeding in which they afterwards embarked.]

⁵ GODWIN, 1982. 1.

capacidade de entreter e atrair que deve caracterizar este tipo de composição, então ele deve se parabenizar pela escolha deste veículo.⁶

Em *Caleb Williams*, a “defesa da reforma e da inovação”⁷ que Godwin havia declarado em termos teórico-filosóficos em *Political Justice* em 1793 é traduzida para uma linguagem, como afirma, adaptada ao entendimento dos leitores “para os quais são inacessíveis os livros de filosofia”.⁸ Godwin afirma que tem como projeto retratar as “coisas como elas são” ou “estão” (“*things as they are*”), revelando a natureza real (despótica e violenta) da ordem política e social inglesa defendida por Edmund Burke Burke nas *Reflexões sobre a revolução em França*.

A maior parte da crítica tem tendido a adotar a perspectiva oitocentista de Godwin a respeito de sua obra, enfatizando seus aspectos psicológicos e simplesmente desconsiderando as relações entre o prefácio político e o texto literário. Para Hazlitt, que escreve em 1815, *Caleb Williams* “(...) não é elaborado a partir de fatos, nem de textos antigos ou informações de revistas, por transcrições nem registros, mas pelo estudo paciente e intenso do coração humano”.⁹ Para Leslie Stephen, o prefácio de *Caleb*

⁶ Ibid.

[The following narrative is intended to answer a purpose more general and important than immediately appears on the face of it. The question afloat in the world respecting Things As They Are, is the most interesting that can be presented to the human mind. While one party pleads for reformation and change, the other extols, in the warmest terms, the existing constitution of society. It seemed as if something would be gained for the decision of this question, if that constitution were faithfully developed in its practical effects. What is now presented to the public, is no refined and abstract speculation; it is a study and delineation of things passing in the moral world. It is but of late that the inestimable importance of political principles has been adequately apprehended. It is now known to philosophers, that the spirit and character of the government intrudes itself into every rank of society. But this is a truth, highly worthy to be communicated, to persons, whom books of philosophy and science are never likely to reach. Accordingly it was proposed, in the invention of the following work, to comprehend, as far as the progressive nature of a single story would allow, a general review of the modes of domestic and unrecorded despotism, by which man becomes the destroyer of man. If the author shall have taught a valuable lesson, without subtracting from the interest and passion, by which a performance of this sort ought to be characterized, he will have reason to congratulate himself upon the vehicle he has chosen.]

⁷ Ibid.

⁸ Ibid.

Williams engana o leitor: “Onde está o caráter maléfico do governo? A resposta talvez seja que ele foi esquecido (...) e o leitor sem a ajuda do prefácio dificilmente perceberia a doutrina de Godwin nas entrelinhas”.¹⁰ David McCracken concorda com Stephen ao afirmar que o prefácio não possui “uma conexão óbvia com o romance em si” pois muitas vezes “a intenção do autor pode ser algo muito diferente do resultado final”.¹¹

Quentin Skinner¹² chama nossa atenção sobre o problema de não se levar os argumentos de intencionalidade a sério, desprezando seu valor. Descartam-se as afirmações da autoria que tragam consigo contradições que possam impossibilitar a interpretação do pensamento do autor como algo sistemático, lógico e absolutamente coerente. Essa tem sido uma tendência presente nos estudos literários a respeito de Godwin, e até bem recentemente poucos estudiosos de *Caleb Williams* levaram a sério suas afirmações no prefácio. Segundo Rudolph E. Storch, por exemplo, não seria correto traçar uma conexão entre Godwin e os romancistas políticos da época como Holcroft; a ação não pode ser situada na Inglaterra setecentista, e a relação entre os personagens deve ser encarada como uma manifestação da mente neurótica do autor.¹³ Já para Walter Allan, “Caleb Williams não é “uma alegoria da condição política da Inglaterra entre os séculos XVIII e XIX, mas uma declaração simbólica da relação do autor com Deus.”¹⁴ Contudo, tanto a ênfase no caráter psicológico de *Caleb Williams*, que já se manifesta nas críticas românticas oitocentistas (como a própria posição de Godwin em 1830, e de

⁹ HAZLITT, 1951. p. 171.

[“is entirely made out neither of facts, nor dates, by blackletter or magazine learning, by transcript or record, but by intense and patient study of the human heart”].

¹⁰ STEPHEN, 1902. p. 148.

[“How about the wickedness of government? The answer may be that it has passed out of sight (...) the reader, unassisted by the preface, would scarcely perceive Godwin’s doctrine between the lines.”]

¹¹ McCracken, 1982. p. xii.

¹² Skinner, 1990. p. 52-53.

¹³ Storch, 1967. p. 188-207.

¹⁴ Allen, citado por TynsdaHL, 1981. p. 48.

Hazlitt em 1815), e o ceticismo de McCracken, Storch, Stephen, Allen e outros¹⁵ diante dos significados políticos do romance, definitivamente não traduzem o caráter originalmente político da obra, expresso por Godwin no “Prefácio” e visualizado por seus leitores na década de 1790.

Como vimos acima, fica claro no prefácio de 1794 que Godwin concebe a forma romance como sustentáculo para a realização de críticas ao sistema político e social inglês. Como demonstram declarações dos contemporâneos, esse caráter político do romance era evidente também para eles naquele momento. Segundo o periódico conservador *British Critic*, o romance constituía “(...) um exemplo incisivo da aplicação dada ao talento conectado a uma certa ousadia que inspira o autor a atacar com resolução a religião, as leis, a virtude e o governo”¹⁶ Quando Godwin responde a esta crítica, ele demonstra novamente sua compreensão política do romance. Este seria o veículo para a revelação das contradições que caracterizavam a sociedade e as instituições políticas Inglesas. O objetivo da obra era “(...) expor os males que fluem do estado atual da sociedade civilizada; e (...) libertar as mentes do preconceito, lançando-as no oceano da investigação política e filosófica”.¹⁷

O que estas falas de Godwin deixam claro é que o romance se relaciona diretamente com seu posicionamento no debate público iniciado pelas *Reflexões*. O romance constitui também uma resposta aos acontecimentos políticos do momento, à violência e à repressão política desencadeada pelo governo a partir de 1791.

¹⁵ Outro exemplo da ênfase no caráter psicológico de *Caleb Williams*, e da recusa a atribuir ao texto uma natureza política é o estudo de Johannes Meyer: *William Godwins romance: ein Beitrag zur geschichte des englischen romans*, de 1906. Citado por Tysdahl (1981: 58).

¹⁶ BRITISH CRITIC, citado por MARSHALL, 1984. p. 150.

[“a striking example of the evil use which may be made of considerable talents, connected with such a degree of intrepidity as can inspire the author with resolution to attack religion, virtue, government, laws”]

¹⁷ GODWIN, citado por MARSHALL, 1984. p. 150.

[“to expose the evils which arise out of the present system of civilised society; and (...) to disengage the minds of men from pressuposition, and launch them upon a sea of moral and political enquiry”].

No momento da redação e publicação do romance, entre 1793 e 1794, o contexto político torna-se conflituoso.¹⁸ A partir de 1791 já temos uma grande polarização das posições pró e contra a Revolução Francesa. Com o início da política repressiva do governo do primeiro ministro William Pitt¹⁹, manifesta-se um ódio popular generalizado contra os radicais, fomentado pela declaração de guerra e as primeiras vitórias francesas. A propaganda governamental alimenta o surgimento de um nacionalismo popular exacerbado que freqüentemente explode em atos de violência contra os radicais. Em Birmingham, por exemplo, ocorre um violento motim em 1791²⁰, no qual uma turba infurecida teve como alvo o líder dos dissidentes religiosos e cientista iluminista Joseph Priestley. Sua casa é incendiada e sua esposa acaba falecendo no tumulto.

É claro o posicionamento político de Godwin diante dos acontecimentos políticos da época. Em 1791 ele havia participado de um comitê formado para viabilizar a publicação da primeira parte do panfleto de Paine, *Rights of Man*.²¹ Em março, após ler o manuscrito de Paine, Godwin envia a ele uma carta entusiasmada, afirmando:

¹⁸ A respeito da repressão política e a literatura de Godwin cf. KELLY, 1976. p. 195-196.

¹⁹ William Pitt, o jovem (1759-1806) Primeiro ministro britânico *tory* (conservador). Presidiu a câmara dos comuns entre 1783-1801 e 1804-1806, e coordenou a repressão política ao radicalismo na década de 1790.

²⁰ O motim de 1791 foi estimulado pelas autoridades e dirigido, aos gritos de Igreja e Rei, pelos pobres contra os radicais dissidentes de Birmingham. No decorrer do século XVIII, os motins (*riots*) foram comuns no cotidiano das cidades e do campo na Inglaterra. Segundo Ian Gilmour (1992: 15-16), os motins ingleses eram constantes e devidos a inúmeros motivos: o preço da comida, as eleições, cercamentos, dissidentes religiosos, papistas, judeus, atores, cervejarias, execuções, prisões, etc. Era considerado pelos pobres como um dos “direitos” dos “ingleses nascidos livres”, sendo uma das poucas formas de protesto possíveis na época (1992: 15-16). Entretanto, escritores e líderes políticos da classe média, como Godwin, e mesmo Paine, Thelwall e os organizadores das sociedades políticas em geral, demonstravam um grande medo e aversão diante destas manifestações coletivas, a seu ver uma demonstração da “ignorância” do povo comum, fenômenos manipuláveis pelo governo e destrutivos. Os radicais tiveram um exemplo concreto destes perigos quando uma “turba rei e Igreja” (*a Church and King mob*) promoveu motins em Birmingham em 1791, nos quais o líder político e religioso dissidente, e cientista iluminista, Joseph Priestley teve sua casa, biblioteca e laboratório completamente destruídos. Os “motins”, seja contra os radicais ou contra o governo, foram frequentes no decorrer da década de 1790.

A este respeito cf. GILMOUR, 1992. p. 393-396; e THOMPSON, 1997. p. 64-84, 109, 165.

²¹ Este comitê foi formado devido à relutância do editor radical Joseph Johnson, amedrontado pela repressão governamental, em publicar o panfleto integral de Paine, e conseguiu viabilizar a edição sem cortes do primeiro volume em março de 1791 (MARSHALL, 1984: 49). Johnson publicou obras de Wollstonecraft, Godwin e William Blake, e acabou sendo preso em 1796.

O panfleto foi além das minhas expectativas, e aparenta ser a melhor performance que pode ser escrita a respeito deste assunto (...). As sementes da revolução que ele contém são vigorosas em seus estames e nada pode superá-las. (...) depois de ter ilustrado (*have enlightened*) o mundo ocidental com a publicação de *Senso Comum*, tudo o que restava ao distinto autor era realizar um serviço similar na Europa, com uma obra tão energética quanto aquela (...). Talvez os efeitos deste trabalho não sejam tão rápidos; porém, se ele for disseminado devidamente (e a perseguição não pode impedir isso), serão certos.²²

Em 1792 ele protestou contra o julgamento e a condenação à revelia de Paine.²³ Numa carta para o *Morning Chronicle* ele afirmou que os adeptos do partido reformista estavam reduzidos a um estado de “medo constante”.²⁴ Numa segunda carta ele lamenta que a histeria popular havia tornado impossível qualquer possibilidade de um julgamento justo a respeito dos problemas políticos que inquietavam a nação.²⁵

Em maio de 1794 Thomas Hardy, um dos fundadores da Sociedade Londrina de Correspondência, e mais onze radicais londrinos, entre eles um grande amigo, o escritor Thomas Holcroft, foram acusados de alta traição e aprisionados. Godwin e os radicais acreditaram que se os onze fossem considerados culpados, estaria aberto o precedente para o início de um período de terror político sem precedentes na Inglaterra. Em outubro quando começa o julgamento, Godwin publica o panfleto *Observações sobre a acusação enviada pelo chefe de justiça Eyre para o Júri Supremo*, em defesa dos acusados, considerado importante para sua subsequente absolvição.

²² GODWIN, citado por ST. CLAIR, 1991. p. 49.

[*The pamphlet has exceed my expectation, and appears to be nearly the best possible performance that can be written on the subject. (...) The seeds of revolution it contains are so vigorous in their stamina that nothin can overpower them. (...) after have enlightened the whole Western world by the publication of Common Sense, was to do a similar service to Europe, by a production energetic as that was (...). The effects, it may be, of this work will not be so rapid; but if properly disseminated (and persecution cannot injure it) will be as sure.*]

²³ BUTLER, 1996: 343-344.

²⁴ Ibid. p. 343.

²⁵ Ibid. p.343-344.

Estes atos demonstram como a posição tradicional da historiografia, que tendeu a ver em Godwin um investigador exclusivamente teórico, afastado de uma prática política real e efetiva, é equivocada. Assim como outros porta-vozes do radicalismo inglês envolvidos na atuação política na década de 1790, e que também redigiram respostas às *Reflexões* de Burke (como Mackintosh, Priestley, Price, Wollstonecraft e o próprio Paine), Godwin assume uma postura política pública e ativa. Esta se traduz sobretudo no papel de publicista político, também assumida por Wollstonecraft Paine e outros propagandistas políticos das causas reformistas na Inglaterra. Como estes, Godwin considera que os textos políticos teriam o poder de transformar a opinião popular em favor da causa radical e, logo, de alterar os acontecimentos políticos do momento. Isso aconteceu efetivamente em 1794, quando Godwin auxiliou os acusados de traição pelo governo, publicando o panfleto que citamos acima, *Observações sobre a acusação do chefe de justiça Eyre*. Sua prática política se expressava portanto, em um duplo viés, o panfletário, que tinha em vista atuar sobre os acontecimentos políticos imediatos; e sob a forma de um projeto educacional a longo prazo, que visava transformar a ordem política e social inglesa através do “esclarecimento” do público com obras como *Justiça política* e *Caleb Williams*. Contudo, estes dois aspectos de sua prática se confundiam, e que a publicação destes dois textos não deixou de conter intenções imediatas, tendo em vista a interferência no debate público sobre as *Reflexões*.

Justiça política e *Caleb Williams* envolvem essencialmente o projeto godwiniano de despertar as mentes para a inconveniência da monarquia como sistema político passível de satisfazer os interesses da humanidade. Nesse sentido, Godwin se alinha à tradição iluminista revolucionária, crítica do governo monárquico-aristocrático.

Contudo, enquanto uma fração dos iluministas tardios, como Paine e Condorcet, valorizavam a revolução e as associações políticas, considerando-as instrumentos lícitos para a transformação política e social, Godwin recusa terminantemente seu apoio a elas.²⁶

²⁶ GODWIN, 1985: 282-293.

Afirma, contra a revolução, a necessidade de uma “reforma gradual” nas instituições políticas e sociais motivada pela educação política da população.²⁷

Para Godwin, a reforma sócio-política não deveria ser conduzida por organizações políticas populares, como a Sociedade Londrina de Correspondência – que é pensada por ele como foco perigoso de motins (*riots*) – mas deveria ser restrita a pequenos círculos de amigos, e mantida num âmbito exclusivamente educacional, coordenada por indivíduos esclarecidos, publicistas políticos como Wollstonecraft, Price e Priestley, atuantes em prol do esclarecimento do público e da alteração das “opiniões” políticas vigentes. Isso se evidencia quando afirma em 1797, no *Enquirer*, que “Homens de gênio devem surgir e (...), analisando a máquina da sociedade, demonstrar como as partes estão conectadas entre si, explicando a gigantesca cadeia de eventos e consequências, apontar os males e os remédios. Apenas deste modo “importantes reformas podem ser produzidas”.²⁸ Godwin tem a certeza de que pela análise da sociedade, e demonstração dos males sociais decorrentes da ordem política vigente, seria inevitável a perda de apoio popular pela monarquia e aristocracia. Sustenta que a **visão** do caráter pernicioso das instituições monárquicas e aristocráticas inglesas ocasionaria inevitavelmente sua queda:

O governo é fundado na opinião (...). Uma nação (...) deve ter aprendido a respeitar um rei e uma câmara dos lordes antes que um rei e uma câmara dos lordes exercesse qualquer autoridade sobre ela (...). Destrua o preconceito existente favor de qualquer uma de nossas instituições presentes, e elas irão ser desaprovadas e cairão em desuso.²⁹

²⁷ Ibid. 255-293.

²⁸ GODWIN, 1965. p. 10-11.

²⁹ GODWIN, 1985. p. 258.

[*Government is founded in opinion (...) a nation in general must have learned to respect a king and a house of lords, before a king and a house of lords can exercise any authority over them. (...) Destroy the existing prejudice in favour of any of our present institutions, and they will fall into similar disuse and contempt.*]

À medida que os homens vissem que tudo o que vinha sendo transmitido a eles a séculos pelos detentores do poder era falso, a ordem “das coisas” inevitavelmente se transformaria:

O homem perceberá [*to sense*] sua situação, e as restrições que o acorrentam se desvanecerão como mera ilusão. Quando a verdadeira crise advir, nenhuma espada será desembainhada, nenhum dedo se levantará. Os adversários serão muito poucos e vacilantes para ousarem fazer o que quer que seja contra a percepção universal da humanidade.³⁰

2 Política e moralidade em Burke

Não só Godwin, mas todo um grupo de escritores alimentou, no período revolucionário, a crença de que as circunstâncias político-sociais, relacionadas intimamente aos sistemas de governo, eram algo determinante na formação das personalidades, das motivações psicológicas e condutas individuais.³¹ *Caleb Williams* é um texto que se destaca numa longa série de romances de cunho político e social da década revolucionária na Inglaterra. Na década de 1790 Godwin manteve um relacionamento constante com um círculo de escritores radicais, que se dedicaram ao jornalismo, ao panfleto político, à dramaturgia e sobretudo ao romance. Esse grupo incluía Elizabeth Inchbald (*The Victim of Prejudice*, 1797), Mary Hays (*A simple Story*, 1796), Mary Wollstonecraft (*Mary, or The wrongs of Women*, 1797), casada com Godwin em 1797, e seu amigo Thomas Holcroft (*Anna St. Yves*, 1791). A forma literária

³⁰ Ibid. p. 274.

[*Men feel their situation; and the restraints that shackled them before vanish like a deception. When such a crisis has arrived, not a sword will need to be drawn, not a finger to be lift up in purposes of violence. The adversaries will be too few and too feeble to be able to entertain a serious thought of resistance against the universal sense of mankind.*]

³¹ Em *Cultura*, Raymond Williams (1992: 75-77) comenta rapidamente o problema da relação entre as circunstâncias e a formação da personalidade das personagens nos romances de Godwin e do círculo de escritores próximos a ele.

que realizaram, denominada pela crítica literária como romance jacobino³² caracteriza-se pela busca da realização dos objetivos políticos declarados por Godwin no prefácio a *Caleb Williams*.³³ Neste sentido temos toda uma literatura que se alinha à crítica política de Godwin; uma série de autores que relacionam os problemas morais vividos no microcosmo da sociedade (o que Godwin denomina “despotismo doméstico”),³⁴ com a hegemonia de um sistema político aristocrático.

Tendo referência em Montesquieu, Godwin havia deixado claro em *Justiça política* que cada sistema de governo (monárquico, aristocrático, republicano e democrático) tende a forjar relações sociais específicas, ao definir padrões de moralidade, motivações psicológicas e de conduta.³⁵ O que ocorre no romance *Caleb Williams* e diferencia esta obra de *Justiça política*, contudo, é o fato destas relações serem pensadas no romance na esfera das relações sociais, “privadas”, e de um modo dinâmico. Godwin se acerca da experiência de pessoas específicas, e pensa suas ações a partir de seus “motivos”, concebidos como fatos psicológicos complexos. Através da escrita romanesca, Godwin analisa a sociedade e a política da época atentando para os **valores e sentimentos** que fluem da forma de governo vigente e penetram nas relações privadas causando a “destruição do homem pelo homem”.

Se muitas vezes este caráter político de *Caleb Williams* passou despercebido, isso se deve sobretudo ao fato deles **não conceberem a investigação da a moralidade privada como uma investigação política**. Tal fato fica evidente nas afirmações oitocentistas de Stephen, que inadvertidamente não consegue ver coerência entre o enredo do romance e as intenções de Godwin declaradas no “Prefácio”, de realizar no romance críticas ao governo britânico.³⁶ Apesar de Stephen ter estudado profundamente a

³² KELLY, 1976.

³³ GODWIN, 1982. p. 1.

³⁴ Ibid.

³⁵ GODWIN, 1985: 81, 89-95.

³⁶ STEPHEN, 1902. p. 148

obra de Godwin, ele simplesmente não consegue aceitar que o retrato romanceado das relações sociais consiga expressar devidamente “a perversidade do governo”.³⁷

Isso ocorre porque a relação entre as circunstâncias sociais e a forma de governo não era mais tão verossímil na Inglaterra da segunda metade do século XIX, como havia sido para Godwin em fins do século XVIII. Algo ocorre, entre 1793 e 1915 que impede que os leitores oitocentistas e do século XX precebam o caráter político de uma obra que enfoca problemas de cunho psicológico e moral. A investigação desta transformação na percepção inglesa da política certamente vai além dos objetivos desta pesquisa; basta, no momento, considerar sua presença e saber que para Godwin e seus contemporâneos ingleses a relação entre política e moralidade privada ainda era evidente.

É importante considerar, contudo, que não foram os radicais nem Godwin os primeiros a posicionar a problemática política desta maneira. Já em 1790 Edmund Burke havia apontado para a íntima relação existente entre a moralidade e a política. Nas *Reflexões sobre a revolução em França*, ele sustenta seu ataque aos revolucionários franceses e reformistas ingleses com argumentos de cunho moral.

Burke estabelece uma oposição entre a razão iluminista³⁸ e os “sentimentos ingleses” tradicionais como bases conflitantes para a elaboração da “competência moral” dos indivíduos. Afirma que diversamente dos sentimentos, a razão não é capaz de fornecer as bases para a formulação de uma moral. Compreendida por Burke como cálculo frio, abstrato e impessoal das circunstâncias, a “razão julga sempre em causa

³⁷ Ibid.

³⁸ Nas *Reflections* Burke (1986: 145, 347) dirige um ataque direto às “idéias ilustradas”, às novas doutrinas filosóficas professadas segundo ele pelos revolucionários franceses e ingleses, pelos reformadores dissidentes e membros das sociedades radicais. Ele salienta que na França a Revolução foi em grande parte uma consequência da difusão destas idéias, ou de uma “conspiração filosófica” que “elaborou, há alguns anos, um plano regular para a destruição da Religião Cristã”. A nova filosofia iluminista, é definida por Burke (1986: 89-90, 118, 121) como “sofística”, “abstrata”, “teórica” e “especulativa”. Ele odeia o que denomina “luzes modernas recém-nascidas”, “falsas luzes” ou “luzes metafísicas” (BURKE, 1986: 124, 152).

É importante lembrar, entretanto, que a ira de Burke nas *Reflexões* tem como alvo, antes dos revolucionários franceses, os radicais ingleses, especialmente os “dissidentes racionais” como Price e Priestley; ou seja, Burke visa o que para ele seriam desdobramentos politicamente perigosos do Iluminismo francês na Inglaterra.

própria”, logo é incapaz de oferecer uma orientação adequada para a conduta. Ao abandonarem as antigas tradições e defenderem uma conduta política e social fundada exclusivamente na razão, os radicais ingleses e revolucionários franceses haviam perdido qualquer possibilidade de uma atuação política moral.

A única forma de conter os desejos destrutivos que ameaçam a sociedade é a presença de sólidas instituições políticas. Torna-se

necessária, externamente à sociedade civil, a restrição suficiente das paixões. A sociedade requer que não só as paixões individuais sejam submetidas, mas que (...) as inclinações dos homens sejam constantemente obstaculizadas, sua vontade controlada, e suas paixões subjugadas. Isto só pode ser realizado por um **poder externo a eles**; e não, no exercício de sua função, sujeito àquela vontade e às paixões cuja função é atar e subjugar.³⁹

Por um outro lado, para Burke também é necessário que cada homem considere a presença de tais instituições e dos valores “prescritivos” que emanam delas como valores “benéficos” a serem ardentemente desejados. Assim, ele afirma a necessidade, diante dos perigos “morais” desta “razão” egoísta, de “sentimentos” partilhados inconscientemente pela sociedade, que atue “internamente” como ponto de referência seguro na orientação das condutas individuais.

De um modo radicalmente diverso dos reformistas ingleses de extração iluminista, como Godwin, Price e Wollstonecraft, Burke pensa os valores morais tradicionais enquanto algo positivo e necessário. A moral é fruto de um processo histórico gradual, milenar, através do qual teriam se formado lentamente as diretrizes morais mais aptas a restringir as “paixões” e a coagir os indivíduos a uma atuação social e política virtuosa. Sua afirmação essencial, que alimentaria o conservadorismo europeu no século XIX, é de

³⁹ BURKE, 1986. p. 151. (grifos do autor).

[is to be reckoned the want, out of civil society, of a sufficient restraint upon their passions. Society requires not only that the passions of individuals should be subjected, but that (...) the inclinations of men should frequently be thwarted, their will controlled, and their passions brought into subjection. This can only be done by a power out of themselves; and not, in the exercise of its function, subject to that will and to those passions which it is its office to bridle and subdue.]

que o homem não pode se reconhecer como senhor de seu destino. As tentativas de introdução de inovações políticas, como a que ocorria na França revolucionária, e que os radicais estariam tentando introduzir na Inglaterra, ocasionariam a perda das restrições morais, o advento do caos e do terror político.

Em sua defesa dos sentimentos antigos, Burke afirma – com extrema ousadia, se considerarmos que habita um universo cultural ainda dominado pelos valores das Luzes – que a virtude depende da ação de “preconceitos úteis” (*salutary prejudices*):⁴⁰

nesta época ilustrada sou bravo o suficiente para confessar que nós somos homens de sentimentos incultos; que ao invés de lançar fora nossos antigos preconceitos, nós os acarinhamos justamente porque são preconceitos (...) . Temos medo de pôr os homens a viver segundo seu próprio suprimimento de razão; porque suspeitamos que este suprimimento é pequeno em cada homem (...). ‘Através do preconceito, a obediência torna-se um ato de sua natureza’ Nós [ingleses] temos corações reais, de carne e sangue palpitando em nossos peitos. Tememos a Deus; olhamos acima com temor e respeito [*awe*] para os reis; com afeição aos parlamentos; com respeito à nobreza. Por que? Porque quando tais idéias surgem em nossa mentes, é natural que nos comovam.⁴¹

O virtuoso não é aquele que concebe os hábitos do passado como preconceitos, como os radicais ingleses e revolucionários franceses, de formação iluminista, mas aqueles que sustentam sua atuação exclusivamente sobre seus ditames. Logo, os ingleses devem alimentar seus sentimentos e valores verdadeiros, típicos do “caráter nacional” inglês.⁴²

Para isso é essencial a manutenção da grande cadeia de sentimentos que conecta os indivíduos e ordena as relações políticas e sociais na nação. Em Burke uma configuração paternalista participa da defesa dos sentimentos tradicionais do inglês e da velha ordem das coisas. Assim como nas relações familiares, a virtude não deve ser unicamente um atributo dos pais (nobres), mas também deve se manifestar nos filhos (comuns); todos,

⁴⁰ Ibid. p. 183.

⁴¹ Ibid. p. 182-183.

⁴² Ibid. p. 181-182.

nobres e comuns devem assumir papéis sociais fundados em sentimentos familiares tradicionais. Os comuns devem amar, respeitar e temer os nobres, e estes devem amar, proteger e dominar os inferiores na escala social, cultivando a consciência da superioridade e da responsabilidade que detêm por pertencerem às “ordens elevadas” da sociedade. Estes sentimentos e valores “ancestrais” deveriam ser partilhados por todos:

Nós, [ingleses] (...) abraçamos e cultivamos aqueles sentimentos natos (*inbred*) (...) de onde flui toda moral (...). Nós preservamos a totalidade de nossos sentimentos em sua integridade nativa. (...) Nós tememos a Deus; nós observamos com temor e respeito (*awe*) os reis; com afeição os parlamentos; como quem conhece seu dever os magistrados; com reverência os padres; e com respeito a nobreza.⁴³

Para a manutenção da estabilidade política e social do reino,⁴⁴ é necessário que cada indivíduo opte por recusar qualquer autonomia de pensamento; que o “eu” submerja no “nós”, e os valores individuais sejam, intuitivamente, o espelho fiel dos valores partilhados pela sociedade. Os homens devem abrir mão dos ditames do entendimento individual em prol das prescrições morais “antigas”, seculares, dos sentimentos e “preconceitos” “naturalmente” ingleses; na medida em que são estes que permitem que as relações sociais e políticas constituam no presente um todo harmônico, como foram no passado e devem ser no futuro, apesar das tentativas perigosas e perturbadoras da ordem, de indivíduos como os reformistas e os revolucionários.

Se para Burke os desvios da moralidade convencional tocam inevitavelmente na esfera da “grande” política (institucional), os atos de rebeldia social, como a recusa ao

⁴³ Ibid. p. 181-182

⁴⁴ Para Burke, uma revolução maior, de “sentimentos, costumes e opiniões morais” (BURKE, 1986: 175) ameaçava a Europa a partir de 1789. Ela iria, afirma, lançar a França na mais completa “anarquia”. Um exemplo seria a desordem reinante no exército revolucionário francês em 1790, onde investidos dos ideais revolucionários os soldados não obedeciam mais seus comandantes, pois a revolução havia destruído o “princípio da obediência, ... elo fundamental entre o oficial e o soldado” (BURKE, 1986: 342). Os franceses não poderiam mais cobrar obediência de seus soldados (e do povo) se “enfraqueceram nas mentes dos homens as sanções da religião”. Desta forma, a nação francesa se tornaria presa de uma “tirania ... aterrorizante e arbitraria”, cujas convulsões só se apaziguariam quando “purificadas pela ação do ferro e do fogo” (BURKE, 1986: 330-331).

casamento, o ateísmo, a afirmação dos direitos do homem e da mulher, - em suma, o questionamento dos hábitos sociais tradicionalmente aceitos, que envolve a valorização da independência de consciência pelo radicalismo inglês na década de 1790 - serão pensados pelo governo e pelos contra-revolucionários como algo ofensivo para a ordem constitucional na nação. Burke estabelece a grade ideológica que permite que os discursos político-morais inovadores e inquisitivos dos radicais sejam considerados perigosos para a ordem política dominante, favorecendo e justificando as práticas político-sociais repressoras vigentes a partir de 1792.

3 A crítica à moralidade burkeana em *Political Justice*

Como vimos, seja no caso dos historiadores da filosofia e das idéias que escreveram sobre *Justiça política*, ou dos críticos literários que dedicaram sua atenção a *Caleb Williams*, a maioria considerou que Godwin não é um autor propriamente político, em função de um conteúdo supostamente utópico, impossível de se realizar na prática, que seria típico de sua obra político-filosófica; ou por sua produção literária se desvincular da crítica política e social, que seria o caso de *Caleb Williams*. *Justiça política* é compreendida na maioria das vezes como uma obra sem sentidos políticos importantes no contexto da dita controvérsia política sobre as *Reflexões* de Burke, talvez por aparentemente buscar, de um modo filosófico, teórico e sistemático, o alcance das verdades universais a respeito da moralidade política e social.

É importante observar, contudo, que o caráter teórico e filosófico de *Justiça política* advém sobretudo deste estudo ter sido compreendido por Godwin como a resposta definitiva à defesa da ordem político-social tradicional realizada por Burke. No quadro da controvérsia política da década de 1790, Godwin concebe *Justiça política* como “uma obra que (...) [deveria] posiciona[r] filosoficamente os princípios da política sobre uma base irreduzível (...) [que] pudesse aniquilar e superar toda e qualquer

oposição”.⁴⁵ Deste modo, os tópicos fundamentais situados por Godwin em *Justiça política*, o tratamento teórico destes e a própria forma da obra, na condição de tratado filosófico (*philosophical enquiry*) são situados numa posição conflitante com a de Burke. Apesar de Godwin não declarar isso explicitamente em *Justiça política*, temos a clara presença de um referencial – negativo – burkeano que orienta a concepção de *Justiça política* e insere definitivamente este texto no debate iniciado pelas *Reflexões*.

Diante do ataque de Burke à filosofia das Luzes, *Justiça Política* reafirma a capacidade desta filosofia em pensar e oferecer soluções para os problemas políticos e sociais do presente. Godwin efetua uma defesa da moralidade racional, respondendo à afirmação burkeana de que a moral é fundada nos sentimentos. Por um outro lado, diante da recusa de Burke em conceber a política como algo que possa ser pensado racionalmente, Godwin defende calorosamente a possibilidade da reflexão racional sobre as questões políticas e sociais posicionadas por Burke nas *Reflexões*. Do mesmo modo, a ênfase godwiniana na construção de uma sociedade futura igualitária e sem leis consiste numa resposta à defesa da conservação do passado, e à afirmação da necessidade da coerção institucional por Burke. Quando Burke critica a Revolução Francesa, salienta a importância dos sentimentos, da família, dos laços fraternais entre os Ingleses, dos hábitos e costumes imemoriais a serem preservados. Godwin, por um outro lado salienta a importância da razão juntamente aos sentimentos na orientação da conduta.⁴⁶ Por fim, a própria forma e o estilo escolhidos por Godwin em *Justiça Política*, de um tratado filosófico sistemático escrito na linguagem ponderada da razão especulativa, consiste na opção por um posicionamento diametralmente oposto à obra “imaginativa”, “entusiasta”, “passional” e propagandística de Burke.

De acordo com sua noção do que seria uma investigação “científica” em busca da verdade, Godwin menciona o estranhamento que lhe causou em 1790 o estilo formal e o

⁴⁵ GODWIN, citado por KRAMNICK. In: GODWIN, 1985. p. 11.

⁴⁶ Ele modifica sua posição e reavalia o papel dos sentimentos e afetos familiares na segunda e na terceira edições de *Justiça política*, de 1796 e 1798 (GODWIN, 1985).

método adotados por Burke nas *Reflexões*⁴⁷. Aos reformistas ingleses de fins do século XVIII, comprometidos com os pressupostos teóricos e as linguagens filosóficas do Iluminismo, a profusão de metáforas e adjetivos, o estilo dramático e literário utilizado por Burke nas *Reflexões* pareciam extremamente deslocados numa obra de natureza política.⁴⁸

Segundo Hazlitt, que escreve em 1815, seria difícil encontrar

alguém pertencente ao grupo oposto, que se referisse a Burke como um grande homem (...) todos eles pareciam ser da opinião de que Burke era um entusiasta selvagem, ou um sofista vazio, a quem se deveria responder com os freios dos fatos, com a astúcia da lógica, com questões perspicazes.⁴⁹

Mesmo concordando com Hazlitt no que concerne à “grandeza” de Burke, Godwin em *Justiça política* responde às *Reflexões* como seus contemporâneos radicais – com “o freio dos fatos e a astúcia da lógica”:

Não devemos nos espantar se o maior gênio, o mais sincero e benevolente campeão, falhasse em produzir um tratado perspicaz ou persuasivo, ao assumir uma tarefa tão desesperançada (...). Trata-se de provar que não podemos ser governados pela razão. Provar como? Necessariamente, a partir das fontes da razão. O que pode ser mais contraditório?⁵⁰

Segundo Godwin haveria “dois modos” possíveis de persuasão da “mente humana”: o primeiro, claramente burkeano, caracteriza-se pela elaboração de “um quadro forte e imperativo, que domina a imaginação e surpreende o julgamento” do leitor. No segundo método, típico de *Justiça política*, temos “uma declaração de razões distinta e inquestionável que, por mais que reflitamos a seu respeito, e por mais que sejam

⁴⁷ GODWIN, 1985. p. 504-505.

⁴⁸ Conor Cruise o’Brien (In: BURKE, 1986: 53-54) afirma que Burke recusou, intencionalmente, um estilo “investigativo” - como uma *enquiry* filosófica - nas *Reflexões*. Segundo Burke “o modo calmo e investigativo seria um meio comedido de perdermos nosso objetivo”; - ou seja, dele não convencer seu público (BURKE citado por O’BRIEN. In: BURKE, 1985: 54).

⁴⁹ HAZLITT, 1991. p. 54.

⁵⁰ GODWIN, 1985. p. 504-505.

analisadas, irão sempre ser consideradas cada vez mais irrefutáveis.”⁵¹ Lançando mão da autoridade conferida à “investigação filosófica” setecentista, Godwin avança, cuidadosamente em *Justiça política*, partindo dos princípios às inferências lógicas, na elaboração de um amplo edifício sistêmico, no qual “se todas as partes concordarem com alguns princípios, e se estes princípios forem em si verdadeiros, o todo estará de acordo com a verdade”.⁵²

Imerso no quadro conceitual e metodológico da filosofia Iluminista anglo-francesa, evidentemente Godwin e seus próximos não poderiam aceitar, nem mesmo compreender, num determinado sentido,⁵³ as afirmativas de Burke a respeito da função dos “preconceitos” e “ilusões” na organização política da sociedade. De acordo com suas leituras de Holbach, Godwin pensa o “preconceito” (prejudice) como a ausência do conhecimento da verdade.⁵⁴ O preconceito teria sido forjado e beneficiado pelos padres e tiranos para manterem os homens sob seu jugo.⁵⁵ O papel da filosofia é o de esclarecer as mentes, destruindo estes sustentáculos da submissão: “A falsa opinião, a superstição e o preconceito têm sido até agora os sustentáculos da usurpação e do despotismo. A investigação (*enquiry*) e o aperfeiçoamento da mente humana estão agora estremecendo as muralhas que mantiveram a humanidade aprisionada por muito tempo”⁵⁶.

Para Godwin os preconceitos, ao invés de subjugarem as paixões, precipitam sua ação indiscriminada. Os preconceitos situam-se na origem de toda moral corrompida e dos atos prejudiciais decorrentes desta (falsa) moral. Já o papel da razão é o de

⁵¹ Ibid. p. 500.

⁵² GODWIN, 1965. p. v-vi.

⁵³No sentido em que Burke pensa este problema de uma forma inédita, em sua crítica aos termos gerais da filosofia iluminista em fins do século XVIII. O valor que Burke confere aos “preconceitos” e “superstições”, como elementos herdados que vitalizam as instituições e definem o “caráter nacional” inglês (BURKE, 1986: 181) participa de um movimento maior de crítica ao Iluminismo, que culminará - no século XIX - na definição da idéia de um “espírito da nação” e de uma “cultura nacional” (WILLIAMS, 1969: 34).

⁵⁴ HOLBACH. In: KRAMNICK, 1995. p. 142, 143.

⁵⁵ Ibid.

coordenar as paixões e desejos em direção aos objetos adequados, que possibilitem o maior bem-estar possível aos seres humanos. O homem destituído de “razão”, presa dos “preconceitos”, na medida em que não julga corretamente os objetos de desejo, pode atuar de um modo prejudicial mesmo quando crê agir pelo “bem”, executando “ações cruéis e tirânicas”:

Consideremos por um momento as ... disposições virtuosas existentes sem o conhecimento ... e saberemos quão pouco a propagação desta virtude vale a pena. As perspectivas mais generosas, em tais casos, conduzirão às conseqüências mais nefastas”. Um Cranmer⁵⁷ será levado a queimar heréticos, e um Digby a tramar a Traição da Pólvora.⁵⁸

Em *Justiça política* Godwin salienta que a defesa da submissão do indivíduo à hierarquia social e o abraço dos “preconceitos úteis” por Burke são mentiras extremamente perigosas. A coerção do governo não pode fundar de modo algum condutas virtuosas, como queria Burke, mas exerce um poder maléfico e destrutivo sobre os indivíduos. Este poder não atua apenas através das instituições políticas e da lei, mas fluindo delas garante sua perpetuação na sociedade através do preconceito, dos hábitos e sentimentos tradicionais que fazem com que a atuação humana se mantenha nos limites impostos pelas normas morais legadas pelo passado. Os hábitos fluem das instituições políticas⁵⁹ e se insinuam no espaço mais íntimo das vidas dos indivíduos:

Talvez o governo se insinue em nossas disposições pessoais e, de modo imperceptível, comunique seu espírito à forma como nos relacionamos (...) Será que os grandes males morais do mundo, as

⁵⁶ GODWIN, 1985. p. 580.

⁵⁷ Cranmer foi o primeiro bispo protestante de Cantembury, no século XVI.

⁵⁸ GODWIN, 1985. p. 301-302.

A traição da pólvora foi um plano arquitetado em 1605 por católicos visando explodir o parlamento.

⁵⁹ Godwin em *Political Justice* aproxima-se de Montesquieu (*O espírito das leis*) nesse sentido, mas ele salienta, além da apreciação da influência das instituições políticas, o papel da sociedade enquanto fator determinante na conformação da personalidade individual.

calamidades pelas quais somos dolorosamente oprimidos, não podem revelar suas fontes nas instituições políticas, de modo que seu fim dependeria da correção destas?⁶⁰

O maior dos males morais era decorrente, para Godwin, da obediência à autoridade; fosse a obediência a um patrono nobre, a um familiar ou a uma autoridade política ou jurídica. Esta obediência era pensada como algo nocivo à autonomia individual necessária para a elaboração de uma moralidade genuinamente virtuosa, na medida em que conduzia o indivíduo à abdicação do “direito ao juízo individual”, ou seja, do julgamento autônomo e racional a respeito das questões morais.⁶¹ Isto, que Godwin denominava “usurpação do entendimento individual”,⁶² consistia a fonte de toda falsa moral e, logo, de todo sofrimento humano. Os indivíduos realmente virtuosos seriam aqueles que não se submetessem ao pensamento imposto, que pensassem de modo autônomo e independente e não se conformassem à ordem presente das coisas.

Evidentemente, Godwin percebeu a base moral que sustenta a argumentação de Burke contra a revolução e as reformas. Os princípios éticos que fundamentam a teoria política godwiniana, por sua vez, conduzem a uma apreciação da moral absolutamente contrária à de Burke. Respondendo à afirmação burkeana de que a atuação moral e política devem ser fundadas nos sentimentos ancestrais, Godwin efetua uma defesa da moralidade racional, defendendo calorosamente a possibilidade da reflexão racional sobre a política.

Marylin Butler chama nossa atenção para o fato de Godwin ter dedicado grande parte de *Justiça política* à análise do sistema aristocrático defendido por Burke nas

⁶⁰ GODWIN, 1985. p. 82.

[*Perhaps government (...) insinuates itself into our personal dispositions, and insensibly communicates its own spirit to our private transactions (...) May it not happen that the grand moral evils that exist in the world, the calamities by which we are so grievously oppressed, are to be traced to political institution as their source, and that their removal is only to be expected from its correction?*]

⁶¹ GODWIN, 1985. p. 200- 208, 237-248.

⁶² Ibid.

Reflexões.⁶³ Todo um capítulo⁶⁴ é dedicado a críticas à apologia dos “preconceitos úteis” por Burke nas *Reflexões*. Referindo-se indiretamente a Burke, Godwin afirma a existência de defensores de um sistema fundado necessariamente nos preconceitos e nas mentiras, através dos quais as pessoas são induzidas à obediência. O preconceito difundido em obras como as *Reflexões* contribuía para manter um estado de coisas no qual o “entendimento é distorcido; e a base de toda moralidade, a lembrança de que todos os (...) homens são iguais (...) é obliterada”.⁶⁵

Para Godwin, as instituições governamentais monárquicas e aristocráticas das quais emanavam os sentimentos e valores dominantes na Inglaterra, não sustentavam a virtude, pelo contrário, eram as causadoras dos grandes males da sociedade inglesa do presente. Os sentimentos preconceituosos que a monarquia suscitava, especialmente a noção aristocrática da “honra”, da hereditariedade e da superioridade “natural” da nobreza prestar-se-iam na verdade à manutenção da desigualdade entre os homens.⁶⁶ Uma porção expressiva de *Justiça política* é dirigida à avaliação das características dos sistemas monárquico, aristocrático e democrático, juntamente à influência moral de cada um deles sobre os indivíduos e sobre as relações entre os governantes e governados”.⁶⁷ Na monarquia e na aristocracia o valor dominante é a honra, de modo que ocorre uma reificação das aparências. Estes sistemas teriam favorecido o surgimento de uma sociedade onde predominavam as máscaras e as prestidigitações políticas, “confundindo o entendimento” da multidão e assegurando seu poder.⁶⁸

⁶³ Apesar de Godwin fazer poucas referências diretas a Burke nesta obra, é evidente sua presença nas entrelinhas.

⁶⁴ Ibid. p. 493-505.

Este capítulo se intitula “Da impostura política”.

⁶⁵ Ibid. p. 417-418.

⁶⁶ Para Godwin, as únicas diferenças reais entre os homens seriam relativas à virtude - às gradações do exercício do potencial de “utilidade” dos homens em prol do “bem-comum”. Todas as outras diferenças seriam ilusórias. A verdadeira virtude deveria ser fundada no conhecimento racional, filosófico”, num saber livre das muralhas do preconceito e da superstição (Godwin, 1985: 181-191).

⁶⁷ BUTLER, 1996. p. 348.

4 A história e o romance

É importante observar que Godwin concebe o romance menos como um veículo de propaganda, e mais como obra de conhecimento. Como vimos, no romance *Caleb Williams* o objetivo de Godwin era pensar a realidade social inglesa a partir das críticas políticas situadas no texto filosófico *Justiça política*. Contudo, a relação entre as duas obras não deixa de ser conflitante.

A julgar por uma série de declarações feitas em em 1797 na seleção de ensaios *The Enquirer*, o romance surge para sanar certas deficiências que Godwin havia percebido em *Justiça política*, relativas à impossibilidade de uma obra filosófica, abstrata, compreender e comunicar devidamente os problemas políticos e sociais vividos pelos ingleses. Segundo Godwin,

A mente humana não ama as abstrações. Seu gosto genuíno, perceptível nas crianças e pessoas sem estudo, repousa inteiramente em individualidades. Apenas com perseverança e costume é gerada a inclinação à filosofia, natural, moral ou matemática. Houve um tempo no qual o homem, agora mais habituado, ainda recuava aterrorizado quando confrontado com esta senda tortuosa.⁶⁹

Textos de natureza “abstrata”, como *Justiça política*,

são passíveis de muitas desvantagens. (...) Um erro em qualquer parte do processo ocasiona amplos danos; onde tudo se conecta, como numa corrente indissolúvel, um engano numa fase vicia tudo o que se segue. Talvez o olho intelectual do homem seja formado antes para o exame do que é mais detalhado e próximo, e não de objetos distantes e grandiosos; e há o perigo, por estarmos demasiadamente atentos à consistência do sistema, de que desprezemos a atenção perpétua devida à experiência, a estrela polar da verdade.⁷⁰

⁶⁸ GODWIN, 1985. p. 454.

⁶⁹ GODWIN, 1993e. p. 291-292.

⁷⁰ GODWIN, 1965. p. v-vi.

O conceito de experiência demarca, na obra godwiniana, a distinção entre um saber “abstrato” (dirigido às generalizações, típico de *Justiça política*) e um conhecimento das especificidades, obtido na observação empírica. Depois de 1793 Godwin jamais retomaria o formato sistemático adotado em *Justiça política*, preferindo dedicar-se ao romance, ao ensaio e à historiografia. Assim sendo, a distinção entre textos focados nas especificidades e na “experiência” social, vivida (os romances e obras historiográficas), e textos teóricos, filosóficos e sistemáticos, dirigidos às generalizações “abstratas”, demarca o próprio campo formal da obra de Godwin, que a partir de 1794 que se distancia cada vez mais da concepção adotada no tratado filosófico de 1793.

Um aspecto pouco abordado pela crítica, porém salientado pelo próprio Godwin no manuscrito de 1797, intitulado “Sobre a história e o romance”, é sua concepção do romance como obra historiográfica. Trata-se de uma concepção notável no século XVIII. Ele divide o “estudo da história” em dois ramos: “o estudo da humanidade como uma massa”, a “história das nações”, decorrente de uma abordagem “abstrata” e “generalizada” (típica da filosofia); e o estudo da “história dos homens individuais”, dirigido ao conhecimento da experiência concreta dos indivíduos:

a história individual surge diante da história geral como algo mais elevado. A história geral oferece-nos precedentes em abundância, demonstra que o ocorrido em um país pode repetir-se em outro, e que o registrado nos anais da humanidade pode, sob circunstâncias similares, ser realizado novamente. Porém, se a energia de nossas mentes aspira a algo mais vivo e nobre do que a repetição monótona, se amamos a felicidade da humanidade o suficiente para sentirmos-nos impelidos a explorar caminhos novos jamais trilhados, não devemos contentarmos-nos em considerar a humanidade como uma massa, mas analisar os materiais dos quais é composta. É preciso escrutinar a natureza humana, antes que possamos nos pronunciar a respeito do que o homem social é capaz. Deixando de lado as generalizações da abstração histórica, devemos assinalar as operações das paixões humanas, observar o império dos motivos, sombrios ou elevados; devemos notar a influência que um ser humano exerce sobre o outro, e a ascendência do sábio e do ousado sobre a multidão vulgar. Só assim seremos capazes de acrescentar ao conhecimento do passado a sagacidade capaz de **penetrar nas profundidades do futuro**. Não devemos compreender os novos acontecimentos que surgem como se fossem iguais aos antigos, sob

novas denominações, mas é imperativo julgar verdadeiramente, a partir de conjecturas e combinações, causas e efeitos, aquilo **que, apesar de nunca ter ocorrido, se encontra dentro das capacidades de nossa natureza**. O verdadeiro benfeitor de sua espécie deve conectar os dois ramos da história, observando o conhecimento da história individual como o único que pode fornecer energia e utilidade aos registros da existência social.⁷¹

Este manuscrito de 1797 é notável, entre outras coisas, por demonstrar como a experiência da composição de *Caleb Williams* em 1794 permitiu que Godwin desenvolvesse alguns posicionamentos a respeito das obras de ficção que já haviam sido expressos anteriormente em *Justiça política*.

Em 1793 Godwin havia afirmado em *Justiça política*, tendo referência em Turgot e Condorcet, que os romances poderiam constituir obras de conhecimento. Ele sustenta que os textos ficcionais são passíveis de fornecer o saber das “verdades” acerca do ser humano.⁷² A realização da crítica política e social em *Caleb Williams*, contudo, fez Godwin ir mais além, concebendo o próprio romance como obra historiográfica.

⁷¹ GODWIN, 1993e, p. 291.

[*But let us suppose that the genuine purpose of history, was to enable us to understand the machine of society, and to direct it to its best purposes. Even here individual history will perhaps be found in point of importance to take the lead of general. General history will furnish us with precedents in abundance, will show us how that which happened in one country has been repeated in another, and may perhaps even instruct us how that which has occurred in the annals of mankind, may under similar circumstances be produced again. But, if the energy of our minds should lead us to aspire to something more animated and noble than dull repetition, if we love the happiness of mankind enough to feel ourselves impelled to explore new and untrodden paths, we must then not rest contented with considering society in a mass, but must analyze the materials from which it is composed. It will be necessary for us to scrutinize the nature of man, before we can pronounce what it is of which social man is capable. Laying aside the generalities of historical abstraction, we must mark the operation of human passions; must observe the empire of motives whether grovelling or elevated; and must note the influence that one human being exercises over another, and the ascendancy of the daring and the wise over the vulgar multitude. It is thus, and thus only, that we shall be enabled to add, to the knowledge of the past, a sagacity that can penetrate into the depths of futurity. We shall not only understand those events as they arise which are no better than old incidents under new names, but shall judge truly of such conjunctures and combinations, their sources and effects, as, thought they have never yet occurred, are within the capacities of our nature. He that would prove the liberal and spirited benefactor of his species, must connect the two branches of history together, and regard the knowledge of the individual, as that which can alone give energy and utility to the records of our social existence.*]

⁷² GODWIN, 1993c, p. 101-102.

Trata-se de um trecho presente apenas na primeira edição de *Justiça política* Godwin exemplifica sua posição citando versos de um drama de Douglas, que explicitaria a necessidade de afirmação do “juízo

O romance, compreendido como “**história individual**” é louvado por Godwin, na medida em que foge da “superficialidade” e permite o alcance das “verdades” concernentes à **experiência social**. Ele afirma que o romance tem a possibilidade de retratar uma “*práxis autêntica*”⁷³ a respeito do ser humano – de demonstrar como, em certas circunstâncias políticas e sociais os indivíduos são levados a assumir condutas específicas.

Esta referência à *práxis* revela uma referência velada a Aristóteles. Na Poética este já havia afirmado que

Não é ofício do poeta narrar as coisas acontecidas, mas as coisas que podem acontecer, isto é, as coisas que sejam possíveis segundo a verossimilhança e a necessidade. Com efeito, o historiador e o poeta não diferem porque um fala em verso e o outro em prosa – a história de Heródoto poderia muito bem ser versificada, e não seria menos história do que o é sem versos. A verdadeira diferença está em que o historiador conta fatos verdadeiramente acontecidos e o poeta, fatos que poderiam acontecer. Por isso, a poesia é coisa mais filosófica e elevada que a história; a poesia tende mais para o universal, a história mais para o particular. O universal é isto: a um indivíduo desta ou daquela natureza acontece dizer ou fazer coisas desta ou daquela natureza, verossímil e

individual” diante das imposições das tradições, especificamente, a recusa necessária ao respeito devido pelos comuns aos nobres.

Não, meu bom senhor, apesar de eu reverenciá-lo muito,
 Não concedo minha causa, nem peço seu julgamento.
 Devo a submissão de um súdito
 Para o suserano de minha terra; porém dele
 Devo rejeitar o arbítrio supremo.
 Em meu peito reina outro senhor
 - A honra; único juiz e senhora de si.

[*Nay, my good lord, though I revere you much,
 My cause I plead not, nor demand your judgement.
 To the liege lord of my dear native land
 I owe a subject's homage; but even him
 And his high arbitration I reject.
 Within my bosom reigns another lord
 -Honour; sole judge and umpire of itself.*]

Eis um problema que também é central em *Caleb Williams*, da afirmação ousada da autonomia do comum diante do poder coercitivo do nobre.

⁷³ GODWIN, 1993e. p. 292-295.

necessariamente. A isto aspira a poesia que depois lhe dá nomes como epítetos. O particular é isto: que coisas fez Alcebiades ou que coisas lhe aconteceram⁷⁴

Para Aristóteles, o historiador se encontra limitado à retratação de fatos realmente acontecidos; ao narrar a história (“descrição exata dos fatos”), ele elabora uma imitação (*mimesis*)⁷⁵ de ações humanas verdadeiras e particulares (*praxis*). Por um outro lado, o poeta não se limita a isso, mas vai além e conta “fatos que poderiam acontecer”; logo, “tende mais para o universal”, ou ao *mithos* (imitação de uma *práxis* típica). Na imitação poética (*mimesis praxeos*) as personagens manifestam características universais, inscritas em seu caráter, atos e discursos. Aquiles, por exemplo, não é fundamentalmente um caractere específico, mas tende ao universal ao ser elaborado como personagem que manifesta as características excelentes (a força, a coragem e a astúcia) do guerreiro. Para Aristóteles isso é possível apenas na poesia, e não na história, por esta ficar restrita à imitação do que é específico, e não do universal. Aquiles, como caractere poético que é, se investe do universal “guerreiro”, que corresponde a uma natureza guerreira inacessível aos homens específicos e reais retratados pela história.

Ao se referir ao romance como história individual, contudo, Godwin transforma a teoria aristotélica. Ele elimina a separação estanque entre história e poesia. O romance, concebido como narrativa histórica, oferece, segundo Godwin, as possibilidades universalizantes da poesia, de retratação de uma *praxis típica*. Para isso, Godwin investe os personagens fictícios de seu romance de características morais e psicológicas típicas de sua “natureza social”.⁷⁶

Além disso, Godwin não pensa a história apenas como narrativa que tem como objeto “fatos verdadeiramente acontecidos”, situando-se num terreno distinto da criação poética. A história pode, e deve, explorar os limites da retratação de “coisas que podem acontecer, isto é, as coisas que sejam possíveis segundo a verossimilhança”.⁷⁷ De um

⁷⁴ ARISTÓTELES, 1976. (IX, 50, 51, 52).

⁷⁵ A tradução grega dos termos de Aristóteles é de Northrop Frye (FRYE, 1973: 86).

⁷⁶ GODWIN, 1993e: 293.

modo inusitado, ele subverte a proposição aristotélica, trazendo para a história as possibilidades da poesia. A história individual, concebida como obra poética (o romance), é a narrativa de fatos típicos (sociais e psicológicos) e verossímeis, que dizem respeito às “coisas como elas estão; e revelador de fatos que podem acontecer no futuro, ou “que, apesar de nunca ter[em] ocorrido, se encontra[m] dentro das capacidades de nossa natureza”.⁷⁸

Pouco importa que os fatos retratados não tenham acontecido “realmente”.⁷⁹ A atribuição de um caráter verdadeiro (de que eles constituam uma “*praxis verdadeira*”) depende de que eles sejam condizentes com a “natureza social” do homem”.⁸⁰ Em *Caleb Williams* por exemplo, cada personagem **concentra** em si as características **típicas** de cada “nível” (*rank*) da sociedade inglesa. Assim sendo, em 1797 Godwin repensa sua criação literária como uma história individual romanceada, ou romance histórico; um instrumento de reflexão acerca da sociedade e das relações sociais.⁸¹

Em *Caleb Williams*, Godwin trabalha cuidadosamente a relação entre o específico (que diz respeito ao indivíduo) e o universal (relacionado às características sociais que se imprimem nas personagens). Apesar de se ater a estas características ele não recusa a natureza “real”, de cada indivíduo retratado. Ele retrata “indivíduos específicos vivendo situações específicas”. Contudo, indo além da atenção a estas especificidades, Godwin sustenta que se este saber, partindo do indivíduo objetiva a compreensão geral da sociedade. Ele pretende a união do específico ao universal, sugerindo que o investigador prossiga, passo a passo, da abordagem do quadro

⁷⁷ ARISTÓTELES, 1976. (IX, 50, 51, 52).

⁷⁸ GODWIN, 1993e. p. 293.

⁷⁹ Ibid.

Godwin afirma que concede ao historiador uma “*licentia historica*”, para que ele possa retratar o que não aconteceu realmente, mas é típico da sociedade retratada.

⁸⁰ GODWIN, 1993e. p. 293.

⁸¹ Segundo Ian Watt, o romance já consistia num instrumento para reflexão acerca da sociedade, especialmente das relações privadas, desde Defoe, Richardson e Fielding, na primeira metade do século XVIII (WATT, 1990).

“psicológico” individual, às relações entre indivíduos específicos, às “classes” e “níveis” da sociedade, rumo à compreensão desta como um todo⁸². Assim sendo, o “escritor de romances deveria ser considerado o escritor da história real”, retratando como as “experiências” individuais forjam “sentimentos”, “paixões” e “motivos” para as ações (típicos de cada grupo social); desvendando assim a complexa “cadeia de eventos” humanos.⁸³

O manuscrito “Sobre a história e o romance” nos fornece pistas para resolver o problema visualizado pela crítica literária, da aparente contradição entre o caráter psicológico (e como tal, “apolítico”) de *Caleb Williams*, e a intencionalidade política declarada no “Prefácio”.

A psicologia (os “motivos” e “sentimentos”) das personagens expressa características típicas (*topoi*) relacionadas à sua posição social. Ela instaura determinadas relações de poder que caracterizam a sociedade como um todo. O conteúdo político do romance se revela na abordagem consciente, por Godwin, das relações de poder circunscritas no microcosmo da sociedade inglesa da época, reveladoras de contradições sociais mais amplas, por serem forjadas por indivíduos de “ordens”, ou “níveis” (*ranks*) sociais diferentes. Logo, o conteúdo psicológico de *Caleb Williams* na verdade manifesta significados políticos e sociais.

Em *As coisas como elas são/estão, ou As aventuras de Caleb Williams*, a partir da retratação da experiência de indivíduos específicos, Godwin realiza uma “análise histórica” da sociedade inglesa, na qual coloca em questão sua situação presente e se dirige à avaliação de seus desdobramentos futuros. Em termos godwinianos, a partir da “análise das formas de despotismo doméstico”, ele objetivou compreender as “coisas como elas são/estão”, para “penetrar nas profundidades do futuro”,⁸⁴ para avaliar as possibilidades de sua transformação.⁸⁵

⁸² GODWIN, 1993e, p. 292-294.

⁸³ Ibid.

5 A análise da sociedade inglesa: *Caleb Williams*

O foco central do romance *Caleb Williams* é a relação entre dois homens, Ferdinando Falkland e Caleb Williams, que são respectivamente o “senhor” (*master*) e o “criado” (*servant*).⁸⁶ O romance retrata o conflito que se estabelece entre eles ao Caleb descobrir que Falkland havia cometido um crime no passado.

Neste romance não só estes, mas todos os personagens concentram em si as “paixões” (amores, temores e desejos), os sentimentos e valores, os “hábitos” e “costumes”, a “capacidade de raciocínio” e de “entendimento” do “real” típicos, para Godwin, de cada “classe” e “nível” (*rank*) da sociedade inglesa do presente.

Ferdinando Falkland, é o nobre proprietário de terras (*squire*) que possui os atributos de uma fração da nobreza rural (*gentry*) afrancesada (*frenchfied*)⁸⁷, esclarecida e refinada, é humano e sensível; enquanto seu inimigo, Barnabas Tyrrel, um “típico nobre rural (*squire*) inglês”⁸⁸, é rústico, tirânico, amante de esportes violentos e das bebidas, semi-analfabeto e grosso.⁸⁹ Collins, o administrador da propriedade rural de Falkland, é servil, submisso e admirador da nobreza. Caleb Williams é o *yeoman* ousado e cioso de seus direitos, assim como o pai e o filho da família Hawkins, rendeiros (*tenants*) de Tyrrel.

A relação entre as diversas personagens, bem como a imagem que um elabora do outro, são fundadas em noções de nível (*rank*) social e de autoridade características do

⁸⁴ Ibid.

⁸⁵ Ibid.

⁸⁶ Isso se considerarmos os termos utilizados na primeira edição de 1794 (GODWIN, 1992). Eles se tornam “secretário” (*secretary*) e “patrono” (*patron*) na edição de 1832 (GODWIN, 1982).

⁸⁷ GODWIN, 1982. p. 67.

⁸⁸ GODWIN, 1982. p. 16-17.

[*a true model of the English squire*]

⁸⁹ Ibid.

sociedade inglesa no século XVIII – um sistema social paternalista que enfatizava a dependência submissa dos plebeus, e o patronato dos nobres.⁹⁰

O tema do primeiro volume é a história de Falkland narrada por Collins para Caleb. Collins apresenta Falkland como um herói local, um patrono bondoso, defensor dos fracos contra a tirania de Tyrrel. Falkland é o nobre honrado, ilustrado, amante tanto dos antigos “costumes” “cavalheirescos” quanto da filosofia e da literatura.⁹¹ Evidencia-se a extrema admiração, o amor e veneração temerosa (*awe*) que ele gera em todos na comunidade local.

Em sua história, Collins conta para Caleb que no passado Falkland havia sido obrigado a suportar uma série de desafios e afrontas de Tyrrel, que terminou por esbofeteá-lo numa reunião da sociedade nobre do condado. Na mesma noite Tyrrel é assassinado. Falkland acaba sendo julgado e absolvido do crime. Uma família de pequenos proprietários rurais, os Hawkins, que haviam perdido uma causa jurídica para Tyrrel, são declarados culpados e executados.

Apesar de Collins mencionar em sua história que Falkland havia sido acusado no passado de assassinato, ele não acredita de modo algum na acusação; sua submissão a Falkland não abre espaço para qualquer dúvida que pudesse desonrar seu patrono e senhor.

A história de Collins oferece uma série de informações a respeito das relações sociais na localidade rural onde vivem Caleb e Falkland. Tyrrel representa uma feição explicitamente brutal da aristocracia. Ele persegue e desgraça todos os que se colocam em seu caminho: sua sobrinha Emily Melville que queria forçar ao casamento com um rústico. Os Hawkins também têm a vida arruinada por Tyrrel, que manipula a lei para aprisioná-los e destruí-los.⁹²

Emily e os Hawkins são inferiores a Tyrrel na escala social. O que acontece com eles no primeiro volume remete-nos às circunstâncias, segundo Godwin, reinantes na

⁹⁰ A este respeito cf. (PERKIN, 1969: 17-62).

⁹¹ GODWIN, 1982. p. 10-11.

⁹²Ibid.

Inglaterra da época, pelas quais pessoas inferiores na hierarquia social e genérica, como pessoas comuns, pobres, e (ou) mulheres, estariam totalmente à mercê dos caprichos de homens e nobres tirânicos.⁹³ Emily Melville é uma mulher e destituída de recursos financeiros, logo economicamente dependente de seu tio, Tyrrel, e inserida num sistema patriarcal. A prisão, e a ameaça de estupro aos quais é submetida por Tyrrel, são exemplos extremos oferecidos por Godwin do que poderia sofrer uma pessoa nessas condições.⁹⁴

Tyrrel fica irritado com Hawkins por este se recusar a votar na eleição local segundo sua indicação (e aqui temos uma referência direta à manipulação das eleições rurais pela *gentry*),⁹⁵ e por Hawkins não permitir que seu filho Leonard se tornasse um criado. Este manda bloquear o acesso às terras dos Hawkins, e Leonard derruba as cercas à noite. Porém, como Leonard é visto com seu casaco cobrindo o rosto, ele acaba por ser acusado de felonía⁹⁶ segundo os *Black Acts*,⁹⁷ a cruel legislação inglesa que garantia a inviolabilidade das propriedades rurais entre os séculos XVIII e XIX.

Tanto a posição assumida pelos Hawkins quanto a postura de Emily constituem tentativas de construção da **autonomia individual** diante do sistema de patronato dos nobres que, segundo Godwin em *Justiça política*, deveria ser banido da Inglaterra.⁹⁸ Constituem também, o que é muito importante no contexto godwiniano, atos de **não-conformismo**, de crítica e resistência ao poder e autoridade da nobreza, que Godwin havia defendido explicitamente em seu tratado filosófico.⁹⁹

⁹³BUTLER, 1990. p. 349.

⁹⁴ Ibid.

⁹⁵ GODWIN, 1982. p. 68.

⁹⁶ Na legislação consuetudinária (*common laws*) a felonía é a traição às obrigações devidas pelo comum ao nobre, configurando um ato de traição.

⁹⁷ Sobre os *Black Acts* cf. E. P. Thompson (1975: 247). O crime de Leonard poderia ser punido com a forca.

⁹⁸ GODWIN, 1985. p. 255-65

⁹⁹ Ibid.

Ao narrar a história de Falkland para Caleb, Collins ressalta o heroísmo de Falkland por ter defendido Emily e os Hawkineses da arbitrariedade de Tyrrel. Enquanto este representa o lado mais brutal da aristocracia inglesa, Falkland surge neste primeiro dos três volumes de *Caleb Williams*, como um personagem heróico, um defensor dos oprimidos. Apesar de ser um homem afeito às noções de honra aristocrática, ele se recusa a assumir os aspectos mais violentos do comportamento nobre de Tyrrel, como o amor aos duelos, às caçadas e às bebedeiras. Falkland é o nobre honrado, ilustrado e cordial.

A inveja e a fama que Falkland desfruta na sociedade local faz com que Tyrrel rapidamente se indisponha com ele. Depois de ser esbofeteado por Tyrrel, Falkland revela como seu caráter aristocrático era apenas um verniz honrado que ocultava uma natureza violenta e vingativa. De acordo com os antigos e nobres sentimentos cavaleirescos (*his love of chivalry*)¹⁰⁰ que nutre, não suporta ver sua honra manchada diante da sociedade local. Arma uma emboscada e assassina Tyrrel. Os Hawkins, que antes haviam sido defendidos por Falkland, são (injustamente) julgados e executados em seu lugar.

Contudo, como Falkland é um “bom” nobre, que alimenta os valores “filosóficos” “de humanidade” ele alimenta um insuportável sentimento de culpa por seus atos. Este conflito, entre o culto à honra aristocrática, expresso no amor pela “cavalaria” (*chivalry*), e a virtude decorrente de uma formação “filosófica”, o conduz ao desespero, a uma existência melancólica e angustiada.¹⁰¹

Caleb e Falkland são apresentados com qualidades específicas que nos remetem à condição que ocupam na ordem social inglesa. Ao ouvir a história de Collins, Caleb não se convence tão facilmente quanto ele de que Falkland é inocente e os Hawkins são culpados pela morte de Tyrrel. Caleb é, assim como como os Hawkins, um *yeoman*, originário da classe dos pequenos proprietários rurais, orgulhoso, e que preza sua **independência** diante dos nobres e poderosos. É impensável para Collins, um criado, um

¹⁰⁰ GODWIN, 1982, p. 10.

¹⁰¹ Ibid. p. 109, 124.

servo da aristocracia, sequer cogitar que um nobre (*esquire*) possa ser culpado. Só Caleb pode levantar tal possibilidade.

Caleb se assemelha com os Hawkins e Emily no sentido em que ele desafia a autoridade dos nobres. Como hóspede e dependente de Falkland, ele fala o que pensa, e não acredita no que ouve. Assim como eles, Caleb é inexperiente. Ele aproxima-se demasiado de Falkland, com uma intimidade incomum, sem manter a distância necessária devida ao nível (*rank*) social de seu senhor. Mais do que isso, Caleb **desafia abertamente a autoridade** de Falkland ao indagar sobre o assassinato de Tyrrel, causando a ira de seu senhor.

Falkland, de herói e protetor cavalheiresco dos oprimidos que era no primeiro volume, transforma-se num terrível vilão gótico nos dois volumes seguintes, revelando um caráter tirânico. Quando Caleb descobre a verdade sobre o crime, Falkland assegura a ele que jamais terá um momento de paz novamente. Acusa Caleb injustamente de roubo e passa a perseguí-lo cruelmente.

Godwin elabora o caractere de Caleb como alguém extremamente curioso, mas a princípio extremamente imaturo, sem a experiência e o conhecimento das coisas do mundo. É por isso que ele começa a investigar o crime atribuído aos Hawkins, e a duvidar de Falkland, sem atentar para as conseqüências terríveis de sua descoberta, ou seja, que poderia vir a ser a vítima de um homem que possuía, por sua posição social, a capacidade de destruí-lo.

A dependência social de Caleb diante de Falkland envolve sua infantilização. A princípio ele assume uma posição de filho submisso diante do pai. Contudo ele amadurece, “se forma”, ou “cresce” no decorrer do romance, à medida em que vai descobrindo a verdade a respeito de seu senhor e da configuração geral da ordem presente “das coisas”.

No início da trama, apesar de ser afeito ao estudo e aos livros, é absolutamente incapaz de perceber os segredos ocultos na trama social. Ao ser contratado como secretário na residência rural de Falkland, o inexperiente Caleb julga o ar superior de seu patrono e senhor uma característica natural da origem nobre:

Seus olhos eram vivazes, mas havia uma certa gravidade, bem como uma triste solenidade em seu aspecto, os quais, devido à falta de experiência, eu imaginava serem uma herança dos grandes, e o instrumento através do qual a distância entre estes e **seus inferiores** era mantida.¹⁰²

O romance de Godwin manifesta um caráter surpreendente de narrativa de aprendizado (*bildungroman*), retratando a passagem da inexperiência à experiência de Caleb. Entretanto, essa passagem não se efetiva sem sofrimento. Pelo contrário, o pressuposto necessário à sua realização é o sofrimento extremo, decorrente do desafio de um criado em busca do saber acerca de seu senhor. Como declara Caleb para Falkland no final da narrativa: “você me teve a princípio como um rapaz imaturo e inexperiente, que poderia ser moldado ao seu bel prazer. Mas você me ofereceu toneladas de experiência num período de tempo bem curto. Não sou mais indeciso e maleável.”¹⁰³

O enfrentamento das adversidades que que advém daí conduzem-no ao conhecimento das profundas “contradições” presentes nas instituições sociais inglesas.¹⁰⁴ Só após os conflitos enfrentados é que Caleb pode afirmar com certeza que adquiriu a “experiência” necessária para visualizar as “coisas como elas são”; ou seja, que Falkland ocultava, sob um ar de nobreza honrada e benévola, um eu interior vingativo, que realizava seus desejos cruéis auxiliado pela convivência do sistema legal e pelo temor e reverência que sua condição de nobre suscitava nos inferiores na escala social.¹⁰⁵

A violência que permeia o conflito em *Caleb Williams* se realiza através da lei que, segundo a acusação godwiniana explícita no romance, serve como um instrumento nas mãos dos ricos e nobres para perpetuar a submissão dos pobres.¹⁰⁶

¹⁰² Ibid. p. 5. (grifos meus).

¹⁰³ Ibid. p. 282.

¹⁰⁴ Ibid. p. 106.

¹⁰⁵ Ibid. p. 154.

¹⁰⁶ Ibid. p. 73.

As tentativas de Caleb e dos Hawkins em conseguir a igualdade perante a lei revela-se absurda no contexto social inglês, devido às possibilidades dos nobres em manipular o sistema jurídico e policial. As cortes poderiam até absolver o comum inocente, mas elas jamais favoreceriam as tentativas do homem comum e pobre (do *yeoman*, do *farmer tennant*, do *commoner*, do *artisan*) de invocar seus direitos diante dos nobres e ricos. Hawkins havia recorrido à justiça para processar o nobre Tyrrel, apesar de saber que “a lei estava constituída para ser um instrumento de tirania na mão dos ricos, e não um escudo para a defesa da porção humilde da comunidade contra suas usurpações”; e é destruído.

O próprio Collins, ao narrar a história de Falkland para Caleb, no primeiro volume, reconhece que Hawkins havia sido insensato ao apelar para a lei contra Tyrrel, visto que

Era mera loucura entrar numa querela com um homem da eminência e fortuna do sr. Tyrrel. Era como a corça desafiando o leão. Não era difícil prever que não adiantava nada ele ter o direito de seu lado, quando seu adversário possuía a influência e a fortuna, e que portanto poderia justificar vitoriosamente qualquer extravagância que achasse conveniente cometer¹⁰⁷

As advertências de Collins acabam por se realizar na realidade para Caleb. Depois de muito relutar, de ser perseguido, torturado e humilhado por Falkland, Caleb decide acusá-lo do assassinato de Tyrrel numa corte de justiça londrina. A única resposta que recebe é a agressividade do magistrado, que considera uma petulância um comum mover uma ação judicial contra um nobre:

Muito bem, senhor, basta para mim. Primeiramente devo dizer, como magistrado, que não posso fazer nada a partir de suas declarações. Se você estivesse diretamente relacionado com o assassinato de que falou, seria outra coisa. (...) Além disso, eu acho que devo dizer que você me parece o biltre mais imprudente que eu já vi. Será que você é tão burro para supor que o tipo de história que me contou poderia ajudá-lo em alguma coisa, seja aqui ou em tribunais de condado, ou onde quer que seja? Belos tempos seriam estes sem dúvida, se nobres de seis mil [libras] por ano que pegassem seus criados roubando pudessem ser acusados por criados, e se vocês ainda fossem

ouvidos por algum magistrado ou corte de justiça! Se a felonía que você realizou deveria ou não tê-lo conduzido para as galés, eu não posso dizer. Mas tenho certeza que esta história o conduzirá. Toda ordem e bom governo teria um fim se fosse permitido que tipos como você, que passam por cima de todos os níveis e distinções [sociais] deste modo atroz, se safassem.¹⁰⁸

Este caráter desigual, tirânico e injusto da sociedade inglesa é algo que passa a ser compreendido gradativamente por Caleb no decorrer da narrativa. A princípio ele julgava que Falkland e os nobres possuíam uma superioridade natural que os distinguiam das pessoas comuns. Contudo, a partir do segundo volume Caleb descobre que os gestos de Falkland, sua solenidade e gravidade, que inspiravam a reverência temerosa (*awe*) das pessoas “de nível (*rank*) inferior”, eram apenas aparências. Neste momento Caleb pode reconhecer a **verdade** – que Falkland agia segundo sentimentos preconceituosos típicos da aristocracia. Era movido pelo “amor à honra”, sua “paixão dominante”. Faria tudo pela manutenção de sua fama de homem honrado, ocultando seus crimes mesmo que isso dependesse da condenação, sofrimento e morte de criaturas inocentes.¹⁰⁹

Contudo, partindo de sua vivência, Caleb constata que a presença da dissimulação, o mascaramento e a injustiça vão além de sua relação individual com Falkland e caracteriza a ordem social e política inglesa:

Fui conduzido à mesma prisão que antes aprisionara os desgraçados e inocentes Hawkins. Eles também haviam sido vítimas do sr. Falkland. Ele consistia, numa escala reduzida certamente (...) numa reprodução do que são os monarcas, que contam com as prisões do Estado entre os instrumentos de seu poder.¹¹⁰

¹⁰⁷ Ibid. p. 73.

¹⁰⁸ Ibid. p. 276.

¹⁰⁹ Ibid., 10-11, 154.

¹¹⁰ Ibid. p. 177.

[I was conduced to the same prision which had so lately closed the wretched and innocent Hawkinses. They too had been the victims of Mr. Falkland. He exhibited, upon a contracted scale indeed (...) a copy of what monarchs are, who reckon among the instruments of their power prisions of state].

No terceiro volume, Godwin retrata a passagem da aquisição do conhecimento sobre os indivíduos, para o conhecimento acerca da sociedade como um todo por Caleb. Sua experiência permite que ele perceba que a ordem política e social inglesa não é um mundo de homens livres, de “ingleses nascidos livres” (*Freeborn Englishmen*), como se propalava,¹¹¹ mas mundo onde o exercício do poder (sobretudo a administração da “justiça”) inscrito na “máquina da sociedade”, se caracteriza pela desigualdade, tirania e opressão.

Depois de ter sido preso e humilhado diversas vezes, perseguido por um crime que não cometeu e, mais do que isso, por ter desafiado e tentado incriminar Falkland Caleb descobre que a sociedade é totalmente injusta; que as “liberdades inglesas” inexistem:

‘Graças a Deus’, exclama o Inglês, ‘nós não temos uma Bastilha! Graças a Deus que aqui ninguém pode ser punido sem ter realizado um crime!’ Tolo desgraçado. Onde milhares fenecem em masmorras e grilhões é o país da liberdade? Vá então, seu tolo e ignorante, e visite nossas prisões! Testemunhe seu horror, sua imundície, a tirania de seus governantes, a miséria de seus hóspedes. Depois me mostre o homem suficientemente sem vergonha para dizer, ‘A Inglaterra não tem uma Bastilha!’ (...). Esta é a sociedade. Este é o seu objetivo, a distribuição da justiça, o fim último da razão humana. Foi por isso que sábios trabalharam, e o óleo da meia-noite tem queimado. Isto!

O leitor deve desculpar esta digressão (...). Se isto deve ser dito (...) devemos lembrar que é um ramo querido, nascido da experiência. (...) Não são efusões de um homem que deseja ser eloquente. Eu senti o ferro da escravidão crivando minha alma.¹¹²

¹¹¹ O inexperiente Caleb havia considerado antes: - “Sou um inglês; e o privilégio do inglês é ser o único juiz e senhor de seus atos” (GODWIN, 1982: 159).

[I am an Englishman; and it is the privilege of the Englishman to be the sole judge and master of his acts]

O primo nobre de Falkland, Forrester assegura para Caleb que “Os ingleses são livres; e nenhum homem será acusado de vilania por trocar um modo de subsistência por outro” (GODWIN, 1982: 162).

[Englishmen are free; and no man will be charged with villainy because he changes one source of subsistence for another]

¹¹² Ibid. p. 181-182.

Do mesmo modo, Thomas, um criado de Falkland, também percebe a falácia das “liberdades do inglês”. Quando visita Caleb na prisão, fica chocado com as condições desumanas nas quais é mantido:

Deus nos abençoe!’ disse ele, numa voz cuja comiseração era suficientemente perceptível, esse é você?

Como não, Thomas? Você soube que eu fui mandado para a prisão, não soube?

A prisão! E as pessoas na prisão devem ser algemadas e presas desse jeito? – e onde você dorme à noite?

Aqui.

Aqui? Não tem uma cama?

Não, Thomas, não permitem que eu tenha uma cama. Antes eu tinha palha, mas eles levaram.

Então eles te soltam disso aí à noite?

Não; eu tenho que dormir do jeito que você me vê agora.

Dormir? Eu achava que esse era um país cristão, mas isso é ruim até pra um cão.

Você não devia dizer isso, Thomas. É isso que a sabedoria do governo achou conveniente providenciar.

Irra! como fui enganado! Eles me disseram como era uma coisa boa ser um inglês, e sobre a liberdade e a propriedade, e tudo o mais; e agora descubro que era tudo papo furado. Deus! como somos idiotas! As coisas são feitas embaixo de nosso nariz, e não ficamos sabendo de nada a respeito; e um grupo de pessoas com caras sérias juram que essas coisas só acontecem na França e em outros países parecidos. Você não foi julgado, foi?

Não.¹¹³

¹¹³ Ibid. p. 198.

Segundo E. P. Thomson (1997a: 83-109), até 1791 todas as vertentes políticas na Inglaterra sustentavam a existência das “liberdades” e “direitos” tipicamente ingleses e a idéia do “inglês nascido livre” (*freeborn englishman*). A Inglaterra era considerada o país mais “livre” do mundo, no qual o poder real era constitucionalmente limitado, havia liberdade de culto e de consciência em questões religiosas, de um julgamento com jurados e uma imprensa “livre”. Tais liberdades, firmadas nos acordos da Revolução Gloriosa de 1688, eram consideradas como “liberdades antigas”, oriundas de uma luta ancestral dos ingleses por direitos, que remontava à Idade Média (HILL, 1986: 58-125). A idéia das liberdades inglesas, garantidas por uma constituição ancestral, caracterizava a defesa desta constituição por todos os segmentos políticos até a época da Revolução Francesa.

Na década de 1790 ocorre uma ampla revisão da retórica constitucionalista, motivada pela crítica dos supostos “direitos do inglês” por Thomas Paine, em 1791 e 1792 nos *Rights of man*. Paine propõe uma nova constituição, republicana, e recusa os “direitos ingleses” em favor de “direitos do homem”, válidos para todos os povos (PAINE, 1995: 83-331). Fica claro em *Caleb Williams* que Godwin também recusa a idéia das “liberdades inglesas”. É evidente que no romance ele critica a noção do “inglês nascido livre” de

Apesar de Godwin permitir que Caleb e alguns poucos personagens percebam o caráter injusto da sociedade inglesa, ele impede que eles alcancem uma maturidade plena. As atitudes de Caleb são contraditórias. Assim como os demais personagens, ele permanece nutrindo preconceitos.¹¹⁴ Admira, ama e reverencia¹¹⁵ Falkland, apesar de todo sofrimento e raiva que ele proporciona. Caleb manifesta quase sempre um **sentimento** de “temor respeitoso” (*awe*) diante de Falkland, que se exprime em sua relutância persistente em denunciá-lo às autoridades. O desafio à autoridade de Falkland assume ares de transgressão temerária. Assim sendo, Caleb permanece aprisionado pelos preconceitos, pelas convenções sociais tradicionais que condicionam sua atuação social.

O mesmo ocorre com Falkland. Apesar dele haver estudado “filosofia” na juventude, e criticar Tyrrel, permanece atado ao valor aristocrático da honra. Em seu estudo e generalização do caráter da nobreza, Godwin comprime as características de uma fração desta classe social em Falkland. Ele

assimilou o amor pela cavalaria e pelo romance. Ele possuía muito bom senso para lamentar o fim dos tempos de Carlos Magno e Artur. Entretanto, apesar de sua mente ser purgada por uma certa infusão de filosofia, ele ainda achava que existia alguma coisa nos costumes retratados por estes autores que deveria ser imitado, bem como algo a ser evitado. Ele acreditava que não havia nada capaz de tornar os homens delicados, galantes e humanos, a não ser um temperamento perpetuamente atento aos sentimentos de honra e hereditariedade. As opiniões que ele manifestava a respeito destes tópicos eram ilustradas por sua conduta, que era minuciosamente conformada ao modelo de heroísmo que sua imaginação sugeria.¹¹⁶

um modo semelhante ao de Paine. Considera a Inglaterra, ao invés de país livre, uma terra semelhante à França do antigo regime, onde predomina a tirania.

[They told me what a fine thing was to be an Englishman, and about liberty and property, and all that there; and I find it is all a flam]

¹¹⁴ TYSDAHL, 1981. p. 39.

¹¹⁵ GODWIN, 1982. p. 225, 320, 323, 325.

¹¹⁶ Ibid. p 10.

Contudo, sua valorização obsessiva da honra, da boa fama ou reputação, que convivem com uma certa “efusão de filosofia” em sua personalidade, tornam a figura de Falkland contraditória. Ele sofre a tortura de uma consciência culpada, e se torna uma figura angustiada e saturnina:

O brilho de sua juventude, que apresentou ao princípio as mais generosas promessas, foi ofuscado. Sua sensibilidade foi retraída e fenecida por eventos extremamente ofensivos aos sentimentos. A mente foi preenchida por todas as rapsódias de uma honra visionária; e, em seus sentidos, nada além da porção mais grosseira, da mera concha de Falkland, foi capaz de sobreviver à ferida que seu orgulho suportou.¹¹⁷

Falkland exerce uma influência poderosa sobre Caleb e sobre todos os personagens do romance, como um herói, um “pai” a ser respeitado, temido e admirado. Enquanto criação literária, o caráter de Falkland, obscuro, angustiado e assustador é semelhante aos personagens terríveis da literatura gótica, ao Schedoni de Ann Radcliffe ou o Lorenzo, de M. G. Lewis.¹¹⁸ Contudo, o que é surpreendente, e que inexiste nas narrativas góticas de um modo geral no século XVIII, é a capacidade da análise “sociológica” de Godwin; algo que ele realiza à maneira de Richardson,¹¹⁹ mas que conduz bem além, ao atribuir um caráter político à narrativa.

A relação que se estabelece entre Falkland e Caleb é uma relação política, marcada pela desigualdade e pelo conflito. Godwin a elabora referindo-se metaforicamente ao conflito, à violência e à desigualdade que, para ele, caracterizavam as relações sociais como um todo na Inglaterra. Trata-se, segundo Godwin, de relações caracterizadas pelos valores morais e políticos que emanavam das instituições monárquicas e aristocráticas.¹²⁰

¹¹⁷ Ibid. p. 8.

¹¹⁸ Trata-se de um clichê literário que atingiria seu auge com os heróis românticos de Byron. A este respeito cf. Mario Praz (1969).

¹¹⁹ KELLY, 1976. p. 192. TYSDAHL, 1981. p. 49.

¹²⁰ GODWIN, 1982. p. 1.

Apesar de uma longa tradição política que declarava que todos eram “ingleses nascidos livres” e iguais perante a lei, esta afirmação revela-se, na realidade, – algo que Godwin afirma insistentemente em Caleb Williams – uma mentira violenta e destrutiva.

O que perturba profundamente Caleb (e Godwin) contudo, não é apenas o fato da sociedade inglesa ser profundamente tirânica, violenta e injusta, mas sobretudo de quase ninguém ver ou se importar com esta verdade.¹²¹ A maior parte dos personagens do romance está tão habituada à hierarquia, ao paternalismo e aos sentimentos associados a eles, que continua acreditando na “liberdade do inglês” e respeitando a nobreza. Não percebem, como Caleb, que a “liberdade do inglês” é uma mentira; que, na verdade, é a crença nesta liberdade que alimenta a injustiça vigente. A maior parte dos personagens do romance, oriundos das mais variadas classes e categorias sociais (mendigos, camponeses, criados, costureiras, carcereiros, policiais, juizes, mocinhas aristocratas, lojistas, jornalistas) não acredita em Caleb; permanece venerando o nobre Falkland, e acreditando em sua inocência.¹²² Eles detêm um respeito temeroso (*awe*) tão grande por Falkland, que passam a odiar Caleb.

A única personagem que acredita em Caleb é Raymond, o chefe de um grupo de bandidos que o acolhe em seu esconderijo campestre. Caleb conta sua história para Raymond e ele responde que

este era um exemplo claro da perfídia e da tirania exercida pelos membros poderosos da comunidade contra aqueles que eram menos privilegiados que eles. Nada mais evidente que sua presteza em sacrificar a espécie humana em favor de seus interesses mesquinhos e caprichos selvagens.¹²³

Num outro momento, Raymond discursa para os bandidos, e assegura que

¹²¹ BUTLER, MARSHALL, 1984. p. 148.

¹²² O velho carcereiro que surge no livro III é um exemplo (GODWIN, 1982: 246-247).

¹²³ GODWIN, 1982. p. 220.

A nossa profissão é a da justiça. (...) Nós, que somos bandidos sem autorização legal, estamos em guerra com os que são bandidos de acordo com a lei. – Um bandido é, com certeza, um homem que vive entre seus iguais; logo eu não pretendo assumir minha autoridade sobre vocês; ajam como quiserem.¹²⁴

Raymond é um dos poucos caracteres a assumir uma posição razoável diante de Caleb, acreditando em sua história. Assim como o jovem, ele foi acusado por um crime que não cometeu, escorraçado do convívio social, e se viu obrigado a viver como um marginal, escondido nas florestas. Apesar de Godwin não concordar com a postura de Raymond, e não assumir uma posição de “guerra aberta com a sociedade”, é inegável que a atitude heróica do bandido, de um “homem que assegura seus direitos” e “vive entre seus iguais”, lutando contra a desigualdade e a injustiça dos “bandidos legalizados” é vista com admiração por Godwin. Raymond nos remete ao bandido Karl, de Schiller,¹²⁵ que certamente influenciou sua caracterização.¹²⁶ Neste sentido Raymond representa o ideal político de liberdade heróica e revolucionária, associado pela literatura gótica da segunda metade do século XVIII ao bandido.¹²⁷

Raymond é o único personagem que abandona a veneração pela nobreza. Contudo, isso estabelece uma situação de extrema violência. Não se trata realmente de uma decisão racional no sentido godwiniano, nem consiste num remédio para os problemas humanos. Seu ato de rebeldia instaura uma condição de guerra com a sociedade.

¹²⁴ Ibid. p. 216.

¹²⁵ SCHILLER, 2001.

¹²⁶ A primeira tradução do drama *Os bandidos* (*Die räuber*) de Schiller para o inglês foi a de A. F. Tytler, publicada em 1792 como *The robbers*.

¹²⁷ Os bandidos estão presentes em todos os exemplos representativos desta literatura. Em Lewis (*The monk*), Radcliffe (*The romance of the forest*), Potocky (*Manuscrit trouvé à Saragosse*) e, no século XIX, em Mathurin (*Melmoth, the wanderer*).

O bandido representa o ideal de liberdade do herói romântico, em voga na época. Segundo Hugh Honour, o drama *Os bandidos*, de Schiller, assumiu após o advento da Revolução Francesa, significados políticos. À parte das intenções do autor, na década de 1790 a figura do salteador Karl Moor foi pensada como sendo a de um revolucionário (HONOUR, 1979: 249).

O episódio com os bandidos abre a última parte da narrativa (o livro III), inaugurando sua porção mais violenta e obscura. A representação literária da sociedade por Godwin abandona o estilo realista richardsoniano que a caracterizava, e penetra nas trevas do terror gótico e fantasmático. A realidade passa a ser, cada vez mais, representada a partir da ótica distorcida de Caleb. Falkland deixa de ser a personagem realista apresentada no volume I, para se transformar no espectro criado pela imaginação exaltada de seu criado, e preside um universo social quase sobrenatural, no qual advém a ameaça da loucura. Como afirma Caleb,

Existem poucas coisas que causam um impacto tão grande na mente quanto um fenômeno na conduta das pessoas com quem convivemos, de grande importância para nossos interesses, para o qual nos vemos incapazes de oferecer qualquer razão plausível. Às vezes eu era inclinado a crer que tal modificação não ocorria nas outras pessoas, mas que alguma alienação de meu próprio entendimento causava a visão horrenda. Tentei (...) inutilmente despertar deste sonho.

Em vão tentei me convencer de que o sr. Falkland, sábio como é, e cheio de recursos, deveria agir por meios humanos, e não sobrenaturais. (...) Ele não pode, como aqueles personagens que como se supõe, interferem de quando em quando nos negócios humanos, cavalgar o tufão e se ocultar nas nuvens e na escuridão impenetrável, lançando a destruição sobre a terra de sua oculta morada.¹²⁸

A configuração perversa da ordem social inglesa torna-se o objeto central da narrativa de Godwin. É a “máquina” da sociedade que assegura, a partir daí, que Caleb seja caçado e atormentado.¹²⁹ A tirania não flui somente de Falkland, que aparece pouco na narrativa, apesar de continuar lançando sua sombra sobre o destino de Caleb, mas

¹²⁸ GODWIN, 1982. p. 296.

[There are few things that give a greater shock to the mind than a phenomenon in the conduct of our fellow men, of great importance to our concerns, and for which we are unable to assist any plausible reason. At times I was half inclined to believe that the change was not in other men, but that some alienation of my own understanding generated the horrid vision. I endeavoured to awake from my dream, (...) but in vain. (...). / In vain I said, Mr. Falkland, wise as he is and pregnant in resources acts by human and not by supernatural means. (...) He cannot, like those invisible personages who are supposed from time to time to interfere in human affairs, ride in the whirlwind, shroud himself in clouds and impenetrable darkness, and scatter destruction upon the earth from its secret habitation.]

¹²⁹ Ibid. p. 256.

advém do próprio universo social onde Caleb se movimenta. Especialmente depois da chegada de Caleb em Londres, onde ele procura se misturar com a multidão,¹³⁰ a sociedade revela o seu verdadeiro caráter, de prisão, onde os poucos indivíduos justos e razoáveis são obrigados a suportar a tirania e a tortura infligida por uma maioria preconceituosa e ignorante. Como afirma com razão Marilyn Butler, a situação terrível de Caleb nos remete a um sentimento reinante na minoria intelectual inglesa simpática às reformas e à Revolução Francesa na década de 1790; sua situação é semelhante à dos radicais, acusados de traição e perseguidos pelo governo.¹³¹ Contudo, Godwin vai mais além em *Caleb Williams*, ao representar a sociedade contemporânea como universo quase sobrenatural, onde a razão inexistente e prevalecem as trevas. Neste sentido, *Caleb Williams* revela uma percepção problemática, por Godwin, da ordem social como reino do preconceito, refratário às tentativas de implantação de seu projeto racional.

Os temas essenciais de *Caleb Williams* são o poder tirânico, a injustiça e suas consequências terríveis, violentas, nas vidas dos indivíduos. Com o recurso à retratação da experiência individual que a forma romance permite, o Godwin procura então demonstrar que estes problemas não diziam respeito apenas à existência dos radicais perseguidos pelo governo, mas que ele envolvia a vida, a experiência social dos ingleses. Contudo, o tópico essencial do romance é a incapacidade das pessoas em **ver estas coisas**, e de **agir** de um modo coerente, de acordo com esta realidade. O autor demonstra detalhadamente como a relação entre o criado Caleb e seu senhor, Falkland, se estabelece a partir de uma vasta gama de **preconceitos** que movem psicologicamente estes, bem como os demais caracteres. Godwin demonstra, deste modo, como os sentimentos, valores e modos de percepção do real configuram o exercício cotidiano e terrível do poder.

¹³⁰ Ibid. p. 253-254.

¹³¹ BUTLER, 1996. p. 355.

Esta também é a posição de Gary Kelly (1976: 194-198).

Com o recurso à forma romance, Godwin afirma que a transformação da ordem política e social vigente dependia da crítica individual aos preconceitos, e sobretudo da atuação corajosa dos indivíduos contra os sentimentos tradicionais que ordenavam a mecânica das relações sociais; sentimentos como o temor e o respeito aos nobres, que permitiam a perpetuação de uma ordem das coisas injusta, na qual os nobres, ricos e poderosos eram pensados (e se pensavam) como indivíduos moralmente superiores em decorrência de sua posição social.

No final da narrativa Caleb acaba por convencer as autoridades de que Falkland era culpado do assassinato de Tyrrel. Contudo, no momento de sua vitória no tribunal, quando vê a figura devastada, moribunda, de Falkland, Caleb se arrepende por tê-lo entregue às autoridades.¹³² Quando ele realiza seu objetivo, que é escapar da perseguição movida por Falkland, percebe que cometeu um erro. Ele também optou pela vingança. Ao recorrer à lei e vencer a causa, Caleb percebe que se tornou, ele também, um tirano. Agiu contra sua resolução anterior, quando havia afirmado:

Eu não odeio Falkland; antes tenho piedade dele. Todo homem está condenado a ser mais ou menos o tirano ou o escravo. Eu estava surpreso pela insensatez de minha espécie, por ela não se elevar como um só homem, e se libertar de correntes tão infames e miséria tão insuportável. Resolvi que jamais assumiria o papel de opressor nem o de sofredor¹³³

Caleb percebe que deveria ter resolvido amigavelmente sua diferença com Falkland. Trata-se de uma decisão moral que, como foi expresso por Godwin em *Justiça política*, deveria ter sido mantida na esfera privada. Ele jamais deveria ter entregue este problema aos tribunais, ou seja, a um julgamento externo e público, ademais por uma instituição que já havia revelado seu caráter profundamente arbitrário e injusto. Isso consistiu numa “abdicação do juízo individual”, considerada por Godwin em *Justiça política* como a fonte de todos os males.

¹³² GODWIN, 1982. p. 280.

¹³³ Ibid. p. 156.

Assim sendo, quando Caleb consegue por fim incriminar Falkland, trocam-se os papéis. Caleb, o perseguido, o injustiçado, assume o lugar do tirano. Na verdade, o tirano, o que impõe o sofrimento, e a vítima sofredora acabam por ser ambos vítimas de uma tirania maior, das determinações morais que fluem da ordem político-social vigente. O abraço involuntário dos preconceitos, que já havia determinado o sofrimento e a morte de Falkland, implicará desde então na vivência arrependida e atormentada de Caleb.

A conclusão final de Godwin é que nem Falkland nem Caleb são responsáveis pelo sofrimento que geram. São vítimas obrigadas, sem alternativa, a viver e agir suportando as consequências de sua inserção numa ordem político-social profundamente preconceituosa.

Não existem culpados dos sofrimentos humanos, além da presença esmagadora do tempo e dos sentimentos que ele perpetua. Para Godwin, a única solução para Falkland e Caleb seria a realização da crítica à “experiência” do passado, aos costumes e sentimentos coletivos herdados, e a opção pela supremacia do “eu”, do “juízo individual” racional, sobre estes.¹³⁴ No romance, contudo, todos os personagens abrem mão de opções racionais e mantêm-se firmemente atados aos preconceitos. O julgamento racional afigura-se algo impossível no atual estado “das coisas”.

Caleb Williams revela aspectos que vão além dos temas “políticos”¹³⁵ abordados tradicionalmente pela historiografia, concernentes à crise política inglesa da década de 1790. Ao abandonar o debate formal sobre direitos, leis e constituições, Godwin nos revela que o debate político iniciado pelas *Reflexões* de Burke tinha um de seus eixos centrais na avaliação moral do sistema político-social vigente na Inglaterra. Como aos outros romancistas políticos da época,¹³⁶ em *Caleb Williams* Godwin retrata os conflitos, a violência e o sofrimento humano que, para ele, a **moralidade social e política** vigente fomentava na vida cotidiana dos ingleses.

¹³⁴ GODWIN, 1985, p. 200- 208.

¹³⁵ Temas que são abordados, como vimos no capítulo I desta Dissertação, a partir de uma definição conceitual limitada da política.

¹³⁶ Cf. p. 70-71 desta Dissertação.

6 Godwin, Burke e as políticas do sublime

Assim como a maioria dos radicais ingleses,¹³⁷ até 1790 Godwin havia admirado a trajetória política de Burke por seu papel destacado na oposição parlamentar *whig* (liberal) junto a Sheridan e Fox, por sua luta contra a “velha corrupção”, expresso na defesa do *impeachment* de Warren Hastings,¹³⁸ e sua atuação em defesa da independência das colônias americanas.¹³⁹ Até a publicação das *Reflexões*, os radicais e os dissidentes consideravam Burke um “defensor da liberdade” e “amigo da humanidade”, e o próprio Godwin não escondia a admiração pelo homem que foi um “herói de sua juventude”, e para o qual trabalhou em seus tempos de jornalista no periódico londrino *Political Herald*.¹⁴⁰ Contudo, não deixa de ser notável o fato de Godwin ter continuado a admirar Burke mesmo após as *Reflexões*, fato que transparece em 1798 na terceira edição de *Justiça política*.

Neste sentido, como explicar o fato de Burke ter se transformado num defensor ferrenho da aristocracia e da velha ordem corrupta das coisas? Juntamente com os radicais ingleses da década revolucionária, Godwin foi um dos primeiros a se defrontar com o “problema Burke”¹⁴¹, que intrigou a historiografia nos últimos duzentos anos. Ou

¹³⁷ Podemos incluir aqui Paine, Hazlitt e Wollstonecraft. Até 1790, Paine considerou Burke um “amigo das reformas políticas na Inglaterra” (GODWIN, 1987: 230). Paine (1995: 86) assevera que até 1790 considerava Burke um “um amigo da humanidade”. Poucos meses antes de publicação das *Reflexões* havia remetido uma carta a Burke, comunicando suas expectativas a respeito da vitória dos revolucionários na França (PAINE, 1995: 446). Naquela ocasião havia inocentemente mencionado, confiante na aprovação de Burke, “(...) como as coisas estavam prósperas [em Paris] [e] a feliz situação da Assembléia Nacional” (PAINE, 1995: 143). Também afirma que ficou perplexo ao ler as *Reflexões* PAINE, 1995: 86).

¹³⁸ Hastings desempenhou cargos administrativos coloniais na Índia. Quando retornou à Inglaterra em 1785, foi acusado de corrupção pelos *whigs* Burke, Fox e Sheridan. O processo correu entre 1788 e 1795. Hastings sofreu o *impeachment* de seu cargo administrativo na colônia, mas foi absolvido das acusações de corrupção (KENYON, 1996: 166).

¹³⁹ BOULTON, 1963; BUTLER, 1996.

¹⁴⁰ Periódico de orientação *whig* pertencente a Burke, Fox e Sheridan.

¹⁴¹ FLORENZANO, 1993. p. 12-14.

seja, ao tentar explicar o porquê de Burke, um *whig*, ter renunciado a seus princípios liberais a partir da Revolução Francesa, tornando-se um conservador *tory* extremado.¹⁴²

Uma série de autores tem salientado que em *Caleb Williams* Godwin imprime determinadas características de Burke em Falkland.¹⁴³ Para Marilyn Butler, o primeiro volume de *Caleb Williams* exalta o heroísmo e a elevação espiritual de um Falkland “moral”, que se situa como herói defensor dos oprimidos. Trata-se de um paralelo com o passado liberal e ilustrado de Burke, no partido *whig*, quando ainda era considerado pelos radicais como um “amigo da humanidade”.¹⁴⁴

De fato, aos olhos de Godwin, a “queda” de Burke e de Falkland ocorreu porque ambos revelaram-se, surpreendentemente, ao invés de “defensores da humanidade”, apenas outros “servos da aristocracia”, atentos aos preceitos aristocráticos da “cavalaria” (*chivalry*), alimentando um apreço desmedido à “honra”, configurada como um insano “amor à fama” e à “reputação”. Assim sendo, a posição de Burke, assim como a de Falkland, é equivocada do ponto de vista moral.

É evidente que Falkland não “é” Burke, como salientam Kelly, Butler e Boulton.¹⁴⁵ Contudo, Burke, na condição de autor das *Reflexões*, de liberal transformado em conservador, de propagandista da impostura política, oculta-se por trás da figura sombria de Falkland.¹⁴⁶ Como vimos, para Godwin, Burke, assim como Falkland, sabe que a moral que acata é mentirosa, e mesmo sabendo disso perpetua a impostura, insistindo em não mudar seu posicionamento.

Na conclusão do romance, Caleb afirma que

¹⁴² A resposta de Godwin não deixa de ser original. A maioria dos panfletistas radicais considerou que Burke havia se corrompido. Paine, por exemplo, acusa Burke de ter recebido suborno; uma pensão do governo sob um nome fictício (1995: 169; 1792: 226).

¹⁴³ BOULTON, 1962. p. 229-232. BUTLER, 1996. p. 355. KELLY, 1976. p. 193-194.

¹⁴⁴ Ibid.

¹⁴⁵ Ibid.

¹⁴⁶ BUTLER; KELLY, 1976

Um espírito mais nobre jamais viveu entre os filhos dos homens. Teus poderes intelectuais eram verdadeiramente sublimes, e teu peito ardeu com uma ambição divina. Mas o que são os talentos humanos na selva corrupta da sociedade humana? Este é um solo bruto e podre no qual cada arbusto que viceja goteja veneno. Tudo o que num campo mais feliz e num ar mais puro poderia ter germinado como virtude e florescido como utilidade geral, torna-se erva venenosa e mortal.

Falkland! tu aparecestes no mundo com as intenções mais puras e louváveis. Mas tu bebestes do veneno da cavalaria quando eras jovem demais.¹⁴⁷

De um modo semelhante, Godwin escreve, na edição de 1798 de *Justiça política*, uma homenagem póstuma a Burke:

No que se refere aos talentos, ele não era inferior a nenhum homem que já adornou a face da terra; e numa ampla estimativa do gênio humano eu poderia identificar poucos iguais a ele (...) Nenhum homem imparcial poderia se referir a Burke sem confessar a grandeza e a integridade de seus sentimentos e moralidade, ou sem se convencer de que ele era um patriota e um filantropo. (...) Contudo, seu principal defeito consistia em que sua falsa estimativa no que diz respeito às coisas reservadas à nossa deferência e admiração, que poderia por si só tornar a aristocracia com a qual convivia indigna de seu apreço, infectou numa certa medida sua própria mente. (...) Ele nos legou, infelizmente, o exemplo memorável do poder de um sistema corrupto de governo em minar e desencaminhar de seus genuínos propósitos as mais nobres faculdades que já foram contempladas pelo mundo¹⁴⁸

Neste sentido, a apresentação de Falkland decadente no final de Caleb Williams chama a atenção pela grande semelhança que mantém com a representação de Burke na

¹⁴⁷ GODWIN, 1982. p. 325-326.

[A nobler spirit lived not among the sons of men. Thy intellectual powers were truly sublime, and thy bosom burned with a godlike ambition. But what use are talents and sentiments in the corrupt wilderness of human society? It is a rank and rotten soil from which every finer shrub draws poison as it grows. All that in a happier field and a purer air would expand into virtue and germinate into general usefulness, is thus converted into henbane and deadly nightshade./Falkland! thou entered upon thy career with the purest and most laudable intentions. But thou imbibedest the poison of chivalry with the earliest youth.]

¹⁴⁸ Godwin, 1985. p. 788-789.

nota da edição de 1798 de *Justiça política*.¹⁴⁹ Tanto Falkland como Burke são pensados como vítimas, que tiveram suas excelências morais contaminadas por falsas noções aristocráticas de honra. Obrigadas, sem alternativa, a viver e agir suportando as consequências de sua inserção numa ordem político-social profundamente preconceituosa. Em *Justiça política* e *Caleb Williams*, Godwin reflete sobre a figura do autor das *Reflexões*, tornando-a um exemplo típico da decadência moral decorrente da inserção numa sociedade que se fundamenta em valores e sentimentos aristocráticos. Como se lamentara Burke nas *Reflexões*,

a idade da cavalaria está acabada. A dos sofistas, economistas e dos calculistas a sucedeu, e a glória da Europa está extinta para todo o sempre (...) agora tudo está mudando. Todas as ilusões agradáveis que tornavam o poder gentil (...) que incorporavam na política o sentimento que embeleza e torna suave a sociedade privada, serão dissolvidas por este novo império conquistador de luz e razão¹⁵⁰

Assim como Falkland, Burke teria abraçado os costumes cavalheirescos. Ambos teriam permanecido atados a ideais preconceituosos, recusando-se a aceitar a inevitabilidade do advento das Luzes. Nesta recusa reside sua perda. Tanto o Burke godwiniano quanto o aristocrata Falkland são figuras angustiadas e deslocadas na época em que vivem. A recusa destes às Luzes implica na decadência moral e no extremo o sofrimento que geram e têm de enfrentar.

Além destes, outros aspectos importantes da relação entre Godwin e Burke transparecem no romance *Caleb Williams*. Eles dizem respeito sobretudo aos referenciais políticos e estéticos burkeanos que orientaram a composição do romance.

Em 1757, o jovem Burke havia publicado um estudo de estética intitulado *Uma investigação filosófica sobre a origem de nossas idéias do sublime e do belo* (*A*

¹⁴⁹ BOULTON, 1962. p. 229-232. BUTLER, 1996. p. 355.

¹⁵⁰ BURKE, 1986. p. 170-171.

philosophical enquiry into the origin of our ideas of the sublime and the beautiful).¹⁵¹

Esta obra, que teria uma imensa influência na produção literária e plástica no decorrer do século XIX, foi particularmente importante na década de 1790 na Inglaterra, por legitimar esteticamente a retratação de situações de sofrimento humano extremo na literatura gótica em voga na época.¹⁵²

Burke afirma que o sublime se caracteriza por tudo aquilo “que seja de algum modo capaz de incitar idéias de dor e de perigo, isto é, tudo que seja de alguma maneira terrível ou relacionado a objetos terríveis ou atua de modo análogo ao terror constitui uma fonte do sublime, isto é, produz a mais forte emoção de que o espírito é capaz.”¹⁵³

O poder consiste, para Burke, numa das fontes mais expressivas do sublime.

força, violência, dor e terror são idéias que se apossam do espírito (...). o poder deriva toda sua sublimidade do terror, do qual é geralmente acompanhado (...). a força [só é sublime quando acompanhada de sua capacidade de ferir.] (...) O poder que deriva da instituição de reis e governos tem a mesma conexão com o terror. Aos soberanos muitas vezes refere-se pelo título de **temível majestade**.¹⁵⁴

A maior manifestação do poder, sua manifestação mais sublime, se apresentaria no Deus¹⁵⁵ do Velho Testamento.

[Nas escrituras] sempre que se representa Deus manifestando-se ou falando, invoca-se tudo o que é terrível na natureza para intensificar o temor (...). Seria impossível enumerar todas as passagens (...) que confirmam o sentimento comum da humanidade com respeito à união inseparável de **um temor**

¹⁵¹ BURKE, 1990; 1993.

¹⁵² PUNTER, 1978. p. 25, 44-45.

¹⁵³ BURKE, 1993. p. 48.

Todos os trechos citados aqui da *Investigação filosófica sobre a origem de nossas idéias do sublime e do belo* são da tradução de Enid Abreu Dobránszky (BURKE: 1993).

¹⁵⁴ Ibid. p. 72-73. (grifos do autor).

¹⁵⁵ Ibid. p. 74.

sagrado e reverencioso [*awe*]¹⁵⁶ com nossas idéias de divindade (...) desse modo seguimos o poder através de suas várias gradações até a mais elevada de todas, onde nossa imaginação finalmente se perde, e encontramos o terror (...) seu companheiro inseparável (...). Ora, como o poder é, indiscutivelmente, uma fonte essencial do sublime, isso indicará com clareza de onde deriva sua energia e a que categoria de idéias devemos referi-lo.¹⁵⁷

Godwin leu a *Investigação sobre o sublime* e diversos autores têm salientado a importância do papel desempenhado pela estética burkeana do sublime em *Caleb Williams*.¹⁵⁸ Como vimos, um dos tópicos essenciais do romance é o poder, especialmente o poder ilimitado exercido por Falkland sobre Caleb. Num determinado momento da narrativa, Falkland exclama:

Tome cuidado, meu jovem! (...) Nem sempre serei enganado por sua simplicidade e inexperiência, nem suportarei que sua fraqueza vença a minha força! Por que você me menospreza? Você nem imagina a extensão de meu poder. (...) Escapar de meu poder é como escapar de um Deus onipresente. (...) Se você tocasse apenas meu dedo, teria que suportar horas, meses e anos de um tormento do qual você não possui a mínima idéia. (...) Você sabia, seu desgraçado miserável! Acrescentou de repente alterando o tom de sua voz, e pisando o solo com fúria, que eu jurei preservar minha reputação a qualquer custo, que eu a amo mais do que o mundo e todos os seus habitantes tomados juntos? E você pretende ferir esta honra? Vá, descrente! réptil! E pare de enfrentar o poder incomensurável.¹⁵⁹

¹⁵⁶ BURKE, 1990, p. 62. (grifos meus).

¹⁵⁷ BURKE, 1993, p. 75-76.

¹⁵⁸ BUTLER, TYNSDAHL, 1981, p. 51-58;

¹⁵⁹ GODWIN, 1982, p. 154.

[*Young man, take warning! (...) I will not always be butt of your simplicity and inexperience, nor suffer your weakness to triumph over my strength! Why do you trifle with me? You little suspect the extent of my power. (...) You might as well think of escaping from the power of the omnipresent God, as from mine! If you could touch so much as my finger, you should expiate it in hours and months and years of a torment of which as yet you have no the remotest idea! (...) Do you know, miserable wretch! Added he, suddenly altering his tone, and stamping upon the ground with fury, that I have sworn to preserve my reputation whatever be the expense, that I love it more than the whole world and its inhabitants taken together? And do you shall wound it? Begone, miscreant! Reptile! And cease to contend with unsurmountable power!*]

No terceiro volume, Falkland passa efetivamente a assumir para Caleb as características de um Deus terrível e sublime. O jovem em fuga se disfarça como um mendigo, mas é descoberto. Ele se lamenta:

Agora tive certeza de que estava novamente em poder do sr. Falkland, e a idéia era insuportavelmente mortificante e opressiva para minha imaginação. A fuga de sua perseguição, a liberdade de sua tirania, eram objetivos aos quais minha alma inteira se apegava; será que a engenhosidade e o empenho humanos não seriam capazes de realizar isso? Será que seu poder abrangeria todo o espaço e seu olhar penetraria todo esconderijo? Seria ele como aquele ser misterioso para quem as montanhas e as colinas se desmancham e se tornam incapazes de nos oferecer proteção?¹⁶⁰

Para Gary Kelly e Marylin Butler, a presença desta estética do sublime em *Caleb Williams* expressa uma referência à retórica burkeana das *Reflexões sobre a revolução em França*.¹⁶¹ Falkland, o análogo literário de Burke, se expressa numa linguagem bíblica, sublime, que nos remete a determinadas formas retóricas que surgem em certas passagens das *Reflexões*. Burke teria utilizado a linguagem bíblica para posicionar seu leitor numa atitude submissa, reverente e respeitosa diante do poder gigantesco, quase divino, das autoridades políticas e das instituições.¹⁶² Logo, a utilização da linguagem e da caracterização sublimes em *Caleb Williams* teria como objetivo a crítica à estética política burkeana.

Contudo, é possível observar que Godwin situa em *Caleb Williams* críticas à estética política de Burke que vão além da referência à retórica das *Reflexões*. A figura da

¹⁶⁰ Ibid. p. 240.

[I now took for granted that I was once more in the power of Mr. Falkland, and the idea was insupportably mortifying and oppressive to my imagination. Escape from his pursuit, freedom from his tyranny, were objects upon which my whole soul was bent; could no human ingenuity and exertion effect them? Did his power reach through space and his eye penetrate every concealment? Was he like that misterious being, to protect us from fierce revenge mountains and hills we are told might fall on us in vain?]

¹⁶¹ BOULTON, 1962. p. 229-232. BUTLER, 1996. p. 355

¹⁶² BUTLER, 1996. p. 347-348.

divindade terrível que Burke havia mencionado na *Investigação sobre o sublime*, está associada nas *Reflexões* ao poder sacralizado da autoridade política do nobre e do rei, cujo poder é exercido sobre os simples mortais (os comuns). Como demonstrou Stephen White, em seu ensaio a respeito da estética e da política de Burke,¹⁶³ o sublime encontra-se associado nas *Reflexões* aos atributos da masculinidade, força, justiça e sabedoria do governante legítimo, e sobretudo ao temor reverente ou respeitoso (*awe*) que o exercício deste poder desperta nos homens comuns.

Ao compor a personagem Falkland lançando mão desses atributos sublimes, Godwin chama a atenção do leitor à relação que se estabelece na Inglaterra da época entre o nobre e o comum, uma relação que ele havia retratado em *Justiça política* como marcada pelo sentimento do temor reverente dos comuns diante dos grandes. O temor reverente era um dos sustentáculos principais do poder da nobreza. Os adereços da aristocracia e da realeza, os títulos, as genealogias, os brasões, toda a pompa cerimonial que cercava suas aparições públicas,¹⁶⁴ teriam a missão de reforçar estes sentimentos.

A noção de temor respeitoso é ambígua tanto em Burke quanto em Godwin, por envolver tanto o amor e o temor filial que os comuns devem dedicar ao soberano e aos nobres, quanto o terror ocasionalmente irradiado por suas figuras.

A relação que se estabelece entre o poder e o sentimento de temor respeitoso é pensada por Burke de dois modos diferentes em sua trajetória política. Em 1754, na *Investigação filosófica sobre o sublime*, escrita em sua fase liberal, *whig*, Burke pensa o sublime como crítica do poder da realeza, ao asseverar que este poder evoca o terror, que a reverência e respeito associados a ele remetem-nos à capacidade das majestades de evocar o temor.¹⁶⁵

¹⁶³ WHITE, 1993. p. 511-513.

¹⁶⁴ GODWIN, 1985. p. 476-478.

¹⁶⁵ BURKE, 1993. p. 72-73.

Burke havia deixado claro que o “poder que deriva da instituição de reis e governos tem a mesma conexão com o terror. Aos soberanos muitas vezes refere-se pelo título de temível majestade”.

Já em 1790, ao se aliar aos *tories* e assumir uma posição conservadora, favorável ao rei, ele modifica radicalmente esta posição, ressaltando nas *Reflexões* o amor e o respeito que os comuns devem dedicar ao rei e às autoridades políticas.¹⁶⁶ Quando menciona o *awe*, circunscreve seus significados na reverência e temor filial devido pelo comum ao rei e aos nobres,¹⁶⁷ salientando depois que tais sentimentos evitam a necessidade do poder de se sustentar no terror, que é pensado por ele como sustentáculo inevitável do poder arbitrário, – da tirania – cujo exemplo maior seria o terror político que se estabeleceria, assevera, brevemente na França.¹⁶⁸

Evidentemente, quando Godwin utiliza a *Investigação filosófica sobre o sublime* como um referencial estético para a composição de *Caleb Williams*, ele salienta o sentido original, *whig*, de *awe*. O poder de Falkland assume características sublimes, terríveis. Este poder terrível se contrai e é fixado sobre a figura de Falkland, numa projeção metafórica referente a Burke, ao poder da nobreza, e, numa escala maior, à própria instituição monárquica e ariscrática.

Porém, os significados deste poder não existem somente metaforicamente, mas também assumem um sentido próximo da literalidade. É evidente que Godwin possui uma intenção realista, dirigida à representação literal da vida cotidiana. Como ele havia declarado no prefácio, trata-se de saber como “as coisas são/estão”.¹⁶⁹ Sua conclusão é de que estão violentas porque a ordem política institucionalizada alimenta relações sociais fundadas no medo e na reverência ao poder. Os sentimentos que sustentam o poder na esfera estatal se espriam por toda a sociedade e envolvem todas as relações sociais. Assim sendo, do ponto de vista de Caleb, todos os espaços, sejam públicos ou privados,

¹⁶⁶ Burke, 1986: 181-182

¹⁶⁷ Ibid.

¹⁶⁸ Para Burke, a Revolução Francesa trazia consigo uma outra revolução, mais perigosa, “sentimentos, costumes e opiniões morais” (BURKE, 1986: 175). O abandono do amor ao rei e dos outros sentimentos tradicionais que garantiam a harmonia nas relações políticas e sociais, impossibilitaria a sustentação pacífica da autoridade política na França. Logo, a única opção seria a sustentação da autoridade e a manutenção de uma (falsa) ordem pelo terror (BURKE, 1986: 342, 330-331).

¹⁶⁹ GODWIN, 1982. p. 1.

são invadidos pelo terror e pela violência. É por isso que, onde quer que vá, mesmo na ausência de Falkland, Caleb é obrigado a enfrentar o medo.

Contudo, é importante observar que no romance o terror político revela-se onipresente **apenas para Caleb**, e os indivíduos que ameaçam a ordem das coisas, como o bandido Raymond. Para as pessoas que se conformam a esta ordem, vigora a posição de Burke diante do *awe* expressa nas *Reflexões*. Elas não se sentem envolvidas por uma áurea de terror, porque sentem o *awe* como sentimento filial que oferece segurança, como algo confortável e necessário, uma reverência temerosa “natural” devida ao nobre e ao rei. Assim como Caleb, quando era inexperiente no começo da trama, elas nutrem um respeito filial pelos nobres, que torna seu posicionamento social confortável.

Para Godwin isto consiste num ato condenável, de submissão infantil. Estas pessoas viveriam num estado confortável de tutela sem saber que, se contrariassem os poderes constituídos, o (falso) amor e a proteção paternal oferecida pelos grandes se revelaria como ela realmente é, – terrível – manifestando-se como a ira e o furor de um Deus vingativo.

Evidencia-se portanto, que para Godwin o que vigora na sociedade inglesa é, infelizmente, concordante com o que Burke havia defendido nas *Reflexões* e pensado esteticamente na *Investigação filosófica sobre o sublime*. Burke teria demonstrado um grande poder de discernimento nessas obras, ao retratar as coisas como elas estão. Para Godwin, o que predomina é um poder sustentado no temor preconceituoso, num “temor sagrado e reverente”, e relações sociais fundadas no paternalismo que, apesar da aparência pacífica que mantêm, quando confrontados revelariam sua verdadeira natureza, extremamente violenta. Neste sentido, a ameaça à ordem das coisas, representada pelos radicais e militantes das sociedades políticas na década de 1790, havia despertado a ira vingativa do poder real e aristocrático, que haviam se unido, envolvendo a sociedade inglesa com a áurea sublime do terror.

Contudo, Burke teria errado ao julgar que as coisas estão bem deste modo, e que não deveriam ser/estar de outra maneira. Seu erro é de natureza valorativa, essencialmente moral.

O retrato da ordem político-social realizado em *Caleb Williams* é elaborado por Godwin tendo uma referência constante na visão que Burke possuía da ordem social e

política estabelecida no presente. Isso se revela sobretudo na percepção dos sentimentos como a base fundamental da ordem político-social, defendida por Burke nas *Reflexões*, e criticada por Godwin em *Caleb Williams* e *Justiça política*. As *Reflexões* e a *Investigação filosófica sobre o sublime* também foram importantes por posicionarem os problemas enfrentados pela sociedade inglesa, ou as “coisas como elas são/estão” retratadas em *Caleb Williams*. Além disso, as relações que Burke estabeleceu entre a política e a estética na *Investigação filosófica sobre o sublime* e nas *Reflexões* foram fundamentais para a elaboração do romance, tanto no que se refere à retórica utilizada, quanto na problematização do papel desempenhado pelos sentimentos na ordenação das relações sociais vigentes.

Numa grande medida, a leitura e interpretação particular das realizações literárias e políticas de Burke por Godwin orientou a representação terrível do mundo político e social inglês em *Caleb Williams*.

CONCLUSÕES

Como foi possível observar na análise da série documental acerca de Godwin,¹ nos duzentos anos que nos separam do momento godwiniano foram comuns três acusações fundamentais a seu respeito. Acusou-se que Godwin não era um autor genuinamente político, por sua atuação restrita à produção de uma obra exclusiva ou majoritariamente teórica e filosófica. Também temos acusações da incapacidade de Godwin de compreender adequadamente seu momento histórico e político. Por sua atenção desmedida à teoria, ele teria se afastado da “realidade” política e social de sua época, dedicando-se também à elaboração de propostas políticas, “utópicas”, logo irrealizáveis. A terceira posição diz respeito à imoralidade que envolve sua atuação social. Godwin teria ocultado, sob a vocação “benevolente” de sua filosofia, intenções egoístas e imorais.

François Furet abre seu excelente livro acerca da Revolução Francesa² com uma abordagem dos problemas que envolvem o trabalho do historiador que se dedica a um período histórico com um poder referencial tão forte como o da Revolução Francesa. A Revolução ainda desperta paixões, e como tal, é problemática a abordagem de uma obra como a de Godwin, relacionada historicamente com eventos, valores e conceitos que insistem em nos assombrar ainda hoje. Como escreve Furet,

a história que se escreve é também história dentro da história, produto de uma relação por definição instável entre o presente e o passado, cruzamento entre as particularidades de um espírito e o imenso campo de seus enraizamentos possíveis no passado. (...) É essa identificação que o tempo passado pode apagar ou, pelo contrário, conservar, dependendo se o tema tratado pelo historiador continua ou não a ter sentido em seu presente, em seus valores, em suas escolhas.³

A problemática historiográfica godwiniana nos conduz à constatação de que para compreender os significados políticos reais da obra de Godwin da década de 1790 é preciso, antes de tudo, repensar as valorações que permeiam a elaboração de sua figura

¹ Refiro-me ao conjunto de documentos, inclusive os textos historiográficos, citados no Capítulo I desta Dissertação.

² FURET, 1989. p. 11-22.

³ Ibid. p 16.

histórica. Constatei, num dado momento, que estas valorações dependiam sobretudo de uma série de perspectivas semelhantes acerca do que é a política. Surgiu, portanto, a necessidade – para oferecer subsídios à construção futura de uma história cultural da política godwiniana na década de 1790 – de uma reavaliação dos conceitos convencionais de política que têm orientado a compreensão pela historiografia dos acontecimentos da época.

Assim sendo, a compreensão devida dos fenômenos políticos cobra antes de tudo a avaliação crítica do percurso histórico dos conceitos que regem nosso entendimento destes fenômenos.

O exemplo de Godwin é problemático e exemplar; por nos fazer perceber que o percurso histórico dos conceitos, bem como das idéias e valores que os envolvem, é conflituoso. A situação torna-se particularmente delicada aqui, porque Godwin, na década revolucionária, se situa no âmago do conflito, e se relaciona diretamente com os acontecimentos e o momento histórico que assistiu a gênese dos nossos conceitos contemporâneos de política. Além disso, se circunscreve no interior de um enredo histórico exaustivamente recontado, o debate “político inglês” que traz à cena nomes como o de Edmund Burke e Thomas Paine, que de um modo ou de outro ocupam uma posição destacada no panteão político inglês; nomes cujo referencial histórico é poderosíssimo, e fortemente cristalizado na memória coletiva e historiográfica sobre a década de 1790.

Neste momento ocorre um movimento, associado principalmente aos nomes de Paine, Godwin e Burke, de configuração dos sentidos contemporâneos da política; sentidos que se pensam mutuamente excludentes. Godwin e os radicais ingleses pensaram o espaço político como local de inovação, da experimentação e da planificação, aberto ao futuro, no qual os homens teriam plena capacidade de criar, guiados pela razão e pela filosofia, novos mundos à imagem de sua vontade. Contra isso, Burke alertou que na verdade a razão iluminista era destrutiva e irrealista; serviria apenas a desejos egoístas, destruindo o que é mais caro para o ser humano, os sentimentos e laços afetivos ancestrais, expressos nos hábitos e costumes nacionais, que passam a ser considerados os únicos sustentáculos

legítimos para a manutenção, ou melhor, para a reelaboração constante da ordem político-social das nações.⁴

É a partir desta compreensão da política que a memória e a historiografia (não necessariamente suas linhagens conservadoras) circunscreveram Godwin em uma roupagem imoralista, irrealista e apolítica.

Contudo, tendo em mente os problemas suscitados por estas questões historiográficas, minha análise do romance *Caleb Williams* e do texto filosófico *Justiça política*, permitiu observar que Godwin não foi um mero teórico afastado de uma compreensão coerente e consequente da realidade política da época. Pelo contrário, foi um observador perspicaz da sociedade e dos indivíduos, atento para suas contradições e problemas.

Constatei que o interesse demonstrado por Godwin em *Caleb Williams* por situações extremas, marcadas pela violência e pelo medo nos permite pensá-lo no interior de um quadro histórico e cultural mais amplo, além do contexto restrito ao dito debate político inglês da década de 1790. Justifica a inserção do romance *Caleb Williams* no gênero literário gótico e apesar desta inserção não se nos afigurar como algo que venha a afetar as intenções realistas do autor.

Como ressaltou Michel Foucault, a literatura gótica da segunda metade do século XVIII expressa um medo, o

“(...) medo (...) do anteparo de sombras que impedia a plena visibilidade das coisas, dos homens e das verdades. As tentativas eram de (...) eliminar as áreas assombradas da sociedade, demolir os espaços onde eram fomentados os atos políticos arbitrários, o capricho monárquico (...) as ilusões da

⁴ É importante observar que ocorreu uma transposição, no decorrer do século XIX, dos significados dos conceitos “sentimento”, “hábito” e “costume”, no sentido burkeano dos termos, para “cultura”. O termo cultura serve, desde o século XIX, especialmente nos discursos das ciências humanas, à elaboração de quadros teóricos – conservadores ou não – que ocultam um parentesco burkeano, no ponto em que ele se refere ainda aos “sentimentos, hábitos e costumes” como algo que confere sentido, coesão e legitimidade às relações sociais e políticas.

Na primeira metade do século XIX, com a vitória do conservadorismo na Europa após as guerras napoleônicas, a política passa a ser pensada não mais como campo de livre ação, mas como local de expressão da “cultura”, onde deveriam ser respeitadas as tradições herdadas, e os atos deveriam se conformar aos limites do legado do passado e da ordem política e cultural vigente.

A respeito da constituição do conceito de cultura e da nova concepção da política no século XIX cf. (CASSIRER, 1976: 192-203; FINKIELKRAUT, 1989: 15-61; WILLIAMS, 1969: 18-21).

ignorância. (...) Durante o período revolucionário os romances góticos desenvolveram todo um mundo fantástico de muros de pedra, escuridão, esconderijos e calabouços que abrigavam, numa cumplicidade significativa, bandidos e aristocratas, monges e traidores. As paisagens dos romances de Ann Radcliffe são compostas por montanhas e florestas, cavernas, castelos arruinados e conventos terríveis, escuros e silenciosos. Estes espaços imaginários são como o **negativo da transparência e da visibilidade** que se tentava instaurar⁵.

O romance *Caleb Williams* remete-nos a este interesse pronunciado pela visibilidade das zonas de sombra, presente nos Iluminismos francês e inglês. Ao retratar um universo dominado pelas trevas e pelo medo, Godwin traz à luz o terror que para ele se oculta sob a superfície polida da sociedade inglesa.

Trata-se, para Godwin antes de tudo, de estudar, de conhecer e denunciar aos leitores tudo o que ameaça a instauração do projeto Iluminista de visibilidade universal e purificação das opiniões que havia sido enunciado em *Justiça política* em 1793.

Estamos diante de um romance e de uma atitude política realista; porém, não no sentido em que retrata “objetivamente” a realidade. Se é preciso olhar para as trevas, este olhar deve ir além das superfícies, penetrando nos universos mentais das pessoas. Godwin procura obter, com sua análise “psicológica”, o conhecimento dos modos de apreciação do real concernentes aos indivíduos – seus motivos, suas aspirações, sentimentos e valores. Somente este conhecimento possibilitaria a compreensão da máquina da sociedade, e do cerne das questões políticas que inquietavam seus contemporâneos. Constatamos que, para Godwin, a verdade acerca das relações sócio-políticas se encontrava primeiramente no “eu” interior, e que sua abordagem era condição necessária para a compreensão externa dos problemas gerais enfrentados na sociedade inglesa; especificamente, a perpetuação de uma ordem das coisas tirânica, injusta e desumana. É no estabelecimento por Godwin desta relação entre o mundo exterior e interior que o romance revela seu viés realista e sua intencionalidade mais profundamente política.

O romance estudado afigura-se-nos também como um estudo sociológico surpreendente. A relação que Godwin estabelece entre o que é específico e geral é notável, entre outras coisas por nos conduzir a dilemas contemporâneos enfrentados pela sociologia

⁵ FOUCAULT, 1980. p. 153-154. (grifos meus).

no que diz respeito à relação entre indivíduo e sociedade.⁶ A forma romance, como Godwin a concebeu, ofereceu-lhe uma dupla possibilidade. Abriu espaço para a reflexão acerca das realidades sociais a partir de casos particulares e, ao mesmo tempo, para ele efetuar o movimento inverso, compreendendo os indivíduos a partir de sua posição social. Godwin concebe que somente desta forma poderia compreender adequadamente ambos. Neste sentido, sua atividade como romancista assume um viés que viria a ser pensado, na segunda metade do século XIX, como sociológico e antropológico.

Através do conceito notável de “experiência” social, que desempenha um importante papel em *Caleb Williams*, Godwin atribui ao campo que hoje denominamos cultural a importância que lhe é devida. Os dados mentais e “culturais”, os sentimentos, hábitos, costumes e valores partilhados nos diversos níveis sociais, mesmo sendo pensados negativamente (como algo indevido presente na ordem social vigente), são concebidos como a base fundamental que rege a organização da sociedade como um todo.⁷

Godwin tem em mente a elaboração de um novo homem que procurará, na medida do possível, construir sua autonomia diante dos hábitos sociais. O enredo de *Caleb Williams* nos remete, portanto, ao posicionamento problemático do indivíduo moderno diante da sociedade; ao conflito que se estabelece entre o habitante da nova ordem burguesa, ansioso por constituir sua autonomia, e as determinações culturais que afloram das circunstâncias sociais nas quais se encontra circunscrito.⁸

⁶ Tenho em mente a perspectiva de Norbert Elias. Para ele, são problemas essenciais da sociologia a relação do indivíduo com a sociedade, e a questão da influência exercida, no desenvolvimento do indivíduo, por sua posição “no fluxo do processo social” (ELIAS, 1994: 7-8).

⁷ Talvez seja possível refutar esta capacidade de compreensão “proto-cultural” da sociedade por Godwin, se considerarmos que ele pensa os dados que hoje concebemos como “culturais” – ou seja, concernentes aos hábitos, costumes e sentimentos que fornecem sentido e ordenação às relações sociais – como indesejáveis, e que deveriam e poderiam ser anulados por um suposto império da razão. Contudo, esta posição permanece atada à matriz historiográfica conservadora, originalmente burkeana, de interpretação do pensamento godwiniano. Esta pensa Godwin como um autor que acredita nas infinitas possibilidades da razão e recusa qualquer papel proeminente aos sentimentos e tradições. Na verdade, Godwin jamais concebeu a possibilidade de uma autonomia absoluta da razão. Para Godwin, as tradições e os sentimentos desempenham um papel importante na conduta individual, aspecto que é ressaltado especialmente na terceira edição de *Justiça política*, de 1798 (GODWIN, 1985). Contudo, para ele é **necessário (e possível)** que o indivíduo submetta os hábitos, valores e sentimentos que emanam da sociedade e das instituições político-sociais ao julgamento racional. Ele concebe uma razão normativa; contudo, seus poderes são limitados, especialmente pelas determinações do que hoje denominamos cultura.

⁸ HELLER, 19 p. 9, 11-12, 15-16.

É notável também que *Caleb Williams* tenha revelado um caráter de obra historiográfica, como foi demonstrado na análise do romance *Caleb Williams* e do manuscrito de 1797, “Sobre a história e o romance”.⁹ O romance é historiográfico no sentido em que, ao retratar a experiência social de pessoas específicas vivendo no mundo contemporâneo, Godwin buscou a compreensão das “coisas como elas estão no presente” para saber como elas **poderiam vir a ser** no futuro. Assim sendo, a história presente é, para Godwin, a única história que adquire real importância. Segundo Agnes Heller esta seria uma concepção da história tipicamente moderna:

Em um certo sentido, através da sua análise concreta da psique e do comportamento humano, os séculos XVII e XVIII alargam a investigação do homem, apesar da aparente regressão da concepção histórica da humanidade, tornando possível uma verdadeira antropologia histórica e a noção de autocriação do homem. De Hobbes a Rousseau, o passado da humanidade transforma-se – num plano superior – em história. Depois da Revolução Francesa, o próprio presente – em figuras tão importantes como Hegel e Balzac – se transforma também em história. Finalmente com Marx e a negação da sociedade burguesa é o próprio futuro que surge como história.¹⁰

A perspectiva de Godwin do romance como “história individual” e social do presente, que parte da análise da psique para a compreensão mais ampla da sociedade e das possibilidades de sua transformação, participa portanto de um movimento maior, de descoberta do presente como uma realidade histórica a ser trabalhada e reelaborada segundo a vontade “ilustrada” dos agentes históricos.

Foi possível observar também que Godwin, ao contrário do que a historiografia muitas vezes declarou a seu respeito,¹¹ manifesta uma grande incerteza quanto às possibilidades de efetuar transformações políticas e sociais. Apesar da posição tradicional da crítica, desde Hazlitt e Malthus, ser a de que Godwin foi extremamente otimista quanto à

⁹ In: GODWIN, 1993e.

¹⁰ Ibid. p. 9.

¹¹ Cf. o Capítulo I desta Dissertação.

natureza humana e às possibilidades de realização da “felicidade humana na terra” (logo, um autor utópico e irrealista) evidenciou-se que ele, de modo conflitante com o otimismo histórico que manifesta em *Justiça política*, também nutriu um forte pessimismo. Como afirma nesta obra filosófica em 1793,

O homem encontra-se presentemente infectado por mil vícios, decorrentes da injustiça vigente. Plenos de apetites facciosos e hábitos perversos: obstinados no mal, inveterados no egoísmo, sem simpatia e inclinação pelo bem-estar dos outros. Com o tempo se acomodarão às lições da razão; mas, no presente podem ser considerados surdos ao seu comando, e ansiosos pela realização de toda espécie de injustiças.”¹²

Ainda que Godwin tenha afirmado em *Justiça política* que o homem é “perfectível”, ou seja, sujeito a um aperfeiçoamento perpétuo de sua condição intelectual e moral, ele concebia que o homem no presente ainda estava muito distante de alcançar a excelência moral. Esta percepção vai se acentuando à medida que a década de 1790 avança. Na terceira edição de *Justiça política*, em 1798,¹³ se manifesta uma percepção do mal onipresente. Godwin apresenta-nos um quadro estarrecedor, semelhante ao que visualizamos em *Caleb Williams*:

“A espécie humana permanece como sempre esteve. Isto continuará para sempre? (...) Não há um só dia em alguma região deste globo populoso em que milhares de homens e milhões de animais não sejam torturados. (...). Observemos os pobres; os oprimidos e desnudos, a quem foi recusado tudo o que possibilita a vida e tudo que nutre a mente (...) atormentados pela injustiça (...). Observemos (...) a fúria sem descanso da tirania, o progresso lento da justiça, o valente e o inocente sendo condenados como culpados. Desçamos às profundezas dos calabouços. Observemos a juventude definhando em desespero, sem esperança; seus talentos e virtudes condenados ao esquecimento eterno. O mal não consiste apenas na dor que é sofrida. Consiste na injustiça que a inflige (...). A história da humanidade como um todo, sob este ponto de vista, parece um vasto aborto. **O homem parece conformado para a sabedoria, a força e a benevolência. Porém, ele tem sido na grande maioria dos países, vítima da ignorância e da superstição.**”¹⁴

¹² GODWIN, 1985. p. 658-659.

¹³ GODWIN, 1985.

¹⁴ Ibid. p. 401-402. (grifos meus).

Sem dúvida, a vivência de um período de crise política na década de 1790, quando as forças reacionárias se aglutinaram em torno do rei e de Burke em defesa da velha ordem das coisas, proporcionou a Godwin uma percepção pessimista das possibilidades de transformação da sociedade.

No começo da década de 1790, motivados por uma longa tradição política e pelo advento da Revolução Francesa,¹⁵ Godwin e os radicais assumiram uma posição extremamente crítica diante da velha ordem das coisas. Acreditaram possuir o direito e a obrigação de remodelar profundamente o universo político, social e o próprio ser humano. Contudo, para realizar seus projetos eles precisavam recusar não só a velha ordem política e suas instituições, mas os sentimentos que envolviam as relações sociais e determinavam sua perpetuação.¹⁶ Como ficou evidente neste estudo, para Godwin este projeto envolvia a demolição crítica, mediada pela razão, das estruturas mentais que favoreciam a manutenção da velha ordem.

Harold Perkin demonstrou como a problemática política inglesa na década de 1790 encontrava-se associada a um amplo quadro de relações sociais fundadas no paternalismo da nobreza.¹⁷ Antes de constituição plena de uma sociedade de classes na Inglaterra, fundada numa identidade que se constituída a partir de compromissos sociais horizontais, ainda temos, no final do século XVIII, uma sociedade de ordens, extremamente hierarquizada, onde se enfatizavam os compromissos verticais entre os diversos níveis (*ranks*) sociais.¹⁸ Nesta sociedade as relações sociais configuram-se através de uma ampla

[The human species seems to be but, as it were, of yesterday. Will it continue for ever? (...) There is no day nor hour, in which, in some regions of the many-peopled globe, thousands of men, and millions of animals, are not tortured (...). Let us survey the poor; oppressed, hungry, naked, denied all the gratifications of life, and all that nourishes the mind. (...) tormented with the injustice (...). Let us recollect (...) the unrelenting rage of tyranny, the slow progress of justice, the brave and honest consigned to the fate of guilt. Let us plunge into the depth of dungeons. Let us observe youth languishing in hopeless despair, and talents and virtue shrouded in eternal oblivion. The evil does not consist merely in the pain endured. It is the injustice that inflicts it (...). The whole history of the human species, taken in one point of view, appears a vast abortion. Man seems adapted for wisdom and fortitude and benevolence. But he has always, through a vast majority of countries, been the victim of ignorance and superstition.]

¹⁵ THOMPSON, 1997a. p. 111-113.

¹⁶ BUTLER, 1996. p. 357-358.

¹⁷ PERKIN, 1969. p. 17-62.

rede de influências, favores, “amizades”, proteções, e compromissos assumidos entre os indivíduos dos níveis superiores e inferiores.¹⁹ Dos nobres e ricos se esperava que protegessem e amparassem os pobres, e dos comuns deveria advir a submissão e a gratidão aos detentores do poder, situados no topo da pirâmide hierárquica.²⁰

As falas de Godwin e dos radicais são a manifestação da necessidade manifestada por uma fração da burguesia urbana e das classes médias, que se situa numa posição de relativa autonomia diante da grande e da pequena nobreza rural (a *gentry*), dos burgueses enobrecidos, proprietários de terras muitas vezes ligados aos interesses comerciais coloniais, que detêm o poder político na Inglaterra setecentista.²¹

Como é possível observar em seus escritos desde a década de 1780, a crítica de Godwin incide sobre os valores morais que orientam as relações sociais nesta sociedade hierarquizada. Na condição que lhe atribuímos, de ideólogo burguês, Godwin cobra a compreensão dos valores “aristocráticos” e dos compromissos assumidos entre os diversos níveis sociais, como algo pernicioso. As sinecuras e favores, a venda de cargos públicos, as “amizades” e laços de fidelidade que se estabelecem verticalmente entre as diversas ordens, passam a ser pensados pela fração da burguesia da qual Godwin pertence (os dissidentes “racionalistas”, envolvidos com o processo de industrialização, os saberes e valores das Luzes)²² como manifestações da corrupção. O conflito que se situa, portanto, é essencialmente moral. Tratava-se de pensar como “corrupta” a antiga ordem social que se estabeleceu em princípios do século XVIII, quando os proprietários de terra *whigs* assumiram a condução da nação e estabeleceram a política da “troca de favores” como ideal.

O romance revela, em sua abordagem dos conflitos entre as classes e níveis da sociedade, os problemas morais contidos nesse conflito, que envolviam **a defesa pelos radicais ingleses da necessidade de rebelião contra os sentimentos tradicionais** que sustentavam a autoridade dos nobres, e determinavam a permanência indesejável daquela

¹⁸ Ibid.

¹⁹ Ibid.

²⁰ Ibid.

²¹ Ibid.

ordem social hierárquica e corrupta. Godwin considerava que a abolição destes sentimentos era um fator necessário para a construção de um novo sistema político e social, não hierárquico, não paternalista, no qual cada cidadão seria valorizado por seus méritos e pela capacidade em atuar pelo “bem comum”. Mas antes era preciso libertar a sociedade dos velhos compromissos; abrir caminho para este “ideal empreendedor”²³ que só vingaria plenamente no século XIX, após a reforma política de 1834. Seu projeto ambiciona, essencialmente, a universalização da moral burguesa, em sua origem puritana, de uma fração das classes-médias; da moralidade partilhada tanto pela pequena burguesia urbana quanto pelos fabricantes. Trata-se de conduzir a sociedade como um todo à aceitação desta moralidade; algo que, no entanto, só se realizaria plenamente na era vitoriana, e de um modo perverso e violento, totalmente diferente do idealizado por Godwin e os radicais da década de 1790.

É por esse caráter transgressor diante das práticas sociais que caracterizavam o cotidiano e a vida política inglesa no século XVIII que a imprensa conservadora e o movimento reacionário da segunda metade da década de 1790 escolheu Godwin como seu alvo principal. Afinal, ele atacava o que era mais caro para esses indivíduos, a valorização de um compromisso sentimental, entre os nobres e os comuns e entre os ricos e os pobres, fundado na fidelidade, no amor e no respeito que, para os contemporâneos, era fundamental para a manutenção da ordem política e social. Godwin é ousado o suficiente para afirmar que os laços “familiares” que envolviam os protetores e os protegidos era uma das mais importantes das manifestações da corrupção. A violência da reação institucional e popular à crítica godwiniana da moral demonstra sua pertinência no contexto histórico em que foi gerada. Demonstra também o quanto as pessoas integradas nesta ordem social paternalista percebiam esta ordem ameaçada já na década de 1790.

É difícil dizer em que medida Godwin permanece, no final da década de 1790, considerando a possibilidade grandiosa de transformação do homem e da sociedade visualizada por ele em *Justiça política*. Desde então ele teve suas expectativas reformistas frustradas e teve que conviver com as condições políticas extremamente desfavoráveis que

²² KRAMNICK, 1990. p. 43-70.

²³ PERKIN, 1969. p. 221-230.

se configuraram no início do século XIX após a vitória do conservadorismo burkeano na Inglaterra. É certo porém, que já em 1794 em *Caleb Williams* ele evidencia a consciência das dificuldades que envolviam seu projeto reformista.

Se era preciso antes de tudo reformar os homens, tratava-se de realizar o difícil caminho de eliminação do respeito temeroso, quase sagrado (*awe*) que era devotado pelos comuns à hereditariedade, ao nível social e ao sangue nobre. Contudo, como aponta Marilyn Butler,²⁴ esta tarefa compreendia também numa recusa, por parte de Godwin e dos radicais, dos laços afetivos com a nobreza, sob os quais haviam crescido e que havia caracterizado sua atuação político-social. Neste sentido, é possível compreender a ambigüidade que marca as atitudes de Caleb diante de Falkland no romance. Sua incapacidade de odiar um homem que lhe causa sofrimentos inomináveis. Para Godwin, que havia sido apadrinhado pelos *whigs*, por Burke, Sheridan e Fox na década de 1780, que havia tido em Burke um modelo político e intelectual culto e elevado, era extremamente difícil se libertar de uma relação fundada na submissão e no respeito. Tratava-se, para a burguesia radical, da difícil tarefa de romper os laços afetivos com a nobreza, de conquistar a maioria e a independência; tarefa que para Godwin, como observamos em *Caleb Williams*, demandava uma larga porção de sofrimento.

²⁴ BUTLER, 1996. p. 357-358.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

ARISTÓTELES. **Poética**. Trad., Porto Alegre: Editora Globo, 1966.

AVERY, John. **Progress, poverty and population**. Re-reading Condorcet, Godwin and Malthus. Londres: Frank Cass, 1997.

BOTTING, Fred. **Gothic**. Londres: Routledge, 1996.

BOULTON, James T. . **The language of politics** in the age of Wilkes and Burke. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1963.

BRAILSFORD, Henry Noel. **Shelley, Godwin y su círculo**. México: Fondo de Cultura, 1986.

BURKE, Edmund. **Reflections on the revolution in France**. Londres: Penguin, 1986.

_____. **A philosophical enquiry into the origin of our ideas of the sublime and the beautiful**. Oxford/Nova York: Oxford U.P., 1990.

_____. **Uma investigação filosófica sobre a origem de nossas idéias do sublime e do belo**. Trad., Campinas/São Paulo: Editora da Unicamp/Papirus, 1993.

BUTLER, Marilyn (org.). **Burke, Paine, Godwin, and the Revolution controversy**. Cambridge U. P., 1986.

_____. **Godwin, Burke, and Caleb Williams**. In: WU, Duncan. **Romanticism. A critical reader**. Oxford/Cambridge: Blackwell, 1996.

CAILLOIS, Roger. **Au coeur du fantastique**. Paris: Gallimard, 1965.

CARPEUX, Otto Maria. **Ficção e prosa no romantismo**. In: GUINSBURG, Jacob. **O Romantismo**. São Paulo: Perspectiva, 1985.

CASSIRER, Ernst. **O mito do Estado**. Trad., Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

CLAEYS, Gregory. (Ed.). **Political Writings of the 1790's** (8 vol.). Londres: Pickering & Chatto, 1995.

CLEMIT, Pamela. **The godwinian novel**. The rational Fictions of Godwin, Brockden Brown, Mary Shelley. Oxford U.P., 1993.

COBBAN, Alfred (Ed.). **The debate on the French Revolution, 1789-1800**. Londres: Adam & Charles Black, 1960.

DECOTTIGNIES, Jean. **Entre la fiction et la fable: l'expérience du Roman Gothique**. In: *Approches des Lumières: mélanges offerts a Jean Fabre*. Paris: Klincksieck, 1974.

DICKINSON, H. T. (org.). **Britain and the French Revolution, 1789-1815**. Londres: Macmillan, 1994.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Trad., Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

FINKIELKRAUT, Alain. **A derrota do pensamento**. Trad., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

FLORENZANO, Modesto. **As 'Reflexões sobre a Revolução em França' de Edmund Burke**: Uma revisão historiográfica. (Tese de Doutorado apresentada ao Dept. de História da F.F.L.C.H. da U.S.P.). São Paulo: 1993.

FURET, François. **Pensando a Revolução Francesa**. Trad., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

FOUCAULT, Michel. **Power/Knowledge**. Nova York: Pantheon, 1980.

FOUCAULT, Michel. **Power/Knowledge**. Selected interviews and other writings. Trad., Nova York: Colin Gordon, 1980.

FRYE, Northrop. **Anatomia da crítica**. Trad., São Paulo: Cultrix, 1973.

GARRET, Clarke. Joseph Priestley, the millenium and the French Revolution, in: **Journal of the History of Ideas**, vol. XXXIV, nº 1, 1973.

GILMOUR, Ian. **Riot, rising and revolution**. Governance and Violence in Eighteenth Century England. Londres: Pilmico, 1992.

GODWIN, William. **Collected novels and memoirs**. (Mark Philp, org.) (7 vol.) Londres: William Pickering, 1992a, b, c, d, e, f, g, h.

_____. **Political and Philosophical Writings**. (Mark Philp, org.) (7 vol.) Londres: William Pickering, 1993a, b, c, d, e, f, g, h.

_____. **The enquirer**. Reflections on education, manners and literature. Nova York: Augustus M. Kelley, 1965.

_____. **Enquiry concerning political justice** and it's Influence on modern morals and happiness. Londres: Penguin, 1985.

_____. **De la justice politique**. (Trad. por Benjamin.Constant). Québec: Les Presses de L'université Laval, 1972.

_____. **Memoirs of the author of the "Rights of woman"**. Londres: Penguin, 1987.

_____. **Caleb Williams**. Oxford U. P., 1982.

_____. **Uncollected writings**. Gainesville: 1968.

HAZLITT, William. **The spirit of the age**, or contemporary portraits. Plymouth: Northcote, 1991.

_____. **Lectures on the english comic writers**. Oxford U. P., 1951.

_____. **Selected writings**. Oxford U. P., 1991.

HELLER, Agnes. **O homem do Renascimento**. Trad., Lisboa: Editorial Presença, 1982.

HILL, Christopher. **The norman yoke**. In: Puritanism and revolution. Studies in interpretation of the english revolution in the 17th century. Harmondsworth: Penguin, 1986.

HOBSBAWN, Eric J. **A era das revoluções (1789-1848)**. Trad., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

HONOUR, Hugh. **El romanticismo**. Trad., Madri: Alianza Editorial, 1979.

KENYON, J. P. . **Dictionary of british history**. Ware: Wordsworth, 1996.

KELLY, Gary. **The english jacobin novel: 1780-1805**. Oxford: Clarendon Press, 1976.

KENYON, J. P. . **Dictionary of british History**. Ware: Wordsworth, 1996.

KRAMNICK, Isaac. "Religion and radicalism". In: **Republicanism and bourgeois radicalism: Political Ideology in Late Eighteenth Century England and America**. Ithaca/Londres: Cornell U. P., 1990.

_____. (Ed.). **The portable enlightenment reader**. Nova York: Penguin, 1995.

LUKÁCS, Georg. **La novela histórica**. Barcelona: Grijalbo, 1976.

MALTHUS, Thomas. "Ensaio sobre o princípio da população", In: **Os economistas**. Trad., São Paulo: Abril Cultural, 1998.

MARSHALL, Peter. **William Godwin**. New Haven/London: Yale U. P., 1984.

_____. **The anarchist writings of William Godwin**. Londres: Freedom Press, 1986.

MONTESQUIEU. **Do espírito das leis**. (Trad.). São Paulo: Abril Cultural, 1973.

MORTON, A. L. . **A história do povo inglês**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

Mr. Jefferson Hogg's Life of Percy Bysshe Shelley. In: Notes and queries. Londres, Vol. 5, 8 de maio de 1858, 2º suplemento.

O'BRIEN, Connor Cruise. Introduction. The manifesto of a counter revolution. In: BURKE, Edmund. **Reflections on the revolution in France**. Londres: Penguin, 1986. pp. 9-76.

PAINE, Thomas. **Rights of man**, Common Sense and other Political Writings. Oxford U. P., 1995.

PERKIN, Harold. **The origins of modern english society**. Londres, Routledge, 1971.

PHILP, Mark. (org.). **The French Revolution and british popular politics**. Cambridge U. P., 1991.

PLUMB, J. H. . **England in eighteenth century**. Londres: Penguin, 1990.

PRAZ, Mario. **La carne, la muerte y el diablo en la literatura romántica**. Trad., Caracas: Monte Avila, 1969.

PRICE, Richard. A discourse on the love of our country. In: **Political writings**. Oxford: O.U. P., 1992.

PUNTER, David. **The literature of 'terror'**. A History of Gothic Fictins from 1765 to the Present Day. Londres: Longman, 1978.

RODWAY, A. E. **Godwin and the age of transition**. Londres: George G. Harrap, s/d.

SAGE, Victor (org.). **Gothic origins and innovations**. Amsterdam: Costerus, 1994.

SCHILLER. **Os bandoleiros**. Trad., Porto Alegre: L&PM, 2001.

SKINNER, Quentin. **Meaning and context: Quentin Skinner and his critics**. Princeton U. P., 1995.

ST. CLAIR, William. **The Godwins and the Shelleys: The biography of a family**. Londres: Faber and Faber, 1991.

STEPHEN, Leslie. **History of english thought in the eighteenth century**. (2 vol.). Bristol: Thoemmes, 1991a, b.

_____. **Studies of a biographer**. Londres: 1902.

STORCH, Rudolph E. **Metaphors of private guilt and social rebellion in Godwin's Caleb Williams**, In: ELH, 52, junho de 1967.

THOMPSON, E. P. **Whigs and hunters: The origin of the Black Act**. Londres: Allen Lane, 1975.

_____. **A miséria da teoria**, ou um planetário de erros. Trad., Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. **A formação da classe operária inglesa**. (3 vol.). Trad., São Paulo: Paz e Terra, 1997a, b, c.

THYSDAHL, B. J. **William Godwin as novelist**. Londres: Athlone, 1981.

TODOROV, Tzvetan. **Introdução à literatura fantástica**. Trad., São Paulo: Perspectiva, 1975.

TOMPKINS, J. M. S. **The popular novel in England: 1770-1800**. Londres: Methuen & Co. Ltd., 1932.

VOLTAIRE. "Dicionário filosófico". In: **Os pensadores**. Trad., São Paulo: Abril Cultural, 1972.

WATT, Ian. **A ascensão do romance**. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

WHITE, Stephen K. **Burke on politics, aesthetics, and the dangers of modernity**, in: Political Theory, vol. 21, nº 3, 1993.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura e sociedade: 1780-1950**. Trad., São Paulo: Ed. Nacional, 1969.

_____. **Cultura**. Trad., São Paulo: Paz e Terra, 1992.

WOLLSTONECRAFT, Mary. A vindication of the rights of man; A vindication of the rights of woman. In: **Political Writings**. Oxford U.P., 1994.

WOODCOCK, **Anarchism**: a history of libertarian ideas and movements. Harmondsworth: Pelican, 1970.

WORDSWORTH, William. **Selected prose**. Londres: Penguin, 1988.

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE